

RESUMO

Esta pesquisa procurará discutir as relações entre ética em economia e administração. O enfoque adotado demonstrará que a ética da economia clássica representada pelo pensamento de Adam Smith é completamente diferente daquela encontrada nos pensadores neoclássicos representados por Hayek, Von Mises e Friedman. Decorre daí que apesar do mundo dos negócios adotar algumas perspectivas econômicas de Smith, os critérios de avaliação de desempenho empresarial decorrem da economia neoclássica e de forma subjacente incorpora seus valores éticos. Ao se ignorar este relacionamento entre economia e negócios, a discussão sobre ética nos negócios é conduzida por um caminho que impede qualquer consenso ou aplicação prática.

PALAVRAS-CHAVE

Economia; Ética e Economia; Ética em Negócios; Smith; Hayek; Von Mises; Economia Clássica; Economia Neoclássica.

ABSTRACT

This survey intends to discuss the relationship between Ethics in economy and administration. The focus assumed by the author is to demonstrate that the classic economy ethics as expressed by Adam Smith is completely different from the ethics exposed by the new classic thinkers, such as Hayek, Von Mises and Friedman. Although there are some adoptions of Adams Smith's economical perspectives by the business world, the criteria for evaluating entrepreneur's performance have their origin in the new classical economy. Thus, by consequence it incorporates their underlying ethical values. By ignoring this subjacent relationship between economy

and businesses, the discussion on the subject of ethics in business is lead to ways that hampers and block any consensus or practical application.

KEY WORDS

Economy; Ethics Economics; Business Ethics; Smith; Hayek; Von Mises; Friedman; Classical Economics; Neo-Classical Economics.

SUMÁRIO

I.	Introdução	4
1.	Objetivo e hipótese	7
2.	Metodologia	8
II.	Uma breve história do processo de acumulação capitalista	10
1.	Os antecedentes: a Idade Média do século XII ao século XV	12
2.	O nascimento: Gênova e Holanda	16
3.	A maturidade: Inglaterra e Estados Unidos da América	26
4.	Conclusões	38
III.	Ética e filosofia econômica.....	41
1.	Os liberais neoclássicos: Mises, Hayek e Friedman	47
2.	Adam Smith: o clássico (1723-1790).....	71
2.1.	Uma pequena biografia.....	71
2.2.	As obras de Smith	73
2.3.	A ética em Smith.....	76
3.	Conclusões	90
IV.	Ética em negócios – Economia e Administração, a gênese das controvérsias e suas implicações.....	96
1.	Ética em negócios.....	96
1.1.	Estudos de “como fazer”.....	101
1.2.	Estudos normativos.....	104
1.3.	Estudos empíricos e de mensuração	106
1.4.	Algumas observações	108
2.	Economia e “Business ethics”: controvérsias e implicações.....	110
V.	Conclusões	122
VI.	Bibliografia	128

A ÉTICA EM SMITH E NOS NEOCLÁSSICOS E SUAS IMPLICAÇÕES NA ÉTICA EM NEGÓCIOS

Carlos Alcides Salles

I. INTRODUÇÃO

A partir da década de 70, que para muitos pode ser considerado como o fim de uma época de crescimento e que se caracterizou em termos econômicos como a “idade do ouro”, podemos constatar uma crescente preocupação com a ética aplicada aos mais diversos campos de atuação humana. Apesar da Ética nunca estar de fato totalmente ausente das discussões nas diferentes esferas que constituem a sociedade humana, durante algum tempo parece ter sido relegada a um plano secundário ou no mínimo de não ter se constituído em um dos temas centrais da vida contemporânea. Entretanto, a ausência de crescimento econômico, acompanhada por práticas políticas e de negócios, de caráter no mínimo duvidoso, reacendeu junto à sociedade a necessidade de reavaliar e discutir os valores morais que a regem, bem como as diferentes esferas atuação de seus membros.

Esse processo de reavaliação afetou diretamente alguns campos de atuação, nos quais o debate se tornou mais presente e as posições mais acirradas. Temos como exemplo desta situação, o ramos das ciências exatas, representado especialmente, pelas ciências físicas, químicas e biológicas (uso de energia nuclear, engenharia genética e meio-ambiente), e por aquelas caracterizadas como ciências humanas, entre elas: a Política, a Economia e a Administração. Entretanto, o tema proposto se restringe à aplicação e ao estudo da Ética a uma área ramo específica das atividades humanas, ou seja, o mundo dos negócios.

As práticas empresariais têm sido objeto de preocupação de todos os segmentos da sociedade, como pode ser observado na quantidade de opiniões sobre a sua conduta, expressas num amplo espectro que cobre desde o que denominamos de meios de comunicação de massa (rádio, televisão, jornais e revistas não especializados); até a publicação de livros e revistas especializados (de negócios, economia e ética aplicada); além disso têm sido realizados inúmeros congressos, “meetings”, “workshops”, cursos acadêmicos e o surgimento de empresas de consultoria, destinadas a auxiliar às empresas a melhorar e desenvolver seus padrões éticos. Acreditamos ser desnecessário citar os vários escândalos envolvendo as empresas nos últimos anos como: uso privilegiado de informações, práticas de concorrência desleal, danos ambientais, contratos com cláusulas extremamente restritivas e/ou não explicitadas, aquisições acionárias agressivas e inúmeras outras práticas consideradas ilegais ou, no mínimo eticamente discutíveis.

A necessidade de se entender o processo pelo qual se desenvolveu o processo de acumulação capitalista, bem como o desenvolvimento da retórica e explicação do pensamento econômico, adquire um caráter fundamental para o desenvolvimento do presente trabalho. Para muitos, a Administração ainda se constitui numa espécie de ramo aplicado da Economia enquanto que para outros ela se constitui ou se encontra em caminho de se transformar em uma área de conhecimento independente. Mas qualquer que seja a perspectiva adotada, não se pode negar a existência de vários elementos de intersecção entre ambas e o forte impacto resultante que se reflete, por exemplo, em concepções como de mercado, medidas de desempenho, definições de políticas econômicas entre outras. E este ponto nos parece fundamental na discussão de Ética aplicada aos negócios, uma vez que os fundamentos nos quais a Economia de livre mercado é considerada como axiomática ou pressuposto pela Administração. E devemos lembrar que se isto pode ser considerado como uma verdade, qualquer discussão desenvolvida pelos especialistas em Ética em Negócios encontra-se por principio reduzida a aspectos periféricos ou micro da realidade empresarial. Aspectos como a natureza do sistema capitalista e suas justificativas morais e éticas, a concepção de homem utilizado pela Economia entre outros são

assumidos pela Administração decorrendo daí toda uma discussão de Business Ethics em que o que “deve ser” prevalece sobre “o que é”.

A própria lógica do processo de acumulação capitalista demandou por parte da Economia diferentes explicações e justificativas de mundo. Como exemplo temos o caso de Smith que considerava a Economia como um ramo de conhecimento da realidade humana que deveria fazer parte da formação daqueles que deveriam ou desejassem serem considerados como grandes “Estadistas”; e dos Neoclássicos que tentaram de todas as maneiras possíveis subordinar a vida social á esfera do puramente econômico.

Atualmente, após a falência apregoada por muitos do modelo keynesiano, a economia neoclássica em sua retórica retornou do século XIX para os anos de 70 em diante com uma velha estrutura e um novo nome: Economia Neoliberal. Portanto, temos de um lado um discurso hegemônico de “laissez faire” por parte de grande parte dos economistas e de outro o discurso ambíguo dos empresários no qual publicamente endossam a justificativa liberal, mas no cotidiano buscam no Estado soluções para seus problemas.

Outro aspecto que deve ser lembrado é a contínua pressão dos segmentos empresariais junto aos governos na tentativa de implementar a sua visão de mundo e impor ao restante da sociedade aquilo que se pode denominar como sendo a sua lógica econômica. Nesse sentido, podemos perceber a crescente tendência de restringir e até mesmo eliminar as políticas e legislações de proteção social de cunho mais amplo, tais como: as da previdência e seguridade social, ensino, infraestrutura, etc. De outro lado, percebemos a busca de benefícios econômicos através do auxílio do Estado como subsídios, restrições á importação e muitos outros.

Todas essas questões, que se constituem em um imenso campo de batalha, independente da coloração ideológica da qual se revestem, implicam na necessidade de uma discussão mais aprofundada dos valores morais e éticos. O mundo dos

negócios terá que defender, modificar ou propor novos valores que certamente exercerá seu impacto na sociedade como um todo.

1. OBJETIVO E HIPÓTESE

O objetivo deste trabalho é o de situar a atual discussão da Ética aplicada aos negócios e o de refletir o porque, apesar da grande preocupação por parte de empresários, executivos e do público em geral, ela ainda se constitui naquilo que podemos classificar como uma área nebulosa e de difícil consenso. Alguns atores sociais consideram a sua aplicação como necessária e desejável, enquanto que outros acreditam que o mundo dos negócios é regido apenas pela busca única dos lucros.

Considerando as percepções acima, desenvolvemos nossa hipótese de trabalho, que consiste:

Os valores éticos compartilhados pela sociedade em geral não são necessariamente os mesmos adotados pelo mundo dos negócios, os quais são justificados em última instância pelos fundamentos éticos e morais da economia e que são aceitos pela administração.

Para desenvolvermos essa hipótese procuramos conhecer e caracterizar as diversas fases do processo de acumulação capitalista, por meio de uma breve análise histórica e; em seguida, dois momentos que podem ser considerados críticos na história do pensamento econômico: a Economia Política de Adam Smith e a Economia Neoclássica. Não constitui objeto deste trabalho a discussão de temas técnicos da Economia que são definidos como pertencentes à esfera da ciência econômica positiva, mas desenvolvemos uma abordagem sobre os aspectos normativos da Economia, os quais denominamos Filosofia Econômica.

Ao verificarmos que a atual fase do processo de acumulação capitalista é justificado por uma teoria econômica que não contém em seu modelo explicativo a presença das grandes empresas, percebemos uma lacuna entre os pressupostos assumidos pela retórica da Economia Neoclássica e a realidade na qual a ética aplicada nos negócios se situa.

2. METODOLOGIA

Esta pesquisa, é por sua própria natureza, um trabalho considerado e classificado como teórico-analítico-exploratório. As fontes de referência serão exclusivamente bibliográficas. Neste caso nos deparamos com duas possibilidades metodológicas:

- 1- Histórica: que tem como preocupação delinear os traços constitutivos de uma teoria ou doutrina, ou seja, analisar historicamente como ela se formou no tempo. Para isso torna-se necessário o estudo dos diversos autores que, por meio de suas obras, influenciaram determinada teoria.
- 2- Analítica: que consiste em aceitar a teoria apresentada de acordo com a elaboração final desenvolvida por seu autor ou autores e analisar sua estrutura lógica interna.

No presente caso, a opção metodológica foi por uma perspectiva analítica, na qual consideraremos alguns autores como representativos das teorias estudadas e que serão discutidos nos capítulos que compõem esta pesquisa.

Convém esclarecer que apesar da abordagem preponderante do método analítico, não poderemos desconsiderar algumas incursões pertencentes ao método histórico, quando este se tornar indispensável e necessário para o desenvolvimento da argumentação. Um exemplo dessa situação é a influência de Locke, Mandeville e Hume no pensamento de Adam Smith.

Este trabalho é estruturado em três outros capítulos:

Capítulo II - Henri Pirenne, Fernand Braudel e Giovanni Arrighi são os autores que servirão como apoio para o entendimento do processo de acumulação capitalista no período compreendido entre o século XII e o século XX. Em Pirenne, utilizamos a sua análise que privilegia especialmente o período medieval; e, Braudel, os estudos referentes ao período compreendido entre os séculos XV e XVIII. Este último autor é também o responsável pelo corte metodológico efetuado entre as três esferas da vida econômica: a material ou de sobrevivência (não-capitalista), a concorrencial e a do alto capitalismo (algumas vezes denominada por ele como o mundo das altas-financeiras). Por sua vez Arrighi, efetua uma revisão de Braudel e, seguindo a sua metodologia avança até o século XX. Este capítulo será desenvolvido de forma a realçar apenas as idéias necessárias para o desenvolvimento do presente trabalho, ignorando muitos aspectos de grande importância histórica, mas que não teriam uma contribuição especial para o nosso propósito.

Capítulo III- Neste capítulo temos a preocupação de contrapor a Economia Política clássica, no que se refere a sua justificativa moral, e à Economia Neoclássica. Adam Smith será o autor representativo do pensamento clássico, enquanto o nosso interesse na economia neoclássica será representado por três de seus maiores divulgadores: Von Mises, Friedman e Hayek. Para obtermos uma melhor e mais clara compreensão do argumento desenvolvido, iniciaremos a discussão com os economistas Neoclássicos e a seguir discutiremos o pensamento de Smith. Procuraremos através deste processo demonstrar a distância entre as duas escolas de pensamento e a maneira pela qual o pensamento de Smith foi modificado ou distorcido pelos neoclássicos de forma a privilegiar a economia em detrimento da vida social em sua totalidade.

Capítulo IV- Este capítulo é estruturado em duas partes. A primeira é dedicada a um mapeamento da literatura sobre Ética em Negócios. Neste caso específico, não dispomos de autores considerados representativos, no entanto podemos distinguir

diversas correntes, sem que nenhuma delas tenda a ser hegemônica ou mesmo a constituir um “mainstream” da área. Em função da diversidade das publicações sobre o tema para auxiliar a nossa análise, desenvolvemos um critério de classificação que considera o objetivo que os autores se propuseram a alcançar em seus trabalhos. A segunda parte, analisa de maneira mais específica a Ética em negócios no contexto das grandes organizações.

No capítulo V serão apresentadas algumas conclusões, bem como sugestões de estudos que poderão contribuir para o aprofundamento da discussão sobre o tema.

Em virtude de considerarmos os Estados Unidos como sendo o país que detém a atual hegemonia econômica e também ao volume de publicações sobre o assunto a bibliografia utilizada sobre Ética em Negócios é basicamente de origem norte-americana.

II. UMA BREVE HISTÓRIA DO PROCESSO DE ACUMULAÇÃO CAPITALISTA

Ao estudarmos o processo de acumulação capitalista, obrigatoriamente, surge a questão de como e quando se deu o início desse processo. Sabemos que no período compreendido entre os séculos V ao século XI, ou seja, após a queda do Império Romano e o renascimento das cidades e do comércio, a Europa sofreu um processo de feudalização. Isso significou um retorno a uma vida rural e um declínio da vida urbana que rompe com a tradição e o estilo de vida romana.

A característica econômica básica desse período pode ser definida como uma economia de auto-suficiência. Uma economia dessa natureza naturalmente não tem como preocupação a produção de excedentes para a troca, uma vez que parte substancial de suas necessidades é suprida pelo próprio feudo e, em consequência,

os mercadores desaparecem de cena em função da ausência de mercados. Isso não significa, de modo algum, a ausência total de trocas, mas sim que estas se constituem num elemento secundário dessa sociedade.

Temos como exemplo dessa situação produtos indispensáveis como o sal ou peixes defumados que, por suas características, são obtidos em outras regiões ou situações climáticas desfavoráveis ou outras circunstâncias que podem conduzir a um processo de troca, monetária ou não. Ambos os casos podem ser vistos como exceções e não constituem o elemento fundamental que permitem caracterizar esse período. Conforme afirma Pirenne, a figura do mercador desaparece e com ele o comércio:

“Insistimos, porém, que tudo isso não representa uma atividade comercial específica nem, principalmente, profissional. Improvisa-se, por assim dizer, o mercador, de acordo com as circunstâncias. A compra e venda não é a ocupação normal de ninguém. É um recurso que se emprega quando a necessidade se impõe. O comércio deixou de ser uma atividade social, a tal ponto, que cada latifúndio se esforça no sentido de bastar-se em todas as necessidades.”

E nessa situação, muitas vezes “para poder entregar-lhes dinheiro, o senhor tem que fundir sua baixela ou endividar-se com o abade de qualquer mosteiro dos arredores.”¹

Não se pode negar a existência de pequenos “mercados” locais com frequência semanal, em que transações de pequeno porte ocorriam, como, por exemplo, a venda de alguns ovos ou pedaços de tecidos, mas eles desempenhavam mais um papel social do que econômico dentro de uma sociedade em que toda a vida se desenvolvia e era realizada no contato com a terra e os contatos sociais limitados a ocorrências ocasionais como as feiras, frequência às missas ou festas religiosas.

¹ PIRENNE, Henri – “História Social e Econômica da Idade Média” - 5ª ed., S.Paulo: Mestre Jou, 1973, p. 15.

A Europa, nesse época, encontrava-se fechada e ruralizada. O comércio marítimo tinha sido interrompido após o fechamento das antigas rotas comerciais por parte dos bizantinos e sarracenos. Esse quadro iria sofrer um processo de mudança somente a partir do século XII, quando as rotas comerciais são retomadas, bem como com o ressurgimento das cidades. Esses dois fatores exercerão uma influência significativa para o início do processo de acumulação capitalista.

1. OS ANTECEDENTES: A IDADE MÉDIA DO SÉCULO XII AO SÉCULO XV

A Idade Média é caracterizada pelo seu fundamento jurídico, social e político expresso pela propriedade da terra. Dentro desse quadro não é de se estranhar que a primazia do poder se concentrasse nas mãos da Igreja que, sem dúvidas, era a grande proprietária de terras. Daí decorre sua enorme ascendência sobre as decisões políticas, econômicas e morais, além naturalmente, de seu monopólio no que se refere às questões espirituais.

Na tentativa de se adequar à realidade na qual vivia no plano econômico, a Igreja defendia posições em relação a trabalho, riqueza e comércio que justificavam a manutenção das relações feudais. A conformidade era o caminho que permitia alcançar a vida eterna e, para isso, todos os atos deveriam ter como finalidade agradar a Deus². A riqueza era condenada, a não ser que fosse natural, pois sua obtenção era possível somente à custa de outras pessoas. O comércio era visto com

² “A terra foi, com efeito, dada por Deus aos homens para que pudessem viver neste mundo pensando na salvação eterna. A finalidade do trabalho não é enriquecer, mas conservar-se na condição em que cada um nasceu, até que, desta vida mortal, passe à vida eterna. A renúncia do monge é o ideal a que toda sociedade deve aspirar. Procurar riqueza é cair no pecado da avareza. A pobreza é de origem divina e de ordem providencial. Compete aos ricos aliviá-la por meio da caridade, de que os mosteiros dão exemplo. O excedente das colheitas deve-se, por conseguinte, armazenar para que se possa repartir gratuitamente, da mesma maneira como as abadias distribuem de graça os adiantamentos que se lhes pedem, em caso de necessidade.” - PIRENNE, H., op. cit., p.19.

desconfiança e a prática da usura estava destinada ao Inferno, pelo menos inicialmente.³

A principal fundamentação crítica à usura estava na concepção de que o dinheiro, em última instância, era relacionado diretamente ao tempo. Sendo este último era propriedade de Deus, o usurário se apoderava de um bem que não era seu e do qual, portanto, ele não poderia dispor. Isso aproxima a usura à uma idéia de roubo. Acompanhava essa noção o conceito do dinheiro como algo estéril, o que derivava da concepção aristotélica.⁴

Apesar de sofrer diversas restrições, a usura esteve presente na Idade Média. Era praticada por comerciantes, banqueiros e pela própria Igreja. Exceções como a de risco de perda do capital permitiam a cobrança de juros e, portanto, de lucros, em negócios realizados com letras de câmbio ou empréstimos realizados aos príncipes e reis.

Dependendo do ponto de vista adotado, a usura pode ser encarada como um entrave a uma nova forma de desenvolvimento econômico emergente ou até como uma forma de proteção à sociedade. Este último caso está à auto-suficiência da economia

³ Convém mencionar que ao final do século XII, com a criação do Purgatório, o usurário poderia em casos de arrependimento e devolução dos ganhos considerados injustos, ter esperanças de algum dia alcançar o Paraíso.

Também é importante observar que, a partir do século XIII, as seguintes situações passam a ser justificadas e deixam de ser consideradas usura: 1- Indenização que é devida pelo surgimento de um dano inesperado em razão do atraso na restituição do empréstimo ou de lucro cessantes que têm origem na possibilidade da perda de um lucro maior legítimo por causa do empréstimo realizado; 2- Fatores de risco e incerteza; e 3- Remuneração do trabalho. Para uma compreensão do papel do usurário e da usura vista pela Igreja conferir Le GOFF, Jacques – “A bolsa e a Vida” - S. Paulo: Brasiliense, 1989.

As exceções quanto à prática da usura também podem ser encontradas em PIRENNE, H. - op. cit., p.145, e BRAUDEL, Fernand – “Civilização Material, Economia e Materialismo - séculos XV-XVIII”, S. Paulo: Martins Fontes 1996, 3 v, vol. II, p. 501.

⁴ A posição de Aristóteles é formal: “Tem...perfeita razão aquele que odeia o empréstimo a juros. Desse modo, com efeito, o dinheiro torna-se também produtivo e acha-se desviado do seu fim, que é facilitar as trocas. Ora, o juro multiplica o dinheiro; daí, justamente, o nome que recebeu em grego, em que é chamado rebento (tokos). Assim como os filhos são de natureza semelhante à dos pais, assim o juro é dinheiro filho de dinheiro. Em suma, o dinheiro não dá cria ou não devia dar, fórmula tantas vezes retomada por Frei Bernardino e, em 1563, pelo concílio de Trento... - BRAUDEL, Fernando, op. cit., p. 500-501.

feudal, na qual os empréstimos eram relacionados inicialmente ao consumo e, portanto, o tomador de empréstimos era visto como alguém necessário, em virtude de problemas advindos de doenças, pestes ou catástrofes climáticas, que, em última instância, poderiam conduzir à fome.

Convém lembrar que na concepção medieval a usura não dependia da taxa praticada, mas da própria remuneração ou do lucro do capital emprestado. Como já foi visto, o empréstimo comercial foi sendo tolerado e se tornou cada vez mais aceito conforme a atividade do comércio se desenvolvia.

O renascimento da vida urbana e do comércio forçou a Europa a uma economia cada vez mais monetarizada e a exigir instrumentos de crédito. Essa situação levou à adoção de instrumentos como as letras de câmbio, as moedas contábeis utilizadas apenas nos acertos da contabilidade comercial e à realizações das feiras - que também serviam como formas de compensação de créditos e débitos - e à criação de associações comerciais com objetivo de auferir lucros nas expedições comerciais conhecidas como comandita.⁵

É conveniente lembrar, e este ponto nos interessa, que, enquanto os mercados tinham por função suprir as necessidades de regiões próximas, as feiras eram acontecimentos destinados aos mercadores profissionais ou de grande porte. As feiras ocorriam em períodos predeterminados com duração determinada e nelas eram realizadas transações de grande porte e, conforme foi anteriormente observado, as liquidações de crédito. Portanto, os mercados poderiam ser caracterizados como atividades de varejo, enquanto as feiras eram destinadas ao mercado atacadista.

⁵ “A sociedade em comandita, tão florescente no século XII, permite compreender o papel que nela desempenhou o crédito comercial. O comandatário antecipa ao comanditado, em troca de uma participação nos lucros, um capital que este fará frutificar no estrangeiro. Na maioria dos casos, a parte que corresponde ao primeiro compreende as três quartas partes e a do segundo, uma quarta parte dos lucros.” - PIRENNE, H., op. cit., p.128.

Muito mais poderia ser dito a respeito dos mercados e das feiras e da sua importância na vida econômica medieval. No entanto, para o nosso propósito, o interesse principal reside nas feiras, que, a grosso modo, podem ser relacionadas especificamente ao comércio de longa distância. Nesse caso, estamos de acordo com Pirenne e Braudel quando afirmam que o comércio de longa distância foi o responsável pelo processo inicial de acumulação capitalista.

Se considerarmos os riscos de um empreendimento comercial nessa época, em razão da ocorrência de pilhagens e da dificuldade de um sistema de transportes, entre outros fatores, não é de se estranhar totalmente o fato de o comércio de longa distância se restringir primordialmente aos bens considerados de luxo. Altas margens, oferta e demanda reprimida, pequeno espaço ocupado por esses bens em comparação com produtos como vinho, trigo ou outros cereais justificam essa opção. As operações realizadas por esses comerciantes consistiam basicamente em relações de compra de produtos na região A que tivesse uma forte demanda na região B e, após a realização da venda, na compra de produtos em B que tivessem uma demanda em A. Não eram incomuns operações triangulares que obedeciam à mesma lógica. Considerando todos os riscos envolvidos, a obtenção de lucro exigia uma margem extremamente alta que cobrisse também todas as despesas de viagem e o tempo decorrente de tal operação.

Outra vantagem decorrente do comércio de longa distância era a liberação das restrições impostas pelas diversas cidades por intermédio de seus legisladores ou das guildas. Com o decorrer do tempo, cada vez mais o grande mercador se afastava das atividades de varejo.

Baseado numa extensa rede de crédito, representantes e informações sobre as diversas situações de cada região, o comércio a longa distância assume uma característica cosmopolita. Essa extensa rede permite auferir altos lucros e, diferentemente do comerciante ou artesão local, é uma forma de não-especialização das atividades mercantis. Assim, no decorrer da Idade Média, esse grande

comerciante acaba por incluir entre suas mercadorias o dinheiro. Parte dos seus lucros é investida em propriedades fundiárias e parte na compra de títulos públicos ou empréstimos aos senhores e príncipes. Essa prática foi muito comum em cidades-Estados italianas como Florença, Milão, Gênova e Veneza.

No início do século XIV, no entanto, inicia-se um processo que põe fim à expansão da economia medieval que vai perdurar até o século XV. Isso não significa que ocorrerá uma decadência, mas, antes de tudo, uma estabilização da economia, causada por alguns acontecimentos, tais como a falta de novas expansões comerciais, que só iriam ocorrer durante o século XV; a fome de 1315 e a peste negra, que dizima um terço da população européia; e o descontentamento com as oligarquias urbanas, que assumem tarefas administrativas e políticas, uma vez que as regulamentações da indústria e comércio foram submetidas aos mercadores e do comerciantes que foram recrutados para tais atividades. Até o presente momento, porém, não há uma explicação consensual sobre a causa dessa estagnação. De qualquer forma, somente no século XVI encontraremos uma nova expansão da economia, dessa vez sob a hegemonia de Gênova.

2. O NASCIMENTO: GÊNOVA E HOLANDA

Embora a estagnação econômica atinja toda a Europa, as cidades-Estados italianas sofrem um impacto menor. Uma das possíveis explicações seria que encerrar-se em si mesma era “recolher-se ao Mediterrâneo, que continua sendo a zona mais ativa e o cerne do comércio internacional mais lucrativo”.⁶

Convém ressaltar que o ciclo de expansão comercial verificado no final do século XIII e início do século XIV resultou em uma expansão financeira subsequente no final do século XIV e início do século XV. Embora o esquema desenvolvido por

⁶ BRAUDEL, Fernand - op. cit. vol. III p. 101.

Braudel e Arrighi⁷ assegure que uma expansão comercial é seguida de uma expansão financeira, em virtude da limitação ou da incapacidade de investimento do capital na atividade comercial - em razão da redução das margens de lucros resultante de uma saturação dos mercados existentes que acaba por estimular uma forte concorrência intercapitalista -, Arrighi reconhece que os dois processos são conduzidos pelos mesmos capitalistas. No processo inicial de acumulação isso não ocorre, ou seja, o “ponto zero do desenvolvimento capitalista” tem sua origem ao final da primeira expansão comercial. Mas nesse momento não havia nenhum indivíduo ou grupo que pudesse ser responsabilizado por esse processo inicial de acumulação. No entanto, os grandes beneficiários desse processo foram as cidades italianas.

Seguindo esse raciocínio, somos levados a acreditar que em seu início, expansão comercial ocorrida no século XIII e XIV foi levada a termo por uma relação cooperativa entre as cidades-Estados:

“A cooperação apoiava-se primordialmente numa divisão do trabalho entre as atividades comerciais-industriais das cidades-Estados. Até as ‘as quatro grandes’ ocupavam nichos de mercado bem distintos no sistema comercial. Florença e Milão empenhavam-se, ambas, na manufatura e no comércio terrestre com o noroeste da Europa; enquanto Florença se especializava no comércio de produtos têxteis, Milão especializava-se no de metais. Veneza e Gênova especializavam-se no comércio marítimo com o Oriente; mas, enquanto Veneza especializava-se nos negócios com o circuito sul-asiático, baseados no comércio de especiarias, Gênova especializava-se com o circuito centro-asiático, baseado no comércio da seda.”⁸

Essa situação permaneceu inalterada até o ponto que o capital investido nas atividades comerciais começara a apresentar rendimentos decrescentes. Na ausência de novos mercados a serem explorados estabeleceu-se forte concorrência

⁷ ARRIGHI, Giovanni – “O Longo Século XX” - R. J.:Contraponto; S.P.: UNESP.

⁸ ARRIGHI, Giovanni – op. cit. p. 90.

intercapitalista. Foi o período que Braudel considerou como a Guerra dos Cem Anos italiana, encerrada com o Pacto de Lodi, em 1454, que “institucionalizou o equilíbrio de poder na Itália setentrional”.

Nesse jogo político, Gênova foi, sem dúvida, a grande perdedora. A perda do comércio no Mediterrâneo, o crescente déficit público e a retirada dos nobres das atividades comerciais conduziram Gênova a um processo de refeudalização. Ao contrário de Veneza, Florença e Milão, onde os interesses capitalistas coincidem com a gestão do Estado, em Gênova havia uma clara separação entre a nobreza e os mercadores.⁹ Isso significa que o poder de fato se encontrava nas mãos da aristocracia, que detinha o poder militar e era extremamente refratária ao ingresso dos “novos ricos” em suas fileiras. Gênova é, das cidades italianas, a que mais resistiu à venda das terras, obrigando, dessa forma os comerciantes a manter grande parte de seus capitais em condições de liquidez.

Na ausência do comércio de longa distância, com as severas restrições impostas por Veneza e pelos turcos na região do Mediterrâneo e expulsos do comércio do Mar Negro pelos catalães e aragoneses, nada restava aos genoveses se não buscar um aliado que pudesse fornecer a proteção que era recusada pela sua aristocracia e destinar o capital excedente às altas finanças internacionais.

Foi nesse quadro que surgiu sua aliança com a Espanha, país com o qual estabelece forte relação comercial e financeira. Era esse Estado territorialista que fornecia os produtos necessários e oferecia a proteção necessária para a condução dos negócios genoveses em busca do lucro, enquanto esses proporcionavam o financiamento requerido pela Espanha para suprir suas ambições de expansão territorial. Com a

⁹ Em relação à alienação do Estado por causa dos problemas financeiros: “Essa alienação foi mais completa em Gênova, onde, em 1407, a receita da república e a administração pública foram postas nas mãos da Casa di San Giogio, que incorporou os credores privados do Estado, e em Florença, onde a terrível crise fiscal que se seguiu à guerra com Lucca (1429-33) levou diretamente à tomada do governo da cidade pela Casa dos Médici. Mas até em Milão - a menos capitalista e mais territorialista das quatro grandes - o Tesouro ducal criou vínculos estreitos com as famílias da cidade que detinham grandes negócios e finanças.” - ARRIGHI, Giovanni - op. cit., p. 94.

descoberta da América, o capital genovês se livrou de vez de todas as suas restrições e alcançou seu momento de maior expansão, levando os comerciantes genoveses a se transformar nos banqueiros oficiais da Espanha:

“O essencial dos serviços que irão prestar ao Rei Católico (Carlos V) é assegurar-lhe rendimentos regulares a partir de recursos fiscais e de importações de metal branco americano, ambos irregulares.”¹⁰

O que faz Braudel afirmar:

“Com efeito, sua riqueza no século XVI não era o ouro, nem a prata, mas a possibilidade de mobilizar o crédito, de jogar esse jogo difícil a partir de um plano superior.”¹¹

Braudel refere-se aos negócios realizados com o ouro, a prata e as letras de câmbio. A prata adquirida com o rei da Espanha é vendida aos portugueses ou a cidades italianas que comercializam com o Oriente. Veneza e Florença efetuam o pagamento por meio de letras de câmbio sacadas contra os países do norte. Essas letras de câmbio são transferidas pelos genoveses para Antuérpia, que funciona como uma espécie de câmara de compensação e onde são executados os pagamentos do exército espanhol. Posteriormente, em 1537, o esquema é alterado e os pagamentos, por exigência de Carlos V, passam a ser realizados em ouro.

Esse esquema prevalecerá até a bancarrota espanhola, em 1627. Isso, no entanto, não significou a derrocada dos banqueiros genoveses, tendo em vista que as crises anteriores de 1575, 1596, 1607 haviam servido como uma espécie de alerta e fizeram com que a retirada fosse voluntária. Novamente, o capital é deslocado para as atividades comerciais:

¹⁰ BRAUDEL, Fernand - vol. III, op. cit., p.148.

¹¹ ib., p. 148.

“A política dos mercadores genoveses parece, portanto, variável, descontínua, mas maleável, capaz de se adaptar, como qualquer política capitalista que se preze. No século XV, instalar-se no caminho do ouro entre o norte da África e a Sicília; no século XVI, apoderar-se, através da Espanha, do metal branco das minas da América; no século XVII, engrossar de novo a exploração mercantil à custa de exportações de produtos manufaturados. E, em todas as épocas, praticar operações bancárias e financeiras conforme as circunstâncias do momento.”¹²

Essa volta ao comércio, porém, não permitiu a Gênova exercer seu papel de “economia mundo”. Com a perda da hegemonia como árbitro da política e com os problemas financeiros da Europa, seu espaço será ocupado por Amsterdã, no século XVII, que iniciará um novo ciclo de acumulação baseada na mercadoria, a qual, em seu devido tempo, será substituída pela acumulação financeira.

Sintetizando o processo, podemos observar que, em virtude das derrotas sofridas nas cidades de Veneza e Florença, Gênova teve seu comércio mediterrânico cerceado e foi obrigada a buscar alternativas na Europa Ibérica e a associar-se ao Estado espanhol, num processo de busca de proteção. Em outras palavras, Gênova externalizava os custos de proteção, enquanto Veneza por causa da estreita vinculação comercial e aristocrática, tinha plenas condições de internalizar seus custos de proteção.

A própria deficiência de Gênova, entretanto, foi o fator explicativo de seu sucesso, na medida em que sua fragilidade a obrigou a adotar novos métodos de comércio, enquanto Veneza manteve suas tradições comerciais no Oriente. No devido tempo, a associação do capital genovês às ambições territorialistas espanholas permitiu que a Espanha se apropriasse do capital excedente das demais cidades - Estados italianos, inclusive Veneza, por meio do monopólio das altas finanças.

¹² ib., p.152.

Após o término do processo de expansão financeira genovesa, devido em parte ao declínio das finanças e do poder do império espanhol e à incapacidade de Gênova de reinvestir os capitais excedentes, coube a Amsterdã através de uma nova expansão comercial assumir o papel hegemônico.

Dentro do quadro analítico proposto, Amsterdã exercerá seu papel de centro de acumulação com seu ápice no século XVII, inicialmente por meio de uma nova expansão comercial. Seu ponto de partida será o comércio com o Báltico - de onde vêm os cereais e os materiais de suprimento naval -, aliado a uma política de controle do poder ibérico por intermédio do que pode ser chamado de “arrocho fiscal invertido”, ou seja, atos de pirataria oriundos da tentativa da Espanha de impor uma tributação na ocupação de 1566. Para se ter uma idéia do comércio do Báltico, em 1560, cereais e mastros, madeiras para navios, resina, etc. significam cerca de 70% do trafico. Por outro lado, a desorganização da agricultura na Espanha e os problemas enfrentados pelo Mediterrâneo fazem de Amsterdã o grande centro de comércio mundial. Segundo Braudel, “com toda a evidência, a fortuna da Holanda foi construída a partir do Báltico e da Espanha ao mesmo tempo”¹³.

Comparando a estratégia holandesa com aquelas adotadas por Veneza e Gênova, em que a primeira buscou uma consolidação regional e uma auto-suficiência na administração do Estado e dos mecanismos da guerra e a segunda, uma inserção internacional em aliança com países estrangeiros, podemos dizer que os holandeses buscaram, em seu processo de acumulação, uma síntese. Essa síntese visava à obtenção da auto-suficiência administrativa e bélica do Estado e à consolidação regional por meio de uma expansão global do comércio e das finanças. Nesse sentido, os holandeses foram, em relação à Europa, os intermediários entre o comércio do Báltico e a Europa Ocidental (como Veneza) e num segundo plano o grande entreposto do comércio mundial (Gênova).

Desse modo, a estratégia holandesa seguiu os passos:

¹³ ib., p.192.

1. Tornar-se um entreposto mundial do comércio.
2. Controlar a liquidez por meio da criação da bolsa de Amsterdã, que não constituía nenhuma novidade, a não ser pelo fato de ter sido instalada em caráter permanente.
3. Criar as companhias de comércio e navegação de grande porte (Companhia da Índias Ocidentais e Orientais) que possuíam a obrigação de gerar lucros e simultaneamente detinham funções de Estado (gestão e guerras).

A criação das Companhias se tornou o elemento fundamental para a centralização do comércio mundial¹⁴. Seu alcance geográfico, capacidade financeira e direito de monopólio permitiram gradativamente, o controle do Oriente, de onde vinham produtos de alto valor agregado para Amsterdã que a seguir eram distribuídos para a Europa ou outros países do mundo.

As companhias também não constituíam elemento novo dentro das possíveis estratégias de acumulação. Em Veneza, por exemplo, existiram as galeras de mercado que consistiam em empreendimento simultaneamente público e privado, no qual o Estado construía os navios e, anualmente, leiloava a sua locação. A idéia básica era a redução de custos dos transportes de forma a manter a competitividade.¹⁵ Entretanto, a diferença ou a inovação da Holanda em relação às suas companhias foi o seu caráter permanente e o direito de exercer atividades anteriormente exclusivas do Estado, como por exemplo, as guerras. As antigas

¹⁴ “É que as companhias de comércio e navegação holandesas eram, a um tempo, beneficiárias e instrumentos da contínua centralização do comércio e das altas finanças mundiais em Amsterdã: beneficiárias porque essa centralização lhes garantia o acesso privilegiado a mercados lucrativos para a colocação de seus produtos e a fontes econômicas para obter seus insumos, inclusive mercados para se desfazer do capital excedente ou obtê-lo, dependendo de seu estágio de desenvolvimento e das oscilações de seu patrimônio. Mas elas também foram instrumentos poderosos de expansão global das redes comerciais e financeiras holandesas, sendo impossível exagerar, sob este ponto de vista, seu papel na estratégia global de acumulação dos holandeses.” ARRIGHI, Giovanni - op. cit., p. 143.

¹⁵ BRAUDEL, Fernand - op. cit., vol. III, p.110.

companhias italianas tinham sua duração limitada, ou seja, empreendimento era extinto depois do cumprimento da viagem inicialmente proposta.

Os grandes armazéns construídos em Amsterdã, abastecidos continuamente pelas Companhias, permitiam a estocagem de produtos por tempo suficiente, de forma a esperar e controlar a demanda por esses produtos em toda a Europa. Ao contrário de Gênova, com essas Companhias a Holanda internalizou os custos de proteção, evitando a necessidade de associação com os nascentes Estados territorialistas. Convém ressaltar também que, pelo menos inicialmente, não houve por parte dos holandeses a ambição por ampliação territorial, tão típica da Espanha e de Portugal e, posteriormente, da Inglaterra.

O objetivo territorial da Holanda se restringia à adoção de monopólios comerciais territoriais, ou seja, políticas de exclusividade comercial em que utilizava seu poderio econômico-financeiro.

No entanto, por ironia, as situações que contribuíram para o sucesso holandês foram responsáveis por sua queda posterior. O surgimento dos Estados Nacionais, com sua política territorialista, sua preocupação com a formação de mercados nacionais e a manutenção de suas fronteiras, bem como o aparecimento do mercantilismo¹⁶ se contrapuseram à Holanda como centro do entreposto comercial. De forma que:

“Não havia nada que os comerciantes holandeses pudessem fazer para conter, e muito menos reverter, essa onda sísmica do mercantilismo. Contê-la estava muito além de sua capacidade organizacional. Mas, o que não estava além desta e que, a bem da verdade, era o curso de ação mais sensato que eles poderiam adotar nessas circunstâncias, era retirar-se do comércio e se concentrar nas altas finanças, a fim de tirar proveito da difusão do

¹⁶ “Mas o mercantilismo não foi apenas a resposta imitativa dos governos territorialistas ao desafio criado pelo capitalismo holandês de âmbito mundial. Igualmente importante foi a tendência de reafirmar ou restabelecer o princípio territorialista da autarquia, sob a nova forma de “gestão econômica nacional”, bem como a tendência de contrapor esse princípio ao princípio holandês de intermediação universal.” - ARRIGHI, op. cit., p. 145.

mercantilismo, em vez de sucumbir a ele. É que o acirramento da competição entre as organizações territorialistas da Europa, que estava minando a viabilidade do sistema de comércio holandês, também estava ampliando e aprofundando a necessidade de dinheiro e crédito dos governos em geral - uma necessidade que as redes empresariais holandesas estavam em boas condições de atender, tirando proveito dela. A classe capitalista holandesa aproveitou prontamente essa oportunidade e, a partir de cerca de 1740, seus principais elementos começaram a trocar o comércio por uma especialização cada vez mais exclusiva nas altas finanças.”¹⁷

A tentativa de construção de um império comercial holandês que abrangesse tanto o Oriente como a Europa e a América foi sendo duramente combatido, principalmente na América, onde a Companhia das Índias Ocidentais raramente apresentou transações lucrativas. O próprio tamanho físico e populacional não apresentava as condições necessárias para a Holanda exercer domínio em todas estas frentes. Em seu momento inicial de expansão, foi possível recrutar a mão-de-obra necessária em outros países, mas com a formação dos Estados Nacionais esta foi escasseando, tornando proibitivos os custos advindos dos aumentos salariais.

Além desse fato, é importante fazer uma distinção entre o processo de comércio com a América - que não possuía redes comerciais e financeiras desenvolvidas e, portanto, dependia de um processo de colonização tradicional que envolvia o desenvolvimento de infra-estrutura - e com o Oriente onde as práticas comerciais e financeiras não constituíam novidade. Portanto, gradativamente, o comércio com a América foi sendo abandonado em função dos custos dessa exploração e em benefício das atividades da Companhia das Índias Orientais.

O sucesso da Companhia das Índias Orientais acirrou ainda mais os ânimos dos Estados territorialistas em relação ao comércio mundial e especialmente oriental,

¹⁷ ARRIGUI, Giovanni - op. cit., p. 146.

além de ter um efeito que se refletiu internamente na própria empresa, com um crescente poder da burocracia responsável por suas operações.¹⁸

Como no caso Genovês, esgotada a capacidade de reinvestir o capital excedente em atividades comerciais lucrativas, esse capital foi dirigido ao mercado financeiro, medida da qual, conforme veremos, a grande beneficiária foi a Inglaterra. Segundo Braudel:

“Só a partir de 1730 o sistema comercial holandês se deteriora na Europa, após cinquenta anos de uma renovação de atividades de 1680 a 1730. É só na segunda metade do século que os mercadores holandeses se queixam de “já não estarem incluídos nas transações reais do câmbio, de já não passarem de meros agentes de transportes marítimos e de expedição”. O melhor a dizer é que o jogo se inverteu. A Inglaterra está livre da tutela estrangeira, pronta para se apropriar do cetro do mundo.

A retirada comercial holandesa ajudou-a a obter o que tão cruelmente lhe faltara durante todo o século XVII: a possibilidade de grandes empréstimos ao Estado. Até então os holandeses sempre se haviam recusado a confiar capitais ao Estado inglês, considerando inevitáveis as garantias oferecidas. Mas durante o último decênio do século, o Parlamento de Londres admitiu o princípio de um fundo alimentado por impostos especiais para garantir os empréstimos lançados pelo Estado e o pagamento de juros. Os holandeses abrem então os cordões de suas bolsas, cada vez mais generosamente, à medida que os anos vão passando. Os ‘fundos’ ingleses proporcionam-lhes ao mesmo tempo um

¹⁸ “Como conseqüência, uma porcentagem crescente dos excedentes reais e potenciais da VOC passou a ser desviada do pagamento de dividendos para a expansão burocrática da empresa e, acima de tudo, para a remuneração lícitas e ilícitas do círculo dos Heeren XVII (diretoria) e da alta administração da Companhia.” ARRIGHI - op. cit., p. 151.

investimento cômodo, um juro superior ao dinheiro da Holanda e um objeto de especulação apreciado na Bolsa de Amsterdã...”¹⁹

Desta forma, sabemos que em 1737 o capital holandês detinha cerca de 1/5 da dívida pública inglesa; em 1758, os holandeses detinham 1/3 das ações do Banco da Inglaterra e em 1762, em torno de 1/4 da dívida pública inglesa.²⁰

3. A MATURIDADE: INGLATERRA E ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Dentro do esquema de análise desenvolvido, a Inglaterra será considerada a protagonista principal do terceiro ciclo do processo de acumulação capitalista. Uma das questões mais facilmente observadas é a crescente complexidade e organização dos responsáveis pelos diversos ciclos, isto é, Gênova era uma cidade-Estado enquanto a Holanda consistia num agrupamento de cidades reunidas que constituíam as Províncias Unidas, onde Amsterdã representou o centro comercial, econômico e cultural no século XVII. A Inglaterra assumirá esse papel a partir da segunda metade do século XVIII, numa estrutura mais complexa de Estado Nacional em termos de organização, e construirá a partir desse momento um verdadeiro império comercial global.

A disputa entre Amsterdã e a Inglaterra é a guerra entre uma cidade e um Estado territorial organizado que tem sob controle, em seus domínios, um mercado interno que possibilitará um desenvolvimento múltiplo da demanda, o que conduzirá a uma produção bastante diversificada. Enquanto os ciclos de acumulação anteriores se dividiam em comércio regional ou de longa distância, numa espécie de auto-organização e com funções claramente delimitadas, o mercado nacional foi uma criação do Estado Moderno. As antigas regulamentações das guildas, de caráter

¹⁹ BRAUDEL, Fernand - op. cit., vol. III, p. 239-40.

²⁰ ARRIGHI, Giovanni - op. cit., p. 211-2.

protecionista, foram gradativamente abolidas, bem como a liberdade sem restrições do comércio de longa distância, que em épocas anteriores eram, de certa forma, desregulamentadas e passaram a ser objeto da tutela e do interesse do Estado. Essa foi uma das conseqüências do mercantilismo, que, conforme já afirmamos, foi uma política econômica a serviço do Estado e patrocinada por este.

A Inglaterra, por diversas vezes, tentou inutilmente se inserir na Europa por meio de uma expansão territorial no entanto, após a sua expulsão da França, ao término da Guerra dos Cem Anos (1337-1453), mais especificamente no que se convencionou chamar de Guerra das Rosas (1455-1485), ela foi reconduzida a seu espaço insular. Desse momento em diante, sua preocupação foi, por meio de acordos ou guerras, a constituição do que viria a ser a Grã-Bretanha, ou seja, a conquista da Escócia, da Irlanda e do País de Gales. Isso não significava a ausência ou o desinteresse das questões européias, mas sim de posições de caráter defensivo que buscassem sempre um equilíbrio de poder, ora se aliando à Espanha, à Holanda ou até mesmo à sua eterna rival, França, de acordo com seus interesses específicos.

As ambições territorialistas da Inglaterra nunca foram abandonadas, mas simplesmente houve uma mudança de alvo, ou seja, a Europa foi abandonada em troca de uma expansão extraeuropéia.²¹

A história inglesa é extremamente vasta, longa e complexa, mesmo quando tratamos da parte restrita referente ao processo de acumulação de capital, que a transformou na grande protagonista do século XIX no mercado mundial. Uma das características dessa história é a de que, desde o século XVI, diversas tentativas foram feitas no sentido de inserir a Inglaterra como uma das grandes participantes do cenário do comércio.

²¹ É importante notar que talvez por causa de sua posição insular a Inglaterra sempre privilegiou a sua armada e por volta de 1500 já possuía navios armados, tanto que em 1588 derrotou a armada espanhola. Com as pilhagens realizadas no final do século XVI, foi possível a Elisabeth I liquidar as dívidas externas inglesas e criar a Companhia do Levante, de cujos lucros seria criada no século XVII a Companhia das Índias Ocidentais, que desempenharia um papel fundamental entre os séculos XVII e XVIII no comércio exterior inglês.

Podemos considerar que, após as tentativas frustradas de expansão territorial na Europa e dos desastres que essas aventuras causaram na economia inglesa, houve também movimentos constantes, gradativos e de certa forma evolutivos que contribuíram para o papel que ela desempenharia no século XIX.²²

Como exemplo, podemos citar que no século XVI a Inglaterra era considerada um país atrasado em relação a Itália, Espanha, Alemanha e às Províncias Unidas no que se refere aos avanços industriais. Na metade desse século, porém, é promovida a substituição da madeira como elemento de combustão pelo carvão mineral, são melhoradas as condições de navegabilidade fluvial, desenvolvem-se as indústrias de lã²³ e as metalúrgicas, há uma produtividade maior do setor agrícola e a estabilização da libra inglesa em 1560, que perdurou praticamente até 1931.

A era elisabetana é considerada por muitos a responsável pela origem do capitalismo inglês. Foi em sua época que se articulou uma aliança “formada pelo poder do dinheiro e o poder das armas, uma aliança entre a ‘nação’ inglesa que se estava retirando de Antuérpia e o Estado inglês”.²⁴ Entretanto, essa aliança somente alcançaria o objetivo de transformar a Inglaterra no principal Estado do mundo a partir da segunda metade do século XVIII. O elemento que dificultou essa supremacia foi a incapacidade de adquirir a hegemonia do comércio mundial, que, conforme vimos, foi conquistada pelos holandeses no século XVII.

²² Sobre as diversas expansões da economia inglesa que resultariam na Revolução Industrial: “O primeiro momento consistiu na rápida expansão da indústria têxtil inglesa, ocorrida durante a expansão financeira liderada pelos florentinos, no fim do século XIV e início do século XV; o segundo momento consistiu na rápida expansão da indústria metalúrgica inglesa, durante a expansão financeira liderada pelos genoveses no fim do século XVI e início do século XVII; e o terceiro momento - a chamada revolução industrial - consistiu na rápida expansão das indústrias têxtil e metalúrgica, durante a expansão financeira liderada pelos holandeses no século XVIII.” - ARRIGHI, Giovanni - op. cit., p. 213.

²³ Convém lembrar que esta indústria teve seu início através do uso da força por parte de Eduardo III, no final do século XIV e início do século XV, atraindo os tecelões de Flandres e impondo melhores condições de comercialização com seus clientes holandeses. A atração destes tecelões ocorreu em virtude de embargos e agressões militares que os “incetivava” a transferir-se para a Inglaterra.

²⁴ ARRIGHI, Giovanni - op. cit., p. 196 - Por “nações” entende-se um conjunto de banqueiras da mesma nacionalidade, agindo fora de seus Estados e com característica fortemente cosmologista. Desse modo havia “nações” de ingleses, genoveses, florentinos, etc.

A posição inglesa nunca foi passiva. Em 1610, por exemplo, foi tentado o embargo de exportações para a Holanda de tecidos não tingidos. O objetivo claro dessa medida era agregar valor ao produto e participar do lucrativo comércio dos produtos acabados. De forma mais simples: obter maior participação na divisão de lucros desse comércio. A reação holandesa foi de retaliação. A Holanda proibiu a importação de tecidos ingleses, obrigando, no ano seguinte, a recapitulação da Inglaterra, sem, no entanto, haver a revogação holandesa da proibição das importações, gerando uma longa e profunda depressão na economia inglesa.

A Inglaterra somente conseguiu levar seu projeto adiante quando a condição de centro comercial da Europa centrado em Amsterdã foi sendo disputado no decorrer do século XVIII.

“(...) enquanto Amsterdã permaneceu como entreposto central do comércio mundial - isto é, como lugar onde os suprimentos do Báltico, do Mediterrâneo e dos oceanos Atlânticos e Índico se encontravam e se transformavam na demanda uns dos outros -, foi relativamente fácil para os holandeses tornarem-se tecnicamente competentes e economicamente competitivos em qualquer atividade industrial que tivesse grande peso para a reprodução ampliada da supremacia comercial holandesa. Mas, tão logo o papel de Amsterdã como armazém central do comércio mundial começou a ser contestado com a ascensão de entrepostos rivais - como aconteceu no século XVIII -, a primazia industrial holandesa, que não era grande coisa, desfez-se com a mesma rapidez com que havia surgido.”²⁵

Essa concorrência intercapitalista entre França, Inglaterra e Espanha foi vencida pela Inglaterra. A aliança com Portugal por meio da proteção contra os holandeses, o apoio em relação ao processo de independência com a Espanha e o casamento de Carlos II com Catarina de Bragança trouxeram para a Inglaterra as relações comerciais com as Índias e o lucrativo comércio de escravos africanos. A exclusão

²⁵ ARRIGHI, Giovanni - op. cit., p. 201.

do comércio dos holandeses no Atlântico, por parte dos ingleses, permitiu a hegemonia britânica no Atlântico no conhecido comércio triangular: produtos ingleses trocados por escravos africanos, estes escravos trocados por produtos tropicais americanos e estes trocados por manufaturados ingleses. Foi isso que gerou a demanda e os recursos de capital para a futura revolução industrial.

A transformação da Inglaterra em entreposto comercial que permitia o controle mundial de matérias-primas estratégicas, aliada a um crescente processo de industrialização e com uma lógica diferenciada dos holandeses no que se refere à expansão territorial garantiu o papel hegemônico da Inglaterra no comércio mundial.

Conforme foi visto anteriormente, a lógica holandesa não era a expansão colonial no sentido de adquirir possessões com o intuito de construção de um império territorial. Isso significa que a lógica capitalista holandesa era de dinheiro-território-dinheiro, enquanto a lógica inglesa foi de território-dinheiro-território. Em síntese, a lógica holandesa consistia em uma lógica de poder comercial, enquanto a lógica inglesa se resumia a uma lógica de poder territorialista, ou seja, à construção de um império econômico e político.

Esse processo pode contribuir para o entendimento da transformação do capitalismo comercial no capitalismo industrial. Não é nosso objetivo, neste trabalho, estudar a complexidade dessa transformação mas apenas caracterizar aquilo que foi específico do ciclo de acumulação inglês.

Ao contrário dos regimes anteriores quando Gênova se associou à Espanha, isto é, uma nação capitalista uniu-se a um Estado territorialista, a Inglaterra não teve necessidade dessa associação e em si própria conseguiu recursos para ser ambos ao mesmo tempo. O país possuía o capital, era capaz de incorporar os custos de

proteção e, no que constitui a grande novidade, incorporar os custos de produção²⁶ em virtude da sua condição de centro mundial do comércio e de seu mercado interno. Dessa forma, a Inglaterra se permitiu abandonar o setor primário em detrimento do poder do capital, isto é, sua posição permitia que pelo poder econômico ou das armas, conforme a situação exigisse, tivesse o abastecimento garantido. Assim, por exemplo, abriu mão de uma auto-suficiência agrícola e se tornou em grande parte dependente de grãos oriundos das mais diversas partes do mundo.

As Companhias das Índias Ocidentais e Orientais, criadas inicialmente para combater a hegemonia holandesa, obtiveram enorme sucesso em seus objetivos. Entretanto em razão das características democráticas inglesas, sempre estiveram em posição delicada estrategicamente. Em casos de ineficiência, era pedida a sua extinção: em casos de sucesso, seu monopólio era questionado. O exemplo típico dessa última situação ocorreu quando de seu sucesso comercial têxtil na Índia, que fez com que os produtores ingleses reivindicassem tarifas para as importações de tecidos indianos ou acesso a estes mercados, rompendo, assim, o monopólio da Companhia.²⁷ O mesmo ocorreu em momentos diferentes com o tráfico de escravos e até mesmo com o comércio de ópio com a China.

²⁶ “Por internalização dos custos de produção entendemos o processo pelo qual as atividades produtivas foram introduzidas no campo organizacional das empresas capitalistas e submetidas às tendências a economizar que eram típicas dessas empresas. Sem dúvida, as empresas capitalistas especializadas em atividades produtivas existiam desde muito antes da decolagem do ciclo de acumulação britânico. Mas esse tipo de empresa não exercera nenhum papel, ou tivera apenas um papel secundário e subalterno na formação dos regimes genovês e holandês de acumulação. (...) No ciclo britânico em contraste, a acumulação de capital passou a se basear em empresas capitalistas, que estavam profundamente envolvidas na organização e racionalização dos processos de produção.” - ARRIGHI, Giovanni - op. cit., p. 181-2.

²⁷ A indústria têxtil indiana era constituída de uma forma descentralizada e enquanto monopólio da Companhia das Índias este sistema foi respeitado e administrado, permitindo um comércio favorável aos indianos. Ao fim do monopólio da Companhia e dos efeitos da revolução industrial, a economia têxtil indiana foi praticamente destruída e juntamente com as transferências tributárias permitiu mais facilmente a vitória comercial contra a França, sua potencial concorrente. Segundo Arrighi: “Mercado insignificante para os produtos de algodão britânicos até 1.813, a Índia havia se tornado, em 1.843, o maior mercado isolado para esses produtos, absorvendo 23% das exportações britânicas em 1.850 e 31% dez anos depois. (...) É difícil imaginar como esse grande salto à frente na mecanização têxtil britânica poderia ter ocorrido numa época de estagnação da demanda interna e externa, não fosse a conquista do mercado indiano e a conseqüente destruição da indústria têxtil da Índia.” Op. cit., p. 270.

Esse ponto é importante dentro de nossa argumentação, porque nos mostra uma clara distinção entre o sistema holandês e o inglês. O sistema holandês mantinha uma relação entre o poder capitalista e o político muito estreito, enquanto, de certo modo, no capitalismo inglês apesar da associação entre capital e Estado, em última instância era este último que prevalecia. Assim, por exemplo, as Companhias, que haviam cumprido seu papel de agentes políticos do Estado para a construção do Império Britânico, foram abandonadas à sua própria sorte e extintas. Seu espaço era ocupado por empresas de pequeno porte - em um esquema de complementaridade e/ou cooperação-, em sua maioria localizadas em distritos industriais especializados.

A característica de Estado territorialista da Inglaterra, que permitia o controle militar, portanto comercial e financeiro mundial, proporcionando, dessa forma, um completo controle das fontes de abastecimento de matérias-primas e mercados, aliado aos efeitos da Revolução Industrial, que criou de forma simultânea uma demanda e oferta global, possibilitou à Inglaterra adotar unilateralmente a prática do livre-comércio.

Enquanto durou a fase de expansão comercial inglesa o controle do comércio mundial em escala nunca antes conhecida foi possível. Suas indústrias de bens de capital obtiveram grande desenvolvimento e crescimento em razão das guerras européias no século XVIII e quando das restrições, em 1806-7, às importações por parte da maioria dos países europeus, as suas atividades foram redirecionadas para outros países do mundo, especialmente para a América Latina. A depressão da segunda metade do século XIX (1873-96), que inicialmente se pensou temporária, no entanto, fez com que dois países questionassem a validade da regra do livre-comércio: a Alemanha e os Estados Unidos.

A Alemanha foi o primeiro Estado europeu a desenvolver políticas protecionistas e intervencionistas, por causa da recessão de 1873-9, e sua estratégia consistiu em estimular uma política de desenvolvimento econômico por meio de uma integração horizontal da economia, o que acabou resultando numa economia cartelizada se

constituindo num capitalismo monopolista de Estado²⁸. Já os Estados Unidos seguiram o caminho de uma integração verticalizada, isto é, incorporando os custos de transação²⁹. Essas podem ser consideradas, a grosso modo, as duas tentativas de questionar o poderio inglês do século XIX.

No período anterior a 1850, o capitalismo alemão era constituído de pequenas empresas familiares, seguindo o modelo inglês. No entanto, a partir da depressão que se seguiu, a concentração econômica se acentuou e as empresas menores sobreviventes assumiram um papel subalterno e secundário em relação aos grandes grupos. Desse momento em diante:

“Ao fomentar a formação de cartéis que abrangiam ramos inteiros da indústria, os grandes bancos facilitaram o funcionamento tranqüilo e eficiente das empresas em que eles haviam passado a controlar. À medida que aumentou a lucratividade dessas empresas, comparada à das que ainda estavam sujeitas às incertezas do mercado, os bancos adquiriram novos meios de ampliar ainda mais seu controle sobre o sistema industrial, e assim sucessivamente, até que um cartel geral passasse a controlar toda a economia geral...”³⁰

Este sistema prejudicou seriamente a tentativa alemã, uma vez que nesse tipo de economia tanto a produção quanto a determinação de preços em todos os setores da indústria se tornaram algo puramente formal e, na verdade, se distribuía a porcentagem a cada um de seus membros. Isso permitiu, de certa forma, uma lógica de eficiência tecnológica de desenvolvimento de produtos de valor agregado maior, mas o ganho em termos de valores absolutos continuou a pender a favor dos ingleses. A produção alemã cresceu cerca de seis vezes no período de 1870 a 1913 e

²⁸ Essa cartelização surgiu entre a associação política de Bismark e algumas empresas e seis grandes bancos alemães, em que o governo auxiliaria em suas expansões e a elas caberia auxiliar o governo na construção de uma unidade econômica e um complexo militar.

²⁹ Entendemos por custos de transação as economias do processo centralizado de compra de matérias-primas, distribuição e técnicas de comercialização da produção.

³⁰ ARRIGHI, Giovanni - op. cit., p.275.

a inglesa apenas duplicou, “mas a proporção de renda dos dois países, tanto calculada globalmente quanto per capita, era da ordem de 0,7 ou 0,8 por 1”.³¹

Embora esse possa ser considerado um resultado modesto, a política e os interesses econômicos dos alemães acabariam por levá-los, mais cedo ou mais tarde, a interesses conflitantes com o império britânico. A Primeira Guerra acabou por anular todo o esforço alemão tornando-se tanto um fracasso político quanto econômico. Foi justamente deste embate entre o capitalismo do livre-comércio inglês e o capitalismo de corporações alemão, porém, que surgiu uma nova forma de capitalismo de organização que completará nosso quarto ciclo de acumulação a dos Estados Unidos da América.

Antes, porém, é necessário lembrar que depois da deflação que assolou a Europa houve uma breve recuperação dos preços e das margens de lucro das empresas, o que pareceu a muitos uma nova expansão comercial, mas representou de fato uma intensa concorrência intercapitalista muito mais relacionada às relações interestatais do que empresariais. A luta pelo poder interestatal levou a uma corrida armamentista que conduziria, ou no mínimo seria a sua preparação, à Primeira Guerra Mundial.

Desde 1850, no entanto, a economia inglesa havia atingido o limite de sua expansão comercial e os lucros líquidos excedentes estavam sendo investidos nas altas finanças. Como a Inglaterra, anteriormente, tinha sido beneficiária do capital excedente holandês, desta vez o beneficiário do excesso do capital inglês eram os Estados Unidos da América:

“Os Estados Unidos foram o país que captou a maior parcela destes investimentos, e aquele que deu aos investidores britânicos os maiores direitos sobre os ativos estrangeiros e receitas futuras. Entre 1850 e 1914, o investimento externo e os empréstimos de longo prazo aos Estados Unidos

³¹ ARRIGHI, Giovanni - op. cit., p. 276.

somaram um total de U\$ 3 bilhões. Mas, durante esse mesmo período, os Estados Unidos fizeram pagamentos líquidos de juros e dividendos, em sua maior parte à Grã-Bretanha, num total de U\$ 8 bilhões. A consequência foi um aumento da dívida externa norte-americana de U\$ 200 milhões, em 1843, para U\$ 3,7 bilhões em 1914.”³²

Os custos de proteção, porém, haviam se tornado altamente excessivos para os países europeus isolados ou tomados em seu conjunto. Os Estados Unidos eram, em virtude de sua economia diversificada e de seu espaço geográfico continental, o único grande fornecedor dos produtos necessários aos esforços de uma guerra mundial. A Inglaterra previu, em 1905, que dispunha de recursos suficientes para custear cinco anos de guerra - cálculo que em 1915, se mostrou equivocado e no início da guerra os ativos ingleses foram vendidos na bolsa de Nova York com pesados descontos. Ao final da guerra, os Estados Unidos “havam recomprado por uma pechincha alguns dos investimentos maciços que tinham construído a infraestrutura doméstica no século XIX e, além disso, haviam acumulado imensos créditos”.³³

A neutralidade dos Estados Unidos permitiu, além das vantagens citadas, substituírem a Inglaterra e ampliassem seus investimentos na América Latina, em partes da Ásia e, além disso, detivessem créditos no valor de U\$ 9 bilhões de dólares junto à França e a Inglaterra.

Após a Primeira Guerra, a realidade européia não havia conseguido se recuperar e as discussões conduziam à necessidade de uma moeda forte como elemento fundamental para a recuperação econômica e para a paz. No entanto a moeda forte estava relacionada ao livre-comércio e este se confrontava com a tentativa de auto-suficiência de cada um para manter suas moedas. O resultado perverso dessa política foi a adoção de mecanismos comerciais protecionistas, como por exemplo,

³² ARRIGHI, Giovanni - op. cit., p. 278.

³³ ib., p. 279.

quotas de importação, barreiras alfandegárias, tratados bilaterais de comércio, etc. Enquanto isso ocorria na Europa, os índices americanos, de produtividade aumentavam incessantemente transformando-se numa vantagem competitiva para os americanos e dificultando as relações de troca e impossibilitando que os países devedores saldassem seus débitos.³⁴

Em conseqüência da crise de 29, entre outros motivos, mais uma vez a concorrência interestatal determinaria o fim de mais um ciclo de acumulação que terminaria com a Segunda Guerra Mundial. Com o término dessa guerra, a concentração de capital se tornou maior do que antes: em 1947, as reservas de ouro americana representavam cerca de 70% do total mundial; em 1948, a renda nacional equivalia a mais que o dobro das rendas nacionais conjuntas da Grã-Bretanha, França, Alemanha e Benelux.³⁵

A ascensão dos Estados Unidos a novo centro hegemônico alterou a ordem mundial e determinou de uma vez por todas o fim do ciclo inglês. Os Estados Unidos nunca aceitariam o livre-comércio da forma unilateral que a Inglaterra havia determinado. As restrições americanas incluíam qualquer proposta de criação de um órgão com o objetivo de reconstrução do comércio mundial - como foi o caso da Organização Mundial do Comércio, proposta por Roosevelt. Em seu lugar foi proposto o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), em 1948, que nada mais era do que uma instância de negociação para acordos bilaterais ou multilaterais de redução de tarifas e outras possíveis restrições. Talvez a grande novidade tenha sido o acordo de Bretton Woods (1944), em que transfere dos banqueiros e/ou financistas privados a

³⁴ Esse processo gerou uma excessiva liquidez que permitiu aos Estados Unidos um enorme acúmulo de divisas internacionais e de ativos líquidos no exterior. O desequilíbrio dos balanços mundiais conduziu a movimentos especulativos ao redor dos centros financeiros do mundo e qualquer alteração mais brusca nos Estados Unidos poderia fazer ruir todo o sistema, como ocorreu na crise de 1929. Com a interrupção dos empréstimos e investimentos americanos por causa da Depressão, os países foram obrigados a defender suas moedas por meio da desvalorização de suas moedas ou do controle das taxas de câmbio. Enfim, em 1931 a Inglaterra rompe com o padrão-ouro e o protecionismo atingiu seu ponto máximo. Estava encerrado, enfim, o período inglês do livre-cambismo.

³⁵ ARRIGHI, Giovanni - op. cit., p. 284.

“produção” do dinheiro mundial por intermédio de uma complexa rede de Bancos Centrais e organismos como o Fundo Monetário Nacional e o Banco Mundial, transferindo, desta forma, o controle da “produção” do dinheiro para as organizações governamentais e encerrando o ciclo daquilo que se chamava de “haute finance”.

Mas nosso interesse está voltado exclusivamente para o que é específico no ciclo de acumulação norte-americano, ou seja, a internalização dos custos de transação que foram alcançados em razão de uma a um estrutura empresarial organizada verticalmente.

Na metade do século XIX, a economia norte-americana, à semelhança da alemã, seguiu um processo de verticalização, que promoveu, principalmente, a formação de cartéis do setor ferroviário, financeiro e petrolífero, mas provocou reações populares negativas por causa, tanto do excessivo poder quanto das acusações de ineficiência. Essa situação acabou por conduzir, esses cartéis, ao fracasso e às legislações antitrustes, que foram declarados ilegais, em 1890, pela Lei Antitruste Sherman.

Tornados ilegais esses trustes, os custos de transação foram internalizados por empresas isoladas ou compostas de unidades separadas, que eram capazes de eliminar os riscos da movimentação das matérias-primas e controlar os processos produtivos e a distribuição dos produtos por todo território, auxiliadas por novas técnicas de vendas e comunicação.

O resultado líquido é o que se pode chamar de “economia da velocidade”, em que a organização permitiu a redução dos custos de produção por meio de aumento da produtividade de trabalhadores e das máquinas, obtidos com a melhoria de equipamentos e matérias-primas, e com o melhor aproveitamento das fontes energéticas. Em suma, um resultado conseguido por meio da organização, ou seja, do desenvolvimento de instrumentos de planejamento e controle.

Os grandes fluxos de recursos gerados por esse tipo de organização foram reinvestidos na estrutura interna de alta e média gerência com funções específicas para obter melhor desempenho no trabalho e no monitoramento e controle dos mercados. Tais medidas constituíram, por si só, uma barreira à entrada de novos concorrentes. Mais do que tecnologia e/ou capital necessário, para o novo concorrente a dificuldade consistia na formação de uma rede de fornecedores, transportes, distribuidores e informações de mercado.

Diferentemente das antigas Companhias, este novo tipo de empresa se caracterizava por ser formada por capitais privados e ter funções basicamente comerciais com objetivos financeiros determinados e com uma estrutura burocrática e de poder, o que lhe conferia, pelo menos em tese, uma existência perpetuada. Além dessas diferenças, as antigas companhias se beneficiavam de algum tipo de monopólio e da atuação geográfica determinada, enquanto o novo tipo de empresa se especializava em determinado tipo de negócio com atuação em múltiplos territórios, até mesmo como forma de evitar a política protecionista de outros países.³⁶

4. CONCLUSÕES

Neste capítulo tratou-se do longo processo de acumulação capitalista descrito em quatro grandes ciclos: genovês, holandês, inglês e norte-americano. Por razões práticas e metodológicas, fomos obrigados a ressaltar apenas os argumentos que se tornarão necessários ao desenvolvimento deste trabalho. Sem dúvida, poderemos ser acusados de excesso de simplificação ou mesmo de reducionismo histórico. Acreditamos que, de um ponto de vista amplo, essas acusações não podem ser consideradas desprovidas de sentido. No entanto para atingir o objetivo proposto pelo nosso trabalho somos obrigados a aceitá-las como legítimas e verdadeiras.

³⁶ Em 1914, os investimentos diretos dos Estados Unidos na Europa correspondiam a 7% do PIB americano. *Ib.*, p 249.

A própria história do capitalismo, e mesmo de um de seus aspectos, como o processo de acumulação comporta uma visão muito mais ampla e não raras vezes competitiva, mas nosso interesse se prende especificamente às relações entre ética e economia e ética em negócios. Nesse sentido acreditamos que mesmo concordando com as críticas sobre a adoção de uma visão extremamente simplista em relação ao processo histórico, ela servirá adequadamente aos nossos propósitos. Enquanto as informações utilizadas servirem ao método de análise e crítica proposto, quer nos parecer que não possam ser invalidadas.

Sem perdermos de vista nosso objetivo final, este capítulo procurou demonstrar as diferenças entre os quatro ciclos de acumulação, que podem ser brevemente resumidos da seguinte forma:

1. Ciclo genovês: por causa das dificuldades enfrentadas na competição com as demais cidades italianas, Gênova foi obrigada a buscar em um Estado com ambições territorialistas aquilo que lhe faltava para seu processo de expansão, ou seja, proteção. Portanto, externalizou seus custos de proteção associando-se ao império espanhol. Sendo um Estado politicamente fraco, em relação tanto a Veneza quanto aos Estados territorialistas, organizou-se como uma nação cosmopolita, procurando se aproveitar da imensa necessidade de capital circulante por parte dos Estados territorialistas.
2. Ciclo holandês: foi de certa forma uma espécie de combinação de uma cidade e do que viria a ser um Estado Nacional, constituindo-se numa organização mais complexa. A Holanda teve condições de internalizar os custos de proteção necessários à sua expansão comercial, conquistar a independência da Espanha e alguns de seus territórios ultramarinos e reverter em benefício próprio a competição pelo capital circulante interestatal, transformando-se em um grande entreposto comercial.

3. Ciclo inglês: constituiu-se de um Estado Nacional, de organização extremamente complexa que, além de internalizar os custos de proteção e beneficiar-se do capital circulante, conseguiu eliminar a concorrência hostil dos demais Estados territorialistas, assegurando um completo controle dos suprimentos necessários à maior parte das matérias-primas das quais dependia sua produção agroindustrial. Com isso, transformou-se em um centro comercial, industrial e financeiro em escala global.
4. Ciclo norte-americano: em virtude de sua privilegiada posição geográfica, tamanho e diversidade em termos de riquezas naturais, além de seu poderio militar que permitia ajuda aos seus aliados, os Estados Unidos conseguiram internalizar, além dos custos de proteção e de produção, também os custos de transação dos quais dependia a auto-expansão de seu capital.

Podemos notar que a passagem de um ciclo para outro implica uma complexidade organizacional maior e que os períodos de expansão material são seguidos por períodos de expansão financeira que prenunciam o fim de uma dada hegemonia. Convém ressaltar que os movimentos não são abruptos nem as mudanças, radicais. Na maioria das vezes, o final do ciclo de expansão financeira convive com um novo ciclo de expansão material advindo de outra potência emergente. O que significa uma evolução dentro do desenvolvimento de acumulação capitalista, mas sob uma nova guarda. Algumas vezes, o sistema se mostra pendular, de forma que o regime novo nega as características daquele que está sendo superado, mas assume algumas de algum regime anterior acrescentando a elas novos métodos.³⁷

³⁷ Por exemplo: a Holanda rejeita a externalização dos custos de defesa de Gênova e assume algumas das características de Veneza, como o capitalismo monopolista e a internalização dos custos de defesa. O capitalismo inglês redescobre o caráter cosmopolita genovês e a expansão territorialista espanhola. O norte-americano resgata o capitalismo de corporações holandês que os ingleses haviam superado.

III. ÉTICA E FILOSOFIA ECONÔMICA

A preocupação no capítulo anterior, foi a de traçar as origens e as formas pelas quais se manifestaram os diferentes períodos do processo de acumulação capitalista. Esse capítulo se relaciona diretamente com o período compreendido entre os séculos XVIII e XX. A justificativa não é arbitrária, mas está estritamente relacionada com o fato de que os períodos de transição de uma hegemonia a outra não constituem eventos isolados nos quais as forças hegemônicas de um dado momento impedem o nascimento de uma outra que futuramente vai ocupar o seu lugar, porém de processos de concorrência intercapitalistas.

Não se trata de uma visão evolucionista da história nem de uma ruptura integral com o sistema anteriormente dominante. O novo centro hegemônico, na maior parte das vezes, possui em seu interior características de modelos anteriores bem como inovações resultantes das oportunidades históricas que lhes são apresentadas e que obrigatoriamente exigem uma leitura política e econômica adequada, além de tornar disponíveis os recursos necessários para usufruir e obter vantagens dessas novas condições.

Essa concepção histórica do processo de acumulação nos permite compreender por que o período da hegemonia holandesa no século XVIII era considerada incontestável. A Inglaterra se mostrou incapaz de enfrentar e concorrer em uma disputa pelo capital excedente, entretanto se em condições de desenvolvimento interno por meio de uma verdadeira revolução agrícola e da reformulação de seu sistema financeiro e comercial, o que abriria os caminhos de um processo de industrialização que aos poucos proporcionaria as condições necessárias e suficientes para disputar o centro daquilo que Braudel chama de “economia mundo” e adquirir o seu período hegemônico que perduraria do século XIX até aproximadamente 1930.

Essa luta entre Holanda e Inglaterra para se tornar o centro da economia mundial tem seu período no decorrer da segunda metade do século XVIII e embora esse não seja o único elemento de explicação não deve ser desprezado para o entendimento do fenômeno de que para diversos autores a economia é considerada uma ciência tipicamente inglesa em sua origem.³⁸

Naturalmente, não estamos desconsiderando a existência de pensadores ou de preocupações com temas econômicos, refletidos no decorrer do longo caminho da história humana por autores que remontam à Grécia Antiga, como Aristóteles e Platão, e vão até o pensamento dos autores mercantilistas e fisiocratas.³⁹

Entretanto, parece não haver discordâncias significativas de que foi somente com a publicação da “Riqueza das Nações” de Adam Smith, em 1776, que surgiu um novo ramo humano do conhecimento científico. Na verdade, muitas das idéias presentes no livro de Smith podem ser encontradas em diversos autores de diferentes épocas. Mas foi a capacidade de Smith de sistematizá-las e combiná-las em um todo coerente e explicativo dos fenômenos econômicos que forneceu os elementos iniciais necessários para que num futuro próximo ele se tornasse emancipado da teologia, da política e da filosofia, definindo um campo de conhecimento próprio, fato que por si só comprova e justifica a sua genialidade e a importância de sua obra até nossos dias.

Foi a obra de Smith que serviu para explicar e justificar a adoção da política econômica inglesa do livre-comércio executada de maneira unilateral pela Inglaterra do século XIX. Diversos autores que sucederam a Smith se reconhecem ou se afirmam como herdeiros diretos e fiéis de seus ensinamentos, tais como alguns

³⁸ Lembramos que a Holanda se constitui um novo modelo político que incorpora resquícios das antigas cidades-Estados italianas e simultaneamente apresenta características novas que constituirão aquilo que conheceremos como o Estado Moderno. Convém recordar que a Inglaterra pode ser considerada o primeiro Estado Moderno, antecipando a evolução política européia.

³⁹ Uma excelente referência para a análise das idéias econômicas que se inicia na Grécia Antiga e vai até a época de Keynes é o livro de “SCHUMPETER, Joseph A. – “História da Análise Econômica” - 2 v, Rio de Janeiro: Missão Norte-Americana de Cooperação Econômica e Técnica no Brasil -USAID, 1964.

economistas que podem ser enquadrados no que se tornou conhecida como economia neoclássica, liberal, neoliberal e até mesmo por alguns autores contemporâneos, como ultra-liberal, como Von Mises, Hayek e Milton Friedman.⁴⁰

Smith definiu sua obra como de “economia política” - um termo que com o passar do tempo foi perdendo seu sentido original e se tornou no decorrer do século XIX, aquilo que hoje conhecemos como ciência econômica. Sem entrarmos no mérito da adequação de qual termo seja considerado mais ou menos apropriado, acreditamos que essa distinção não seria de grande utilidade para a discussão a que nos propomos. Nossa proposta no presente capítulo é discutir a justificativa dos valores morais e éticos subjacentes à teoria econômica e que justificam suas ações, prescrições e alternativas e até sua própria existência. Não nos propomos a reconstruir as idéias do pensamento econômico nem mesmo rescrever uma história da economia ou de seus aspectos metodológicos e das diversas teorias explicativas e muitas vezes concorrentes para a explicação dos fenômenos econômicos. Nosso objetivo é paradoxal, na medida em que é ambicioso, ao tratarmos de uma área de conhecimento extremamente vasta e complexa, cujas sutilezas nos declaramos incapazes de compreender e diante de tal somos razoavelmente modestos ao tentar reconstruir o modelo de sociedade política e social proposto pela corrente daquilo que denominamos de liberalismo, tanto o clássico como o neoclássico, utilizando sempre que possível de uma visão multidisciplinar.

Metodologicamente, é preciso fazer uma distinção entre o que chamaremos de economia positiva e economia normativa. Nem sempre essa divisão pode ser claramente distinguível na realidade, principalmente se considerarmos que em qualquer ramo do conhecimento científico a ausência de juízos de valor, embora seja desejável, nem sempre se mostra possível. E é precisamente no ramo das

⁴⁰ Ludwig Edler Von Mises (1881-1973), Friedrich August von Hayek (1899-1992): ambos são classificados como neoclássicos em SANDRONI, Paulo (org. e supervisor) – “Novo Dicionário de Economia” 8ª ed. S. Paulo: Best-Seller, p. 226 e p. 158. Por acreditarmos não haver divergências significativas entre as posições dos três autores nos aspectos que nos interessam, incluiremos também nessa mesma categoria Milton Friedman (1912). Portanto, usaremos o conceito neoliberal em contraposição ao liberalismo clássico de Smith.

ciências sociais ou das humanidades que o perigo se torna maior. Portanto, consideraremos economia positiva aquela que se pretende objetiva, técnica, analítica na procura da explicação dos fenômenos econômicos de forma geral. Como ciência econômica normativa, consideraremos os autores que se preocupam com os caminhos que a sociedade deve seguir para atingir as finalidades desejadas e apresentam propostas com claro conteúdo de natureza política. Nosso interesse está restrito aos autores que tiveram entre seus diversos trabalhos uma preocupação normativa. Enfim, qual é a visão de homem desses economistas e quais são as justificativas para os modelos normativos propostos? Smith definiu claramente sua obra como uma obra de Economia Política e acreditamos que qualquer análise política não é isenta de valores e até mesmo de mecanismos de prescrição que resultam em um caráter normativo. O mesmo ocorre com alguns de seus seguidores que ao contrário do mestre se mostraram menos ambíguos na defesa de suas idéias sociais e políticas e daquilo que poderia ser considerada a sociedade ideal.

Portanto, a característica básica desse capítulo é compreender o que denominamos de Economia Política, com seu caráter normativo, que tanto pode servir para prescrever o mundo em sua forma ideal ou até em determinados momentos funcionar como elemento justificador da ordem de mundo existente.

Seja por questões metodológicas ou por uma necessidade quase inerente à necessidade humana por classificações, podemos enquadrar esse capítulo como sendo de Filosofia Econômica, restrito ao período compreendido entre os séculos XVIII e XX, e tendo como objeto único de análise a corrente do pensamento liberal.

A importância desse capítulo é fundamental para a discussão que será tratada no capítulo subsequente por considerarmos que a discussão atual com relação à Ética em Negócios contém em seu interior uma visão de mundo e de homem desenvolvidos pela Economia, o que na maior parte das vezes é ignorado, subestimado ou até mesmo aceito sem nenhuma crítica tanto por economistas quanto por administradores.

Simultaneamente, procuraremos demonstrar que o liberalismo do século XIX e XX não se pode considerar herdeiro direto e fiel do liberalismo clássico preconizado pelos autores do século XVIII e, particularmente, Adam Smith. Sem dúvida, existem elementos comuns aos dois modelos de pensamento, mas quer nos parecer que, por motivos não totalmente conhecidos, muitas das críticas do liberalismo clássico foram indevidamente ignoradas pela leitura fragmentada, na qual a conveniência cedeu lugar àquela imparcialidade desejada, mas impossível nas ciências humanas, em relação a um discurso político e ideológico de defesa intransigente de um sistema econômico vigente em dado momento histórico.

De certa forma, a compreensão e o entendimento dos fenômenos cederam seu lugar à fé e à justificativa de que a sociedade humana se defrontava com apenas duas opções, no mais puro modelo maniqueísta. De um lado, houve o liberalismo neoclássico, que se utilizou da bandeira da liberdade individual acima de qualquer outro valor; de outro lado, os movimentos libertários que empunharam a bandeira da igualdade a qualquer preço. O primeiro grande embate surgiu no século XIX entre o capitalismo e os diversos movimentos radicais (anarquismo, comunismo, socialismo, etc.) e, no transcorrer de grande parte do século XX, entre o capitalismo e o intervencionismo governamental (para alguns o Estado do Bem-estar Social), uma vez que para os escritores liberais havia a forte crença de terem demonstrado e provado cientificamente a inviabilidade dos movimentos igualitários.

A luta insistente contra o intervencionismo governamental, ao que tudo indica perdida em razão da crise de 1929 e do aparente sucesso das políticas econômicas preconizadas por Keynes, parecia ter tornado obsoleta e relegado a economia neoclássica aos livros de história. No entanto, neste fim de século, por um daqueles caprichos históricos, a teoria neoclássica renasce e retorna ao centro das discussões contemporâneas, com pequenas alterações conceituais e um novo nome: neoliberalismo. As políticas desenvolvidas e praticadas por Ronald Reagan e Margareth Thatcher, inspiradas pelos ensinamentos de Mises, Hayek e Friedman,

reconduzem o mercado ao posto de grande articulador da vida política, social e econômica.

É dentro desse quadro que estudaremos o que consideramos os dois momentos cruciais da Filosofia Econômica, para o que utilizaremos principalmente as obras normativas de três autores defensores intransigentes do livre-mercado e dos princípios economia neoclássica e para os quais muito pouco foi acrescentado no conhecimento da vida econômica após os ensinamentos de Adam Smith, considerado um grande inspirador, um líder espiritual e intelectual.

Toda escolha abriga certa dose de arbitrariedade e, nesse sentido, somos obrigados a excluir de nosso estudo a contribuição de inúmeros economistas que desempenharam papéis relevantes na História do Pensamento Econômico e, de maneira implícita ou explícita, abordaram questões éticas e morais em seus escritos, como John Suart Mills, Malthus, Marshall e Keynes, entre outros. Afinal, mesmo que esse fosse um trabalho exclusivamente de economia, talvez o projeto de uma vida fosse insuficiente para tratar de um assunto que consumiu praticamente cinquenta anos de um autor do gabarito de Schumpeter.

Considerando a dificuldade e a complexidade do tema escolhemos por restringir nossa análise aos autores mais lidos ou pelo menos utilizados nos discursos dos homens de negócios, economistas e políticos liberais: Ludwig Von Mises, Friedrich A. Hayek e Milton Friedman.

A estratégia a ser adotada consistirá no estudo dos autores contemporâneos escolhidos, seguida de uma volta às origens, ou seja, à reconstituição do pensamento de Adam Smith, com o propósito de testar a veracidade dessa descendência fiel e direta que os escritores neoclássicos reivindicam e dizem utilizar em seus escritos.

1. OS LIBERAIS NEOCLÁSSICOS: MISES, HAYEK E FRIEDMAN

O quadro referencial teórico-técnico-axiomático na ciência econômica, que em grande medida funciona até nossos dias, é o do homem econômico. Isso necessariamente nos remete aos conceitos de concorrência perfeita encontrados na maioria dos manuais do que se convencionou denominar de microeconomia. Resumidamente, os fundamentos são caracterizados por um mercado competitivo que constitui o local por excelência para a realização de trocas de produtos, serviços, capital e/ou trabalho. O mecanismo que faz com que haja uma tendência ao equilíbrio entre a oferta e a demanda dos recursos disponíveis é o sistema de preços. Produtores e consumidores encontram-se em situações de igualdade no que se refere às informações disponíveis e ambos dispõem de fontes alternativas dos suprimentos necessários. De uma forma extremamente simples, nenhum dos dois lados detém poder suficiente para impor condições ao outro. Ambos são caracterizados pelo cálculo, pela racionalidade e por serem maximizadores de utilidades. O consumidor procura a melhor relação renda e utilidade e, por seu lado, o empresário faz o mesmo com a relação capital ou insumos com o objetivo de maximizar seus lucros. Qualquer anomalia ou abuso por parte de qualquer uma das partes é punida pela exclusão do mercado ou, na melhor das hipóteses, na busca de um ajuste por meio de um mecanismo de preços que iguale a oferta e a demanda.

Ao governo estão destinadas funções clássicas como responsabilidade pela segurança externa, garantia da propriedade privada, a preservação da liberdade individual e a definição das “regras gerais do jogo”, que devem ser claras e conhecidas por todos, além da execução de algumas tarefas necessárias que não poderiam ser desempenhadas pela iniciativa privada, por falta de interesses econômicos ou por ser de interesse geral ou de benefício público.

Nesse modelo inexistem as relações de poder, os monopólios, oligopólios, lobbies e outras formas de pressão que são consideradas irrelevantes ou espúrias, mas de

qualquer forma não teriam condições ou poder de alterar as regras de mercado - que se caracteriza como um sistema auto-regulável. Tal sistema, livre de quaisquer interferências externas (entenda-se governo) que afetem seu funcionamento ou mecanismo, tende à eficiência máxima e ao auto-equilíbrio.

Esse é o quadro que mais se aproxima daquilo que os economistas ingleses pensavam a respeito do livre-comércio praticado de forma unilateral durante o período da hegemonia inglesa do século XIX, especialmente no período compreendido entre 1800 a 1870. E foi esse mesmo modo de pensar que prevaleceu como “mainstream” do pensamento econômico liberal até a crise dos anos 30. Esse pensamento se pretendeu hegemônico e se espalhou pelo restante da Europa e até mesmo nos Estados Unidos da América e mesmo assim, os próprios autores neoclássicos duvidam que seu feito tenha sido levado às últimas conseqüências ou àquilo que é considerado seu modelo puro ou ideal.

Como foi visto no capítulo anterior a Alemanha de Bismark procurou alternativas ao modelo inglês, tentando instalar um modelo intervencionista no qual o governo alemão assumiria um papel fundamental para o desenvolvimento econômico da Alemanha; e mesmo os Estados Unidos nunca chegaram a adotar uma política de livre-comércio de forma unilateral conforme aquela adotada pela Grã-Bretanha.

Hoje, parte disto constitui objeto de análise histórica e o que nos interessa ressaltar é que subjacente ao pensamento neoliberal prevalece esse mesmo modelo, que lamentavelmente, na visão de Mises, nunca teve a oportunidade de se realizar como um programa integral, completo e sem mutilações:

“Os filósofos, os sociólogos e economistas do século XVIII e do princípio do século XIX formularam um programa político que serviu como diretriz para a adoção de políticas sociais, primeiro na Inglaterra e nos Estados Unidos, depois para o continente europeu, e, por fim, também, para as outras partes do mundo. Mesmo na Inglaterra, que tem sido chamada a terra natal do

liberalismo e é um país liberal modelo, os proponentes das políticas liberais nunca lograram alcançar todos os seus propósitos. No resto do mundo, apenas partes do programa liberal foram adotadas, enquanto outras, não menos importantes, foram rejeitadas a princípio ou descartadas após algum tempo. Será apenas com um certo exagero que se pode afirmar ter o mundo, alguma vez, vivido uma época liberal. Nunca se permitiu que o liberalismo fluísse totalmente.”⁴¹

Todo projeto de construção de uma sociedade traz em seu interior desejos, insatisfação e utopias que se aproximam mais ou menos das promessas e esperanças de um mundo melhor oferecidas pela religião, mas com a diferença de serem realizados na vida terrena. O liberalismo enquanto tal se propõe a ser uma espécie de paraíso terrestre ou, com uma certa dose de exagero, pelo menos um estágio no purgatório em que os pecados cometidos ou os sacrifícios de curto prazo serão recompensados no longo prazo. Foi somente na concepção de Mises que as desigualdades originadas do nascimento da escravatura, dos avanços tecnológicos e dos demais efeitos positivos ocorridos no desenvolvimento da sociedade humana se tornaram possíveis em função da filosofia liberal. Não estamos em melhores condições somente porque, de acordo com Hayek em seu livro “Os Fundamentos da Liberdade”, no prefácio preparado para a edição brasileira, o objetivo da obra era:

“...apresentar uma visão moderna daquele liberalismo clássico que, instalando-se lentamente na Grã-Bretanha durante os séculos XVII e XVIII, parecia destinado a conquistar o mundo no século XIX, quando encontrou sua exposição mais perfeita nas obras de Tocqueville, Lord Acton e dos juristas ingleses, e na ação política dos estadistas William Gladstone e

⁴¹ Von MISES, Ludwig – “Liberalismo - segundo a tradição clássica” - Rio de Janeiro: José Olympio Editora/Instituto Liberal, 1987, p. 3.

John Bright. Mas a partir de então, para grave prejuízo mundial, sua influência foi diminuindo sob os ataques violentos das falsas promessas do socialismo.”⁴²

Para ambos os autores o liberalismo nunca teve seu momento de esplendor. Inimigos vindos de todas as partes, tais como governos absolutistas, totalitários, ideologias demagógicas, incapacidade da maioria da população de compreender as vantagens inerentes do sistema proposto impediram a implementação dos caminhos ditados pela razão. Infelizmente, nossos dois autores não tiveram a oportunidade de testemunhar a mudança dos tempos e de readquirir as esperanças de que poderiam ver seu projeto repensado e revitalizado a partir da década de 1970 e em pleno desenvolvimento nos anos 90. Somente Milton Friedman sentiu o prazer da reabilitação e o renascer do otimismo e a certeza de que dessa vez a humanidade está acertando seus passos, seguindo a razão e se aproveitando da história como condutora do único caminho possível.⁴³

Os grandes inimigos foram definitiva ou temporariamente batidos, sendo o primeiro caso os movimentos socialistas e comunistas e o segundo, o estado de bem-estar social que tem sido vítima de duros ataques e parece encontrar-se numa posição desfavorável em relação às leis de livre-mercado preconizadas pelos neoclássicos.

Mas independentemente das discussões políticas e ideológicas a respeito de qualquer uma dessas correntes, nossa preocupação está estritamente restrita à ética e aos valores que justificam as políticas preconizadas por esses autores. Isto é, os elementos de fundo moral que legitimam a defesa do sistema capitalista, mesmo discordando de algumas críticas de seus adversários, como a de que é um sistema excessivamente individualista, egoísta e incentivador das desigualdades sociais. Tais autores não conseguiram responder adequadamente a essas críticas.

⁴² HAYEK, Friedrich – “Os fundamentos da Liberdade” - S. Paulo: Visão, 1983, p. XXIII. A mesma visão histórica é compartilhada por FRIEDMAN, Milton – “Capitalismo e Liberdade” - Artenova, 1977, p.14.

⁴³ Ludwig Von Mises faleceu em 1973 e Friedrich A. Hayek, em 1992.

Um fato que pode passar despercebido, no primeiro momento, é de caráter histórico e consiste num longo embate que teve início no século XVIII para que a economia constituísse um ramo específico de conhecimento autônomo, separando-se da teologia, da filosofia, e da política.⁴⁴ Adam Smith, é considerado pela maioria dos economistas o grande realizador desse feito. No entanto, uma visão de caráter mais polêmico é que nada é mais distante de seu pensamento do que considerar a economia uma ciência que englobasse e subordinasse todas as demais disciplinas e que a explicação da realidade humana fosse alguma coisa puramente material. Ao tratarmos de Smith, veremos que a esfera econômica era uma das diversas outras esferas que não gozava de nenhum status especial, tanto é verdade que seu livro era um tratado de economia política, além de ser conveniente lembrar seu grande interesse em áreas tão diversas como política, estética, retórica e filosofia, entre outras.

Contudo, a partir do século XIX, os economistas se detiveram excessivamente em seu campo de conhecimento, procurando, a partir daí, uma explicação totalizante da realidade humana. Foi como se existisse uma ordem natural de mundo, regida por leis imutáveis e coubesse aos homens descobri-las sua descoberta e simplesmente segui-las. A Política, que dentro da tradição da cultura ocidental sempre constituiu o elemento essencial e último na busca do entendimento, na manutenção da coesão social e nos mecanismos de administração e/ou distribuição do poder para os diferentes grupos que compunham a sociedade, contava com a ajuda da economia e da moral para atender a esses objetivos e, quando fracassava, o resultado geralmente eram as guerras. A partir do século passado, porém, a economia, que exercia um papel de subordinação ou complementação na esfera social, ampliou suas ambições e se pretendeu autônoma, suficiente e explicativa da realidade social. Com isso,

⁴⁴ Um excelente estudo da gênese do pensamento econômico e de seu triunfo enquanto ideologia pode ser encontrado na obra de DUMOND, Louis – “From Mandeville to Marx - The Genesis and Triumph of Economic Ideology” - Chicago: University of Chicago, 1977.

iniciou um grande embate, procurando subordinar a política à sua visão de mundo⁴⁵. Essa talvez possa ser uma das explicações que permitem aos economistas neoclássicos estabelecer claramente a distinção entre uma economia positiva (técnica e neutra) - como se isso fosse possível no campo das ciências sociais - e, por outro lado, uma economia normativa que não apresenta distinções significativas em relação aos projetos de natureza política. Ou seja: todos contêm explicitamente modelos considerados ideais de organização da sociedade. Daí nosso estrito interesse no que denominamos de Filosofia Econômica, uma vez que essa se propõe a resolver os problemas, apresentar soluções alternativas para quaisquer problemas de natureza política que toda sociedade traz dentro de si - políticas educacionais, de saúde, previdenciária e de seguridade social, legislação criminal, formas de discriminações, entre outras, como pode ser encontrado, por exemplo, em Hayek, quando propõe um modelo constitucional.⁴⁶

Apesar do viés ideológico inerente a qualquer campo do conhecimento humano, é na área das ciências humanas que esse se apresenta de maneira menos evidente e na maioria das vezes, encoberto por diversos véus que tendem a ocultar o caráter ideológico. O máximo que podemos pretender enquanto pesquisadores é, na medida do possível e do humano, estarmos conscientes de nossas preferências e

⁴⁵ Uma tentativa, se bem que ainda um pouco tímida, foi exposta por Friedman: “A organização econômica desempenha um papel duplo na promoção de uma sociedade livre. De um lado, a liberdade econômica é parte da liberdade entendida em sentido mais amplo e, portanto, um fim em si própria. Em segundo lugar, a liberdade econômica é também um instrumento indispensável para a obtenção da liberdade política.” FRIEDMAN, Milton – “Capitalismo & Liberdade” - Rio de Janeiro: Artenova, p. 18.

⁴⁶ HAYEK, Friedrich A. - “(...) embora eu ainda me considere principalmente um economista, cada vez mais acredito que as respostas a muitos problemas sociais prementes de nossa época se encontram, em última análise, no reconhecimento de princípios externos ao aspecto técnico da economia ou a qualquer outra disciplina isolada. Embora eu tenha iniciado essa obra a partir de uma preocupação com problemas de política econômica, aos poucos fui levado à ambiciosa e talvez presunçosa tarefa de abordá-los mediante uma reformulação abrangente dos princípios básicos de uma filosofia da liberdade.” “Os Fundamentos da Liberdade” S. Paulo: Visão, 1983 p. XXXIV e cf. também “Law, Legislation and Liberty” - 3 v - Chicago: University of Chicago, 1977, o autor delinea de forma mais clara e explícita seus projetos.

cf. especialmente o capítulo 17: “A model Constitution”, mesmos modelos também são encontrados nas obras de MISES, Ludwig. Op. cit. e de Friedman, Milton - op. cit.

preconceitos e os levarmos em consideração em nossas análises com o intuito de diminuir seu impacto sobre nosso objeto de estudo.

O ponto central do pensamento neoclássico é aquilo que eles denominam de sociedade livre, fundamentada primordialmente na propriedade privada e nas liberdades individuais, as quais permitem que cada um de seus membros seja livre para perseguir o próprio interesse. A única restrição possível à liberdade individual é a garantia de esse direito não seja cerceado por outros. Portanto, caberá ao Estado garantir essa condição, ou seja, regular “as regras do jogo” e exercer a função de árbitro quando as tentativas de resolução de conflitos na esfera privada não surtirem os efeitos desejados. Resumidamente, a liberdade individual é o bem maior. Quanto maior for sua existência, melhor será a sociedade. Deriva dessa idéia a noção do “Estado mínimo”, no qual os cidadãos devem estar constantemente atentos para regular e impedir a expansão dos poderes do Estado⁴⁷.

Parece uma situação extremamente paradoxal se considerarmos que, ao se optar por uma vida em sociedade, os indivíduos, de forma voluntária em alguns casos e involuntária em outros, decidiram ou foram coagidos a abrir mão de parte de sua liberdade individual em troca de algo que possa ser considerado simultaneamente um bem superior para a comunidade como um todo e para outros simples condições necessárias de sobrevivência. E simultaneamente reivindicarem, pelo menos no modelo ideal, a máxima liberdade individual. Se levarmos essa idéia ao extremo,

⁴⁷ cf. Von Mises, Ludwig - op. cit. p.; HAYEK, Friedrich A - “Os Fundamentos da Liberdade” - S. Paulo: Visão, 1983, especialmente o capítulo XV “As Salvaguardas da Liberdade Individual”, e FRIEDMAN, Milton – “Capitalismo & Liberdade” - Artenova, 1977 – “Primeiro o objetivo do governo deve ser limitado. Sua principal função deve ser a de proteger nossa liberdade contra os inimigos externos se contra nossos próprios compatriotas, preservar a lei e a ordem; reforçar os contratos privados; promover mercados competitivos. Além dessa função principal, o governo pode, algumas vezes, nos levar a fazer em conjunto o que seria mais difícil fazer separadamente. Entretanto, qualquer ação do governo nesse sentido representa um perigo.” P. 12 ou um pouco mais adiante, na p. 23; “A existência de um mercado livre não elimina, evidentemente, a necessidade de um governo. Ao contrário, um governo é essencial para a determinação das “regras do jogo” e um árbitro para interpretar e por em vigor as regras estabelecidas. O que o mercado faz é reduzir sensivelmente o número de questões que devem ser decididas por meios políticos - e, por isso, minimizar a extensão em que o governo tem que participar diretamente do jogo.”

seremos obrigados a considerar seriamente um eterno conflito entre Estado e Sociedade.

A filosofia tem se debatido durante séculos sobre as origens da sociedade por meio de teorias que remontam às diversas formas de contrato social oriundas do que se imaginava ser o Estado natural ou mesmo a concepções de formações de caráter espontâneo. A própria formação do Estado permanece, até os dias de hoje, objeto de controvérsias e parece que estamos ainda distantes da resolução desse problema. Mas quer nos parecer que na teoria neoclássica a tensão Estado e Sociedade sempre se encontra presente, de uma ou outra forma, principalmente porque em sua percepção o Estado é caracterizado como uma entidade com características negativas e visto com desconfiança, algo como um mal necessário. Daí a ênfase dada a que os indivíduos estejam obrigatoriamente atentos aos movimentos do Estado a fim de evitar que seu poder seja ampliado e, na medida do possível, que seja reduzido e as esferas de atuação possam ser rigorosamente definidas. Deriva desse processo a tentativa de desprover o Estado de suas características de cunho originariamente político - que traz dentro de si os instrumentos de poder, autoridade e coerção - para dar espaço a uma nova forma de Estado com funções políticas estritamente definidas e desprovidas ao máximo de seus poderes, mantendo algumas poucas atribuições, como a manutenção da ordem, da propriedade privada, a defesa da ordem interna e de ameaças externas e atribuições de caráter mais técnicas ou gerenciais, como definir as regras de um jogo que implementem mercados competitivos.

Dentro desse contexto, a própria forma da democracia contemporânea, firmada pela maioria, é discutida e negada. Os progressos advindos do aprendizado, que resultam, em grande medida, de um processo de tentativas e erros das ações humanas e de suas instituições dessa sociedade ou, de acordo com o pensamento clássico, “dos resultados imprevistos ou até mesmo contrários resultante das ações humanas planejadas”, são desconsiderados. A realidade se inverte e é um pequeno número de indivíduos que deve ser protegido contra a vontade da maioria, pois é

essa minoria a responsável por esses progressos. Caso contrário, a sociedade se encontraria em um estado estacionário, uma vez que a maioria tende a ser detentora de posições consideradas conservadoras. Portanto, o resultado do progresso humano é devido a uma minoria que teve sua liberdade individual preservada e, desse modo, por meio do convencimento da maioria, contribuiu para o desenvolvimento de nossa civilização.

Mas qual é esse progresso social de que tanto se orgulha o liberalismo econômico? Sem qualquer atenuante, a filosofia econômica liberal se fundamenta no materialismo econômico. Tudo além disso foge de sua responsabilidade e alçada e somente diz respeito ao coração e à alma dos homens. Quanto a isso, a economia nada pode fazer. Ela é capaz de propiciar toda uma concepção de sociedade, mas somente na medida em que essa sociedade seja gerida por uma ótica econômica, ou seja, exclusivamente material. Estas afirmações são explicitadas por Von Mises:

“O liberalismo é uma doutrina inteiramente voltada para a conduta dos homens nesse mundo. Em última análise, a nada visa senão ao progresso do bem-estar material exterior do homem e não se refere às necessidades interiores, espirituais e metafísicas. Não promete a felicidade e o contentamento, mas, tão-somente, a maior satisfação possível de todos os desejos suscitados pelas coisas e pelo mundo exterior. (...) O mais sério erro do liberalismo é que nada tem a oferecer às aspirações mais profundas e nobres do homem. (...) Felicidade e contentamento não dependem do alimento, da roupa e do abrigo. Não é pelo desdém aos bens espirituais que o liberalismo se concentra, exclusivamente, no bem-estar material do homem, mas pela convicção de que o mais alto e profundo do homem não pode ser tocado por qualquer tipo de regulação externa. O liberalismo busca produzir apenas o bem-estar exterior,

porque sabe que as riquezas interiores, espirituais, não podem atingir o homem de fora, mas somente de dentro de seu coração.”⁴⁸

Essa passagem se assemelha bastante à justificativa dada por Aristóteles aos demais pensadores da Grécia Antiga ao explicar por que os escravos e aqueles despossuídos de bens materiais que eram obrigados a trabalhar para seu sustento eram desprovidos de razão, isso é, da capacidade de contemplar.

O campo de batalha no qual se opuseram o liberalismo e o socialismo se distingue por duas idéias consideradas essenciais por ambos: liberdade individual e igualdade social. Subjacente a esse confronto está a idéia da natureza do homem, que não permite oscilações ou qualquer realização intermediária ou situacional. Não nos cabe, nesse trabalho fazer referências profundas e filosóficas sobre a natureza humana, mas é de nossa responsabilidade definir o caráter do homem sob o ponto de vista liberal.

Justamente esse caráter, a finalidade de sua existência, os motivos que conduzem a um convívio social pacífico são as questões que distanciam de maneira fundamental o liberalismo clássico do neoclássico, conforme veremos na próxima seção deste capítulo.

Para Mises, a diferença entre o socialismo e o liberalismo não se encontra nos fins, que ele considera os mesmos, ou seja, o bem-estar da sociedade como um todo, mas principalmente nos meios adotados para atingir estes fins.⁴⁹

Dessa forma, as políticas antiliberais são caracterizadas como injustas por serem consumidoras de um capital futuro e muitas vezes incerto, o que demonstra uma

⁴⁸ Von Mises - Ludwig “Liberalismo - segundo a tradição clássica”. Op. Cit., P. 6 - É interessante notar que a visão, neste caso, é de uma ética utilitária que também pode subsidiar o pensamento de seus adversários.

⁴⁹ MISES, Ludwig von - op. cit., p. 9-10.

irracionalidade. Por esse lado a filosofia liberal se distingue de seus adversários não somente pelos meios, mas também pela sua racionalidade:

“Uma ação racional se distingue de uma ação irracional pelo fato de envolver sacrifícios provisórios. Tais sacrifícios são apenas aparentes, uma vez que são contrabalançados pelos resultados favoráveis que surgem mais tarde. (...) O demagogo aproveita-se desse fato. Opõe-se ao liberal, que aconselha sacrifícios provisórios e simplesmente aparentes, e o denuncia como um frio inimigo do povo, ao mesmo tempo em que se coloca como um amigo da humanidade. Em socorro às medidas que advoga, o demagogo sabe muito bem como tocar o coração dos que o ouvem e levá-los às lágrimas, com alusões à necessidade e a miséria.”⁵⁰

Decorre dessas afirmações que o liberalismo consiste de fato num ideal a ser alcançado ou numa utopia como várias outras que permearam a história humana. Nas situações religiosas, a resolução dos sofrimentos e problemas humanos será encerrada e definida na esfera celeste. Na prática política e humana, estas questões serão resolvidas no que vagamente é considerado longo prazo, com a perspectiva de que a história humana é marcada pelo devir de uma sociedade justa e menos desigual.

Movimentos utópicos permearam nossa história desde, por exemplo, a “Utopia”, de Thomas Morus, até aquelas presentes no período da revolução, industrial, as quais apregoavam que as máquinas permitiriam ao homem se livrar das tarefas mais ingratas a serem desempenhadas para sua sobrevivência e sua vida poderia ser dedicada ao lazer e aos prazeres “superiores”. As utopias, em relação a vida material, são permanentes na história. Hoje, as promessas não cumpridas se relacionam à chamada revolução tecnológica, que em seu início propunha atividades mais criativas, diminuição da jornada de trabalho, etc. o que se tem comprovado, na

⁵⁰ ib. p.10-11.

verdade, é a maior duração do tempo de trabalho e a invasão da esfera privada com o uso dessas novas tecnologias.

O comum a todas essas utopias são as promessas de um futuro melhor, de uma plena realização humana, da eliminação da pobreza e de um porvir que sempre se mantém mais além. As utopias servem para pelo menos duas grandes finalidades: proporcionar os sonhos que permitam à sociedade se manter coesa e trabalhando em busca de sua concretização; servir para justificar as situações presentes como condições necessárias para atingir esse estado futuro. Dependendo da escolha de cada um enquanto indivíduo e da sociedade enquanto instituição, ambas podem contribuir positiva ou negativamente para esses fins.

Na concepção neoliberal, os fundamentos característicos são a propriedade, a liberdade individual, a paz, a igualdade e o governo (suas ações e limitações) e a sociedade é definida como:

“... uma associação de pessoas que buscam a cooperação. Ao contrário da ação isolada dos indivíduos, a ação cooperada, na base do princípio da divisão do trabalho, traz a vantagem da maior produtividade.”⁵¹

Essa definição de aparência simples e singela, em que se procura relacionar associação, cooperação e divisão do trabalho, se apresenta muito menos complexa do que realmente aparenta ser à primeira vista. Conceitos como associação e cooperação contêm em sua essência relações espontâneas ou organizadas geralmente constituídas com a finalidade de atingir determinados propósitos ou objetivos. Elas implicam, no seu âmago, a idéia de liberdade no seu sentido puro (não é descartada a priori a hipótese de essas condições serem alcançadas por meio de elementos coercitivos, como em situações totalitárias ou absolutistas), mas no pensamento de Von Mises os conceitos parecem se aplicar a relações livres e/ou espontâneas,

⁵¹ ib. p. 21.

enquanto a divisão do trabalho é percebida em seu aspecto puramente econômico, ou seja produtivo, desprovido de qualquer conotação social.

Friedman parece hesitar momentaneamente entre o individualismo e a cooperação espontânea de Mises ao afirmar que:

“Para o homem livre, a pátria é o conjunto de indivíduos que a compõem e não algo acima e além deles. O indivíduo tem orgulho de sua herança comum e mantém lealdade a uma tradição comum. Mas considera o governo como um meio, um instrumento - nem um distribuidor de favores e doações nem um senhor para ser cegamente servido e idolatrado. Não reconhece qualquer objetivo nacional senão o conjunto de objetivos a que os cidadãos servem separadamente. Não reconhece nenhum propósito nacional a não ser o conjunto de propósitos pelos quais os cidadãos lutam separadamente.”⁵²

Friedman, prossegue na linha da tradição neoclássica centrada no indivíduo, mas essa definição implica algumas situações que parecem contrariar a posição de Mises quanto a associação e cooperação voluntária dos indivíduos. À primeira vista, a definição nos induz a pensar a sociedade como um simples aglomerado de indivíduos que vivem em conjunto baseado apenas no seu próprio interesse. Temos a impressão da famosa falácia da composição, da qual se deduz que o todo é resultado das partes isoladas. De certa forma poderemos até pensar que existe uma ordem natural que faz com que esses indivíduos permaneçam convivendo em sociedade mesmo que ao perseguirem seus interesses os percebam como conflitantes.

⁵² ib. p. 11. Embora, para existir a cooperação necessariamente exista uma cadeia de comandos uma vez que “ninguém opera inteiramente mediante cooperação voluntária. Em todas as sociedades há elementos de comando”. As formas de comando variam na sua forma que pode ser direta ou indireta (regulatória), mas a mais relevante é que a cooperação gere trocas voluntárias, porque “A economia de troca predominantemente voluntária (...) possui em si o potencial de promover tanto a prosperidade quanto a liberdade humana. Talvez não o realize em ambos os aspectos, mas não se conhece sociedade que jamais tenha alcançado prosperidade e liberdade a menos que a troca voluntária tenha sido seu princípio básico de organização.” FRIEDMAN, Milton & FRIEDMAN, Rose – “Liberdade de Escolher - O novo liberalismo econômico” - Rio de Janeiro: Record, 1980, p. 25.

Portanto, existe novamente, por trás dessa concepção, uma relação que vai além de uma ordem natural, que é a idéia de uma harmonia natural e da convivência pacífica entre elementos com objetivos diferentes e muitas vezes contrários que não necessita do poder como conceito explicativo em razão dessa espécie de “mão invisível” que se responsabiliza por harmonizar os interesses contrários e restabelecer o equilíbrio rompido pelas divergências. Por exemplo, os interesses dos consumidores não são necessariamente os mesmos dos produtores, embora, isso possa ocorrer. Mas, mesmo admitindo esse fato existe a incompatibilidade entre os meios e os fins, nesse caso o interesse do produtor não tem por finalidade o bem-estar ou a satisfação do consumidor, mas o seu interesse, ou seja, a maximização de seus lucros. A polidez, a solicitude, a atenção, entre outros fatores que poderiam ser considerados virtudes, são instrumentalizadas a fim de atingir sua finalidade última, que consiste em alcançar o maior lucro possível. Os controles para evitar situações desagregadoras ou que levem ao conflito repousam na preferência que os homens possuem pela ordem e tradição.

Portanto, o indivíduo é soberano, conservador e racional (no sentido de ter claramente em mente seus interesses) e é capaz de alcançá-los pacificamente. Nessa definição de sociedade, não ocorre a Friedman que os interesses do todo podem se sobrepor aos interesses dos indivíduos vistos isoladamente. Mas um pouco mais adiante ele recupera o conceito de cooperação voluntária de Mises, justificado pela interdependência econômica, que consiste em mecanismos de descobrir qual ou quais são os processos de coordenação das atividades econômicas (ou seja, a questão da divisão do trabalho):

“Fundamentalmente, só há dois meios de coordenar as atividades econômicas de milhões. Um é a direção central utilizando a coerção - a técnica do Exército e do Estado totalitário moderno. O outro é a cooperação voluntária dos indivíduos - a técnica do mercado.”⁵³

⁵³ FRIEDMAN, Milton - “Capitalismo & Liberdade” op. cit., p. 21.

Portanto, fazem parte da lógica neoclássica os efeitos danosos do Estado sobre a vida dos cidadãos. No entanto, o Estado é um mal inevitável. Afinal, teremos situações em que os direitos de alguns poderão ser desrespeitados por “inimigos externos e contra nossos próprios compatriotas”; os contratos livremente assumidos poderão não ser honrados; empresários ávidos poderão eliminar o sistema concorrencial; poderá haver a necessidade de obras que são extremamente custosas se executadas em conjunto ou isoladamente. “Entretanto qualquer ação do governo nesse sentido representa um perigo.”⁵⁴ A única forma de resistência a esse poder, que em sua opinião tende sempre a ser crescente e esmagar o indivíduo, é deixar o maior número das atividades necessárias à sociedade a cargo livre iniciativa e promover a descentralização política.

Estamos novamente diante da definição inicial do liberalismo enquanto uma fonte de pensamento ligado à noção de progresso material. Nesse ponto, os três conceitos - associação, cooperação e produtividade - são descaracterizados de quaisquer relações sociais entre os indivíduos e daí voltamos ao axioma ou conceito do homem econômico.

A sociedade nada mais é do que um aglomerado de indivíduos que nada mais são do que agentes maximizadores de utilidades seguidores de uma lógica individualista e racional. O individualismo e a racionalidade extremada negam, por definição, a ação desinteressada e instrumentalizam os mecanismos de cooperação e associação. Os conflitos inexistem, as relações de poder são ignoradas e as objeções a tal sistema são fruto da ignorância da maioria, que desconhece o próprio interesse:

“Os liberais manifestavam a opinião de que todos os homens tinham a capacidade intelectual para raciocinar corretamente acerca dos difíceis problemas da cooperação social e, por isso, agir de conformidade. Estavam tão impressionados com a clareza e a evidencia do raciocínio, pelo qual haviam chegado às suas idéias políticas, que se mostravam incapazes de compreender

⁵⁴ ib. p. 12.

como alguém poderia deixar de apreendê-lo. *Nunca perceberam dois fatos : em primeiro lugar, que as massas carecem de capacidade de raciocinar logicamente;* e, em segundo, que aos olhos da maioria das pessoas, mesmo quando são capazes de reconhecer a verdade, uma vantagem especial momentânea, de que possam gozar imediatamente, parece mais importante do que um ganho maior e duradouro, que tenha que ser postergado. *A maioria das pessoas não possui nem mesmo os dotes intelectuais exigidos para analisar o problema (antes de mais nada, muito complicado) da cooperação social* e, por certo, não dispõe da necessária força de vontade para fazer os sacrifícios provisórios que a ação social exige.”⁵⁵

Esse trecho parece remontar à República de Platão, onde as classes eram divididas e caberia aos filósofos governar. Nesse sentido, há uma contradição quando Von Mises aponta que o liberalismo foi o responsável pela extinção das desigualdades do sistema feudal e reconhece a possibilidade de democracia e liberalismo não serem conceitos dependentes. Isso é, pode existir, por exemplo, uma economia liberal dentro de um regime antidemocrático (vários exemplos dessa situação podem ser encontradas na história recente de alguns países latino-americanos ou mesmo europeus no período da II Grande Guerra) ou governos democráticos e intervencionistas na economia.

Essa mesma citação nos leva a um segundo ponto extremamente importante - a desigualdade entre os homens. Para o neoclássico, a desigualdade é um elemento que faz parte da ordem natural do mundo, ora tratando-se de desigualdade biológica ou psicológica, ora de desigualdade social. De qualquer forma, a desigualdade é um fato e como tal deve ser aceito de forma resignada e nada resta a fazer quanto a esse aspecto. Qualquer tentativa de atenuá-la ou eliminá-la resultará em efeitos perversos

⁵⁵ ib. p. 155 (grifos nossos) ou FRIEDMAN, Milton & FRIEDMAN, Rose: “De qualquer modo, o progresso econômico e social não depende dos atributos e comportamento das massas. Em todos os países, uma pequenina maioria estabelece o ritmo, decide o curso dos fatos. Nos países que se desenvolveram com maior rapidez e sucesso, uma minoria de indivíduos empreendedores e dispostos a correr riscos desbravou os caminhos, criou oportunidades para seguidores, possibilitou a maioria a aumentar sua produtividade.” Op. cit., p. 71.

para a sociedade como um todo. A igualdade somente é possível perante a lei e a possibilidade de oferecer a todos uma igualdade de oportunidades.⁵⁶

Contudo, alguns problemas surgem quando se discutem as relações sobre a igualdade de oportunidades, pois como a filosofia liberal se propõe a fornecer modelos que sejam coerentes com a liberdade individual, um dos aspectos que pode ser considerado de vital importância na igualdade de oportunidades se refere à educação. Nesse sentido, temos algumas opções como a extinção do ensino universal e obrigatório, gratuito ou não, até algumas mais radicais que pretendem excluí-lo da legislação oficial e considerá-lo responsabilidade exclusiva dos pais. Naturalmente, o enfoque educacional tem por objetivo máximo ou função não o aprimoramento do ser humano de forma a melhor atingir suas potencialidades, mas sim a educação mínima que inculque valores que contribuam para a uma relação civilizada e pacífica entre cidadãos e sociedade. Em resumo, que esse cidadão respeite a lei, a ordem, a supremacia e o devido direito à propriedade privada e demonstre a importância decorrente da cooperação e da divisão do trabalho. Os autores variam quanto ao nível que deva alcançar esse processo educacional, mas estão todos de acordo com aquilo que definem como educação vocacional. Esse termo significa, na verdade, qualquer tipo de educação técnica ou profissional que propiciará renda futura aos futuros formandos. Portanto, esse tipo de educação é considerado *stritu-sensu* econômico, isso é, um investimento individual. Assim, qualquer tentativa do governo de encontrar formas de subsídios diretos ou indiretos na formação desses quadros que recaiam sob a sociedade como um todo são consideradas injustas por definição.

⁵⁶ Como crítica ao pensamento liberal clássico, Von Mises, contesta: “No entanto, nada mais infundada do que a afirmação da suposta igualdade de todos os membros da raça humana.” P. 30 - Em outro trecho ele afirma que os homens não devem ser tratados de modo igual perante as leis apenas por serem iguais, mas porque é a forma mais produtiva, ou seja, o trabalhador livre responde por uma produção superior ao trabalho servil; e em segundo lugar, que essa é uma forma de garantia e manutenção da paz social, evitando qualquer perturbação à divisão do trabalho. Cf. p. 31, e por último “Os homens são e sempre permanecerão desiguais.” - p. 31, Von Mises, Ludwig - op. cit.

Por paradoxal que possa parecer, a educação vocacional e profissional não é vista como um investimento para um futuro próximo, o que, segundo Von Mises, exige sacrifícios de curto prazo e embora nem todos estejam capacitados a compreender, se transformará em benefícios públicos. Nesse caso, a educação vocacional, que poderia ou deveria contribuir para o desenvolvimento da sociedade no sentido mais amplo possível de um processo civilizatório, é deixada a critério do indivíduo.

Ao nos atermos às justificativas oferecidas pelos neoclássicos, verificamos a semelhança com alguns pontos da filosofia moral aristotélica, em outros com a platônica, noutros casos com o utilitarismo de Mills e em algumas situações com o darwinismo social de Spencer. Os fundamentos morais e éticos são transfigurados, alterados ou modificados em função do argumento desenvolvido. Na promessa única do liberalismo de fornecimento mais eficiente de bens materiais do que qualquer outro sistema, encontramos a felicidade como contemplação (no sentido de uso da razão); na dificuldade da massa ou da maioria em perceber e compreender as dificuldades inerentes à cooperação social, impedindo a adoção, sem restrições, do liberalismo, temos o governo aristocrático de Platão; no sacrifício das vantagens de curto prazo a favor de maiores e melhores vantagens ao longo prazo para todos encontramos resquícios do utilitarismo; na negação da intervenção do governo no sentido de eliminar as desigualdades sociais por meio da determinação de salário mínimo, sistemas previdenciários e de seguridade social⁵⁷ encontramos os resquícios do darwinismo social, em que a sobrevivência dos mais aptos é determinada pelas “leis do mercado” ou pela adaptação dos mais aptos a essas leis e em que mesmo a caridade é tolerada não como um ato de solidariedade social ou para diminuir o sofrimento de outrem, mas como um direito individual e inviolável que deve ser

⁵⁷ A maioria dos atuais programas de bem-estar jamais deveria ter sido adotada. Se não houvessem sido, numerosas pessoas hoje deles dependentes ter-se-iam transformado em indivíduos autoconfiantes, em vez de tutelados pelo Estado. A curto prazo, isso poderia ter parecido cruel, para com alguns deles, não lhes deixando outra opção senão o trabalho sem atrações e mal-remunerado. A longo prazo, teria sido muito mais humano. “Friedman, Milton & FRIEDMAN, Rose - op. cit., p. 125-6 (naturalmente se eles não estivessem mortos e estivessem dispostos a esses sacrifícios).

preservado, mesmo que isso não signifique um bem para a sociedade.⁵⁸ Na verdade, a justificativa ética é uma miscelânea que ao se transformar, em função das políticas e argumentos desenvolvidos para sua implementação, não deixa de transparecer em última instância que o axioma (portanto indiscutível, sempre oculto por trás da justificativa do bem-estar social, que por sua vez encobre um individualismo possessivo) é o modelo ideal da racionalidade do homem econômico.

Todo projeto neoclássico normativo tem por finalidade a supremacia do econômico em relação ao político e por definição todas as demais relações sociais e políticas estão subordinadas a essa “lei férrea”. A equação é simplesmente definida como econômico igual a social ou, de maneira mais objetiva, os projetos econômicos determinam, explicam e definem a sociedade e a vida humana em geral. A falácia dessa equação reside no fato, já afirmado diversas vezes até o momento, de não ter existido nenhum tipo de sociedade que não disponha de mecanismos e/ou de relações econômicas (ou materiais) necessárias à sua sobrevivência e à sua vida material; no entanto, a inversão dessa relação em que o ambiente econômico é a causa única e explicativa da vida social é inteiramente inaceitável. Talvez possamos aprender alguma coisa diferente por meio de diversos estudos históricos e antropológicos que demonstram que essa não é uma verdade universal e imutável. Temos em mente, porém, que nosso trabalho não se propõe a uma crítica do liberalismo neoclássico nem a discutir sua validade como projeto social ou político, mas apenas descrever em linhas gerais suas idéias e os valores subjacentes a essas idéias. Para Mises, não existem alternativas: “Capitalismo ou Socialismo: não há meio termo”.⁵⁹

⁵⁸ Atenuada por Friedman, mas ainda com um certo sabor de Spencer: “O liberal acolherá, de bom grado, medidas que promovam tanto a liberdade quanto a igualdade, como, por exemplo, os meios de eliminar o poder monopolista e desenvolver as operações do mercado. Considera a caridade privada destinada a ajudar os menos afortunados como um exemplo apropriado da liberdade. E pode aprovar a ação estatal para mitigar a pobreza como um modo mais efetivo pelo qual o grosso da população pode realizar um objetivo comum. Dará sua aprovação, contudo, com certo desgosto. Pois estará substituindo a ação voluntária pela ação compulsória.” - Capitalismo e Liberdade op. cit., p. 165.

⁵⁹ MISES, Ludwig von - op. cit., p. 79.

Isso porque:

“(…) para uma ideologia baseada inteiramente em terreno científico, assim como é o liberalismo, são irrelevantes questões tais como a de que o sistema capitalista é bom ou mau, ou a de que é conceitável ou não um sistema melhor, ou a de que tal sistema deveria ser rejeitado, com base em argumentos filosóficos ou metafísicos. O liberalismo deriva de puras Ciências Econômicas e Sociológicas, que não fazem quaisquer juízos de valor dentro de seus próprios campos e não dizem coisa alguma acerca do que é bom ou mau, mas, ao contrário, apenas indagam sobre aquilo que é sobre como veio a ser.”⁶⁰
(grifo nosso)

Entretanto, no capítulo destinado à definição de “Os Fundamentos da Política Econômica Liberal”, o autor escreve uma breve seção intitulada “A propriedade privada e a Ética”⁶¹, na qual se lê:

“Ao procurarmos demonstrar a função social e a necessidade da propriedade privada, dos meios de produção e cooperação e a conseqüente desigualdade da distribuição de renda e da riqueza, estaremos, ao mesmo tempo, fornecendo a

⁶⁰ ib. p. 88. Entretanto, é de estranhar que apesar de um autor como Hayek, que desde o início reconhece que os problemas sociais não podem ser restritos apenas à economia e aos especialistas, de forma geral, que podem ameaçar nossa liberdade, escreva: “(…) que o economista não se pode arrogar um conhecimento especial sobre problemas dos quais eles conhecem profundamente um pequeno aspecto. Ele pode, isso sim, afirmar que, como sua preocupação profissional é com os principais objetivos conflitantes, ele, mais do que outros especialistas, sabe que a mente humana não consegue apreender todo o conhecimento que orienta as ações da sociedade e está consciente, portanto, da conseqüente necessidade de um mecanismo impessoal, independente de julgamentos humanos individuais, que coordene os esforços de cada um.” – “Os Fundamentos da Liberdade” - p. XXXIV - Nesse sentido, o economista seria uma “espécie” de especialista superior, que, além de deter todo o instrumental teórico e técnico para a compreensão da difícil realidade social, também estaria apto a se tornar o articulador, condutor e gerenciador dos processos políticos e/ou sociais devido às suas características de administrador de conflitos. Contrapor esses argumentos com aqueles contidos na nota de rodapé nº 8 da p. 13.

⁶¹ ib. p.35-6.

prova de justificação moral da propriedade privada e da ordem social capitalista nela baseada.”⁶²

A contradição entre as duas citações parece falar por si mesma, isso é, no primeiro caso, a ideologia liberal se pretende imparcial e quer mostrar integralmente lógica e científica: no segunda, há uma recaída intencional ou não para justificar a defesa do liberalismo. Nesse caso, não se trata de ambigüidade, mas de contradição. É impossível propor qualquer política econômica, social e política sem juízos de valor, pois somos necessariamente obrigados a escolher entre diversas alternativas, principalmente se levarmos em consideração os ensinamentos de economia sobre recursos escassos, desejos infinitos e dificuldades de determinação da alocação desses recursos (ou seja, o grande problema da distribuição). Essa é uma das armadilhas que Mises não conseguiu evitar. O erro maior, porém, não é a confusão aparente que transparece entre ciência e ideologia, mas a falta de unidade lógica e coerente dos valores morais, justificativas, meios e fins que forneçam à sua proposta um conteúdo moral e ético consistente e construam os alicerces necessários para fundamentar sua validade, além de contribuir para uma explicação dos motivos que conduzam os indivíduos à associação e à cooperação.

Dentro do esquema proposto, o Estado tem funções claramente definidas e limitadas, além de ser responsável pelos instrumentos de coerção. Afinal:

“O Liberalismo não é anarquismo nem tem, absolutamente, nada a ver com o anarquismo. O liberal compreende perfeitamente que, sem o recurso da coerção, a existência da sociedade correria perigo e que, por trás das regras de conduta, cuja observância é necessária para assegurar a cooperação humana pacífica, deve pairar a ameaça da força, se todo o edifício da sociedade não

⁶² ib. p. 36 ou complementando com um outro parágrafo: “Tudo o que sirva para preservar a ordem social é moral; tudo o que venha em detrimento dela é imoral. Do mesmo modo, quando concluímos que uma instituição é benéfica à sociedade, ninguém pode objetar que a considera imoral. É possível haver divergência de opinião entre considerar-se socialmente benéfica ou prejudicial uma determinada instituição. Mas, uma vez julgada benéfica, ninguém pode mais argumentar que, por , alguma razão inexplicável, deva ser considerada imoral.”

deve ficar à mercê de qualquer de seus membros. Alguém tem que estar em condições de exigir da pessoa que não respeita a vida, a saúde, a liberdade pessoal ou a propriedade privada de outros que obedeça às regras da vida em sociedade. É essa a função do Estado: a proteção à propriedade, a liberdade e a paz.”⁶³

As demais questões não devem ser motivos de quaisquer políticas governamentais. O mercado cuidará dos ajustes necessários. As tentativas de legislação de um salário mínimo são inócuas, pois em caso de pleno emprego não surte resultado algum e em casos de recessão contribui para o aumento da massa de desempregados. Alterações tecnológicas são inerentes ao sistema e não merecem maior atenção: afinal, os trabalhadores rapidamente se deslocarão para os setores em expansão e melhorarão de padrão de vida, sem grandes esforços, já que: “...geralmente, no sistema capitalista, com seus rápidos avanços na melhoria do bem-estar do homem, o progresso ocorre tão rapidamente que poupa aos indivíduos a necessidade de se adaptarem a ele.”⁶⁴

A sindicalização é uma ameaça que possui um impacto semelhante ou superior à estipulação do salário mínimo por parte do governo e, por sua tendência de procurar elevar os salários acima do nível aceito pela economia, obriga os empresários a aceitar acordos que elevarão os preços, reduzirão a demanda e, em conseqüência, aumentarão a taxa de desemprego. Por outro lado:

“Dar suporte ao desempregado, por meio do governo ou do sindicato, serve apenas para ampliar o mal. Se o que estiver envolvido for o desemprego

⁶³ Ib. p. 39 ou redefinido na página 53: “Tal como o liberal a vê, a tarefa do Estado consiste única e exclusivamente em garantir a proteção da vida, a saúde, a liberdade e a propriedade contra ataques violentos – “Tudo que vá além disso é mau” - Influência indireta da origem do contrato social de Hobbes, ou seja, o medo da morte violenta? E um pouco mais além, na página 59: “O que é mais nocivo no poder coercitivo que se justifica em nome do “Estado”, pelo fato de estar sempre em última análise sustentado pelo consentimento da maioria, é que ele dirige seus ataques contra a germinação das inovações. A sociedade não pode passar sem o aparato do Estado, mas todo o progresso teve de ser alcançado, contra a resistência e a oposição do Estado e seu poder de coerção”.

⁶⁴ Ib. p. 81.

causado pelas mudanças dinâmicas da economia, o auxílio-desemprego resultará no adiamento do ajuste dos trabalhadores às novas condições. O trabalhador desempregado que esteja por isso aliviado não considera necessário procurar uma nova ocupação, se já não encontra emprego em sua antiga ocupação.”⁶⁵

Nas duas situações descritas acima, ocorrem como num passe de mágica, duas explicações diferentes para o mesmo fenômeno. No primeiro, caso o progresso tecnológico e a dinâmica do sistema promove a reconversão profissional de forma natural e quase indolor. No segundo caso, o homem é um ser acomodado que somente trabalha se isso for absolutamente necessário. É um acomodado e motivado exclusivamente pela sobrevivência ou por fatores econômicos. Funções outras do trabalho, como as sociais, que resultem em prestígio ou reconhecimento social, respeito dos outros ou por si mesmo, satisfações psicológicas e de estima não têm espaço nesse modelo. Enfim, se tivermos nosso bem-estar garantido, caberia ao nosso coração e espírito resolver as demais questões filosóficas, metafísicas ou como queiram que as chamem. A concepção básica é negativa, isso é, seríamos indolentes, se não fosse a limitação dada pelos famosos “recursos escassos e desejos ilimitados”.

Enquanto as associações sindicais e políticas de proteção aos trabalhadores nos levariam a uma sociedade estacionária, a formação de cartéis, oligopólios e monopólios destruiriam “em parte” a concorrência perfeita. Porém, “não foi a política que o destruiu, mas uma tendência inerente à inexorável evolução do sistema de livre empresa.”⁶⁶

Isso, no entanto, não constitui grande problema, uma vez que os únicos monopólios perniciosos seriam os que detêm monopólio da terra e de minerais. Quanto aos demais, seguiriam as mesmas regras de mercado, tentativas de lucros altos ou muito

⁶⁵ Ib. p. 84.

⁶⁶ Ib. p. 90.

acima da média praticada pelo mercado, atrairiam novos concorrentes e o seu poder de determinar preços seria eliminado. Além disso: “Somente se poderia falar de controle de mercado e de preços ditados, se o artigo em questão fosse, no sentido estrito e mais literal da palavra, necessário à existência e absolutamente insubstituível por qualquer outro. Sem dúvida, isso não é válido para qualquer mercadoria. Não há qualquer bem econômico, cuja posse seja indispensável aos que estejam aptos a adquiri-lo no mercado”⁶⁷. Portanto, situações monopolistas ou oligopolistas não constituem elementos que se tornam passíveis de preocupação, tendo em vista que o próprio mercado os destruirá ou o governo poderá exercer uma taxa maior sobre seus lucros. Essa visão de situações monopolistas e oligopolistas impede uma discussão no mínimo incômoda para os neoclássicos: a relação de poder entre mercado e governo, que obrigaria a inserir uma nova variável em seu modelo, a qual poderia invalidá-lo: as relações desiguais de poder entre consumidores, empresas e governo, cuja a existência a realidade do século XX, com o surgimento das grandes corporações, tem insistido em demonstrar.

Apesar de todo o discurso pretensamente filosófico, a realidade é única e crua:

“A quantidade de coisas produzidas numa sociedade capitalista não é independente do modo pelo qual são produzidas. É de importância decisiva o fato de que em cada simples estágio, em cada ramo de produção, o interesse especial das pessoas nele engajadas está intimamente ligado com a produtividade da cota particular de trabalho colocado em execução. Todo o trabalhador precisa exercitar-se ao máximo, uma vez que seus salários são determinados pelo produto de seu trabalho, e todo o empresário precisa esforçar-se para produzir a custos menores, isso é, com dispêndio de capital e trabalho menor do que seus concorrentes.”⁶⁸

⁶⁷ Ib. p. 93 - Além da propriedade da terra e de minerais estratégicos, os monopólios somente são possíveis por meio de atos ou regulamentações governamentais. P. 95.

⁶⁸ Ib. p. 66 - Apesar da forte ligação dos agentes envolvidos na produção com a produtividade, o próprio Von Mises afirma, na página 65, que “o conceito de produtividade é totalmente subjetivo; nunca é capaz de constituir-se no

Fecha-se o círculo e voltamos ao homem econômico com os consumidores buscando maximizar sua utilidade e as empresas os seus lucros. Todo o trabalho de Von Mises, Hayek e Friedman acaba por se converter numa tentativa de atenuar os efeitos por demais pessimistas que possuem da característica do homem e daquilo que para eles constituem a realidade humana. Em nossa opinião, nada mais distante do pensamento de Adam Smith.

2. ADAM SMITH: O CLÁSSICO (1723-1790)

2.1. Uma pequena biografia

Nossa discussão de ética em economia tem como ponto de partida Adam Smith, considerado pela maior parte dos economistas o fundador da Economia Política, em razão a sua obra mais conhecida, “A Riqueza das Nações”, publicada em 1776. Entretanto, convém lembrar um pouco da biografia de Smith. Seus estudos acadêmicos se iniciam na Universidade de Glasgow em 1737, onde ele se dedica ao que na época se denominava de Humanidades. Essa área compreendia estudos de Matemática, Filosofia, Teologia e Estudos Clássicos. Permanece em Edimburgo durante três anos e conclui seu bacharelado no Balliol College de Oxford, onde permaneceu durante seis anos. Para o próprio Smith, sua estadia em Oxford nada contribui para sua formação intelectual, com exceção ao acesso à biblioteca, o que lhe possibilitou um maior contato com a literatura inglesa e a francesa. Volta para Edimburgo em 1746 e, no decorrer dos anos de 1750 e 1751, oferece uma série de cursos avulsos voltados especialmente para a literatura e a retórica. Em 1751, ministra um curso mais dirigido para os aspectos econômicos. Sua formação

ponto de partida para uma crítica objetiva.” Essa questão se torna interessante na medida em que o autor faz sua crítica ao socialismo baseado na incapacidade de cálculos monetários e simultaneamente ao reconhecer que uma das relações-chave no capitalismo, que é o conceito de produtividade, é considerada abstrata e segundo nossa visão, assumido o caráter subjetivo de Mises, de pouca ou nenhuma significação no cálculo de custos-benefícios, tão importante na avaliação das empresas.

essencial deriva da influência de Hutcheson⁶⁹, com seus cursos de Filosofia Moral que compreendiam princípios de Ética, Moral, Política Comercial, Direito e Finanças Públicas.

Em 1752, ingressa na carreira docente da Universidade de Glasgow. Ocupante da cadeira de Lógica, ele leciona Literatura e Retórica. Nesse mesmo ano, é convidado a assumir a cadeira de Moral por causa de problemas de saúde de seu titular, Craige, que acaba por falecer pouco tempo depois. Smith é convidado a optar entre uma das duas cadeiras e sua escolha recai pela cadeira de Moral. Permanece em Glasgow até 1764, quando aceita ser preceptor do Duque de Buccleugh. Além de receber um salário superior ao que era pago pela Universidade, a nova atividade propiciou a Smith uma estadia de dois anos e meio na França. Por intermédio de seu amigo David Hume conheceu e estabeleceu contato com fisiocratas e filósofos como Quesnay, Voltaire, D'Alembert e Turgot, entre outros. Retorna à Inglaterra 1766, em razão da morte do irmão do Duque de Buccleugh. Trabalha na revisão da segunda edição da "Teoria dos Sentimentos Morais" e inicia estudos que resultariam na "Riqueza das Nações". Após esse período, em 1777, se torna um alto funcionário da alfândega escocesa e em 1787 é nomeado reitor da Universidade de Glasgow, cargo que ocupará até sua morte, em 17 de julho de 1790.

⁶⁹ "Francis Hutcheson (1694-1746/7). An academic philosopher of Irish origin who taught (and was criticized by) Adam Smith at Glasgow University and strongly influenced by Hume, he was the main representative of the "moral sense" doctrine in ethics, which he inherited from Shaftesbury. The main thrust of his philosophy was emphasize feeling rather the reason or intuition as the source of what we think of as moral knowledge, though it is unclear whether this feeling detects special moral qualities in actions or situations, as we feel the warmth of fire, or whether we simply have feelings of approval or disapproval towards their non-moral proprieties. This latter interpretation would place Hutcheson as an ancestor of the twentieth century emotive theory of ethics, and similar theories, but the eighteenth century was less sensitive than the twentieth to precise semantic analyses of the meaning of words and phrases." In HONDERICH, Ted (ed.) – "The Oxford Companion to Philosophy" - Oxford: Oxford University Press, 1995, p. 384 - Sua teoria consistia em uma clara oposição às teorias de Hobbes e Mandeville, visto que para ele, a benevolência era uma característica inerente ao ser humano e o grande teste da ação virtuosa eram as consequências ou a tendência de promover o bem-estar geral. Sob essa ótica, Hutcheson também poderia ser considerado um predecessor da escola utilitarista de Jeremy Bentham, se utilizarmos uma de suas frases, que entrou para a história da Ética: "That nation is best which procures the greatest happiness for the greatest numbers, and that worst which in like manner occasions misery", citado in MacINTYRE, Alasdair – "A Short History of Ethics - a History of Moral Philosophy from the Homeric Age to the Twentieth Century" - New York: Touchstone, 1966 - p. 163.

2.2. As obras de Smith

Smith escreveu sobre astronomia, estética, retórica, jurisprudência, literatura, metafísica, lógica, linguagem e economia. Seus amplos representam de certa forma aqueles dos intelectuais de sua época, ou seja, que entendiam o mundo como um sistema integrado e ordenado, idéia que se tornou marcantes no Iluminismo escocês. Como reflexo de seu tempo, Smith também se preocupou com a construção de um sistema lógico e integrado de pensamento que explicasse a sua época e a sociedade em que vivia, além de propor soluções para o aperfeiçoamento das instituições.

Foi influenciado fortemente pelo método científico desenvolvido por Newton⁷⁰ e ao mesmo tempo que participava do grupo que ficou conhecido como o Iluminismo Escocês e foi uma reação ao Iluminismo Francês.⁷¹ Em outras palavras, fazia uma crítica ao excesso de formalismo e rigor do racionalismo francês e ao estudo de todos os campos que poderiam estar relacionados com o progresso da sociedade, ou seja, desde a História até a economia política. Os representantes de maior destaque desse movimento, além do próprio Smith, eram Francis Hutcheson, Adam Ferguson, William Robertson, Thomas Reid, Sir James Stuart, John Millar e seu amigo David Hume.

⁷⁰ “In a lecture delivered on 24 January 1763 Smith noted that didactic or scientific writing could have one or two aims: either to ‘lay down a proposition and prove this, by the different arguments that lead to that conclusion or deliver a system in any science. In the latter case Smith advocated what he called the Newtonian method, whereby we lay down certain principles known or proved in the beginning from whence we account for the several phenomena, connecting all together by the same Chain.’”- SKINNER, Andrew – “Adam Smith” in EATWELL, John et alii - op. cit. p.37-8 ; ou quando Smith pensava o mundo como um sistema: “Even more importantly, for Smith, self-love was the ‘principle motion in social theory much as attraction is the principle of motion in Newton physics. Those who believed that government was free to make any laws it chose to regulate society, Smith believed did not understand a most basic feature of human nature. The man of system as Smith called him.” - VAUGHN, Karen I. – “Invisible Hand” in EATWELL, John et alii (ed.) - op. cit. p.169 ou essa influência é justificada por MULLER, Jerry Z.: “Adam Smith shared the hope of most Enlightenment thinkers of creating a science that would illuminate the natural world as Newton had begun to illuminate the natural world. The science of man, like the science of nature, was regarded as part of ‘natural theology’, which was devoted to uncovering God’s creation through the use of methods more reliable than revelation.” Op. cit., p. 48.

⁷¹ Para uma comparação entre as diferenças entre o iluminismo escocês e francês conferir, especialmente, os capítulos 12 e 13 escritos por MacINTYRE, Alasdair, op. cit. e propriamente sobre o iluminismo escocês conferir “ROBERTSON, JOHN – “Scottish Enlightenment” in EATWELL, John et alii op.cit. p. 239-244.

A ambição de Smith em descobrir as leis e a ordem da natureza da sociedade humana seguiu de perto as descobertas de Newton, ou seja, ele pretendia se utilizar não somente do método de Newton, mas descobrir as próprias leis que regiam a sociedade humana - o que constituiria aquilo que hoje conhecemos como ciência social. Smith concebia a sociedade humana como um sistema constituído de vários subsistemas interligados. Esse modo de perceber a realidade se refletiu nas suas duas obras publicadas em vida: “A Teoria dos Sentimentos Morais”, de 1759, e “Riqueza das Nações”, de 1776. A terceira grande obra é aquela que conhecemos atualmente como as “Lectures on Jurisprudence”, que nunca foi completada e, segundo desejo manifestado pelo próprio Smith ao seu testamenteiro, teve seus rascunhos queimados após a sua morte. A versão hoje conhecida dessa obra é resultante da descoberta de anotações de seus alunos, parte delas descoberta no século XIX e outra em 1958, publicadas somente em 1978.⁷²

Portanto, nos parece bastante clara a tentativa de construção de um sistema explicativo de sociedade e de sua regularidade. Cada uma das obras respondia por aspectos específicos da vida social:

1. “A Teoria dos Sentimentos Morais” procurava responder a duas questões fundamentais: no que consiste a virtude e quais são os mecanismos que fazem com que as pessoas prefiram seguir um curso de ação e não qualquer outro? Quais são os fatores que influenciam e dirigem a ação humana e sob quais condições ela é escolhida? Essa obra não era destinada somente ao público acadêmico, mas ao que se considerava “um público educado”.

⁷² Smith tinha em mente uma terceira obra que versaria sobre legislação e governo, mas nunca ficou inteiramente satisfeito com os resultados alcançados. As “Lectures on Jurisprudence” que conhecemos consistem de anotações de suas preleções, no período compreendido entre 1763-4, e não devem refletir necessariamente o desenvolvimento do pensamento de Smith resultante das duas publicações anteriores. Diz MULLER a respeito do conteúdo dessas “Lectures”: “In these remarkably erudite lectures, Smith traced the historical development of the legal and political institutions which made possible what he called ‘civilization’ - a combination of commerce, free labor, advanced culture and politics liberty.” - in MULLER, Jerry Z - “Adam Smith in His Times and Ours” - New Jersey: Princeton University Press, 1993, p. 7-8.

2. “A Riqueza das Nações” se destinava aos “politics and policy-makers” e tinha por objetivo fornecer procedimentos que contribuíssem para uma prosperidade mais rápida da sociedade em geral. Nesse obra, o seu objetivo é a exploração e o desenvolvimento máximo da sociedade mercantil, cujas possibilidades de duramente limitadas pela política econômica mercantilista. Um dos pressupostos assumidos por Smith era a correlação entre desenvolvimento e progresso material.
3. “Lectures on Jurisprudence” não nos permite uma análise detalhada e útil para nossos propósitos, se considerarmos que ela nunca foi finalizada e as tentativas de elaboração foram destruídas. Sabemos que seu objeto eram as diversas formas de organização de governo, as origens das leis e o que seria mais adequado para atingir os propósitos determinados nas suas duas primeiras obras: uma sociedade moral, justa e próspera. Mas isso é apenas uma suposição, lembrando que as “Lectures” consistem de anotações de suas aulas e foram realizadas antes das “Theory of Moral Sentiments” e de “An Inquiry into the Nature and Causes of The Wealth of Nations”. Na verdade, podemos considerar as “Lectures” um grande rascunho de seu projeto de um sistema explicativo da sociedade que seria desenvolvido no decorrer de sua vida. Isso é justificado pelo fato de as “Lectures” conterem elementos de economia, moral e política, entre outros, que deveriam ser desenvolvidos e provavelmente transformados em obras autônomas.

Em virtude das características relacionadas acima, optamos por não incluir as “Lectures on Jurisprudence” em nossa análise. Nosso foco se restringirá aos dois livros publicados, ainda em vida pelo autor, “The Theory of Moral Sentiments” e “An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations”.

2.3. A ética em Smith

O primeiro ponto que merece atenção em relação aos dois livros publicados diz respeito às alterações que ocorreram entre suas diversas edições. Seu primeiro livro “A Theory of Moral Sentiments” teve seis edições durante a vida de seu autor, e foi constantemente revista, corrigida, alterada e acrescida. A edição inicial surgiu em 1759, seguida por outras em 1761, 1767, 1774, 1781 e, a sexta e última, em 1790, pouco antes da morte de seu autor. Ao contrário da “Riqueza das Nações” que poucas alterações sofreu nas suas reedições, “A Teoria dos Sentimentos Morais” sofreu modificações substanciais e sua última edição foi praticamente rescrita, “which includes a further elaboration of the role of conscience, and most complete statement which Smith offered as to complex *social* psychology which lies behind man’s broadly economic aspirations.”⁷³

Essas constantes revisões e alterações na “Theory of Moral Sentiments” nos causa tanta perplexidade quanto aquelas causadas aos economistas com relação às características morais atribuídas aos homens entre as duas obras citadas. Para os economistas, os valores do autocontrole, da benevolência e da simpatia da “TSM” se transformam em paradoxo quando contrastados com o valor de auto-interesse presente na “WN”.⁷⁴

A questão nos apresenta de forma diferente: Smith realizou poucas alterações na “WN”, o que pode significar a sua satisfação com a obra, enquanto a “TSM” sempre exigiu mudanças e provavelmente sempre será incerta qualquer afirmação conclusiva sobre ter ela adquirido em sua sexta edição sua forma definitiva, segundo a ótica de nosso exigente autor. A mesma incerteza também é um elemento presente quando pensamos a respeito da trilogia pretendida com a publicação de um trabalho sobre jurisprudência que nunca se concretizou. As respostas, nesse caso, podem

⁷³ SKINNER, Andrew - op. cit., p. 5.

⁷⁴ Para facilitar a leitura e repetições desnecessárias, passaremos a partir desse momento a nos referirmos a “Theory of Moral Sentiments” como “TSM” e “Wealth of Nations” como “WN”.

variar e incluir desde o tempo dedicado às constantes reformulações da “TSM” até motivos mais simples como a pura e simples insatisfação com os resultados alcançados nos esboços daquilo que deveria ser em seu terceiro livro.

Todas as descrições da personalidade de Smith o mostram como alguém extremamente cuidadoso, meticuloso e seguro de suas explicações. Se admitirmos essas características como verdadeiras, não farão sentido estas revisões e alterações, a não ser que para o autor novos conhecimentos ou mudanças da realidade fizessem com que ele se dedicasse a um constante e extenso trabalho de revisão de suas idéias. O que nos parece paradoxal é a satisfação com os resultados obtidos na “WN” e uma aparente insatisfação quanto aos resultados da “TSM”. De qualquer forma, não deixa de ser irônico a “WN” ter se transformado num clássico e a obra ocupou toda a sua vida ser relegada a um plano inferior, a ponto de um autor como Galbraith afirmar que “(...) em 1759 publicou uma obra atualmente muito esquecida e consideravelmente anterior ao seu interesse por economia política”.⁷⁵

Uma das possíveis explicações da tensão existente entre as suas duas obras pode ser dada pela realidade histórica de sua época. A Grã-Bretanha atravessava um momento de acelerada prosperidade, mas era ainda essencialmente uma sociedade agrícola, com alguma tonalidade de uma sociedade comercial e a uma pequena distância da Revolução Industrial. Ou seja, um período de grandes e rápidas transformações, da transição de antigas tradições do período feudal para uma nova forma de sociedade comercial. Tal período de alguma forma definia uma nova problemática em termos éticos: a rejeição a antigos valores que descendiam da cultura greco-romana e das tradições cristãs ou a tentativa de conciliação da antiga tradição com os novos valores exigidos por uma sociedade comercial ou capitalista.

⁷⁵ GALBRAITH, J.K. – “Economia Política - uma história crítica” - Portugal: Europa-América, 1987, p. 61. Sob nosso ponto de vista Galbraith conseguiu se equivocar três vezes e de forma consecutiva: a primeira ao não observar que qualquer trabalho sobre Filosofia Econômica ou de Ética e Economia tem na “TSM” uma referência praticamente obrigatória e, em segundo lugar, esquecer que Smith já se interessava por assuntos econômicos conforme pode ser observado em suas Lectures oferecidas em 1751; e por último que o objetivo de Smith era a construção de um sistema geral de organização da sociedade no qual o ambiente econômico se constituía num dos subsistemas, em igualdade de condições com a Moral e a Política.

A cultura grega e cristã privilegiava a vida comunitária e ofereciam sérias ressalvas quanto às atividades mercantis e ao lucro enquanto atividades respeitáveis. A cultura grega se voltava para a polis, enquanto a cristã se voltava para um mundo não terreno. A cultura romana e a grega cultivavam as virtudes públicas e civis. Em nenhuma delas havia espaço para o individualismo, que se transformava aos poucos num requisito necessário à sociedade comercial, que sucedia à sociedade agrícola e se constituiria num dos pilares da sociedade capitalista. Ao mesmo tempo, outra fundamentação do capitalismo que se refere à propriedade já tinha sido parcialmente resolvida por meio do direito civil romano, que desenvolveu mecanismos de proteção e manutenção da propriedade privada, fornecendo os mecanismos necessários para um processo de acumulação econômica⁷⁶.

Nesse ponto, apesar de tentarmos a todo momento estudar as obras de Smith no seu contexto, isso é, em si mesmas, não podemos ignorar as idéias que o influenciaram e permitiram a construção tanto da “TSM” quanto da “WN”.

A origem do pensamento de Smith deriva de influências extremamente diversas, em virtude da sua própria formação. A influência da filosofia estoica é reconhecida por todos os estudiosos de suas obras⁷⁷, e também de autores que podemos considerar seus grandes interlocutores diretos: Quesnay, Locke, Mandeville e Hume.⁷⁸

⁷⁶ “Whereas Christian theology and civic rethoric were essentially *normative*, with their visions of the holy or virtues life, civil law, was concerned for the rights of subjects and for their possessions was a latent individualism, perhaps a ‘possessive individualism’. Rather than valuing the liberty to participate in government, it value freedom from government guaranteed by law.” - MULLER, Jerry Z. op. cit., p. 45-6.

⁷⁷ FITZGIBBONS, Athol, - “Adam Smith’s System of Liberty, Wealth and Virtue” - Oxford: Clarendon Press, 1995, p. 29-34 - conferir também a introdução crítica escrita por MACFIE, A. L. e RAPHAEL, D.D. in SMITH, Adam - “Theory of Moral Sentiments” - Indianapolis: Liberty Fund, 1984, p.5-10.

⁷⁸ Quesnay é responsável pela exposição da economia como um sistema em seu “Tableau Economique”; Locke pela defesa do individualismo e pela justificativa da propriedade privada e da defesa da acumulação ilimitada; Mandeville ao propor a prosperidade material como finalidade moral; e Hume ao considerar o interesse comum como fundamentação moral de toda ação. Cada um desses conceitos está presentes nas obras de Smith.. Cf. DUMONT, Louis - “From Mandeville to Marx - The Genesis and Triumph of Economic Ideology” - Chicago: University Chicago Press, 1977.

A problemática que Smith se propôs resolver era de uma extrema complexidade: além da busca de uma ordem explicativa da natureza humana, visava a fornecer também uma justificativa moral para essa ordem. Como conciliar os antigos valores com os novos que se apresentavam?⁷⁹ Ou, de maneira mais clara, propor aquilo que Hirschman⁸⁰ se perguntou em nossa época: como o comércio, o lucro e o fazer fortuna se transformam de vícios em virtudes? Como justificar a existência de valores que transcendem a esfera econômica num novo universo em que a lógica econômica tende a se expandir a todos os demais setores da vida social? Como fazer com que as novas forças sejam controladas e canalizadas de maneira a manter a coesão social?

Dentro da ordem e regularidade buscada por Smith no universo humano, torna-se uma questão de essencial importância o reconhecimento do lucro e da acumulação do capital, como elementos válidos e aceitos pela sociedade como motivadores da conduta humana. Era ao mesmo tempo importante achar uma justificativa moral para essa busca fosse de certa forma disciplinada e circunscrita a um espaço específico e determinado, no qual as regras poderiam ser diferentes das vigentes em outras esferas da vida social. É nessa busca que acreditamos que tanto a “TSM” como a “WN” não constituem obras isoladas, mas complementares⁸¹. Muito do que é considerado ambigüidade entre essas obras é, na realidade, a tentativa de resolver essa tensão entre motivações econômicas e não econômicas, que poderiam parecer excludentes ou contraditórias à primeira vista, mas que ele achava possível uma

⁷⁹ “Smith’s system was much more intensely political than has been recognized, because that combination of moral motives had to be written into the political constitution and the culture mores, and not just into economics. Strictly, there was no direct relationship between Smith’s moral and his economic theory; Smith’s theories of morals and method led to his theory of jurisprudence, and then the principles of jurisprudence led to Smith’s theory of economics. However, Smith’s modern followers tend to be economists without a strong sense of civic life, and so that is how his admirers and detractors see Smith himself. (...) After all, what could be more political than a whole new form of social organization based on a new sense of values” - FITZGIBBONS, Athol - op. cit., p. 22.

⁸⁰ Cf. HIRSCHMAN, Albert O – “As Paixões e os Interesses” - R.J.: Paz e Terra, 1979.

⁸¹ “However, the more intriguing possibility is that Smith wanted to *integrate* economics and morals, by developing a philosophy that would harness the force of self-love without being dominated by it. There is indirect but compelling evidence that Smith developed a comprehensive and integrated system of economics, politics, and morals.” - FITZGIBBONS, Athol - op. cit., p. 4.

conciliação. E este processo se constituiria em uma nova etapa histórica humana de desenvolvimento que mostraria seus efeitos benéficos para à sociedade como um todo.

Quais seriam as leis ocultas que deveriam ser descobertas para que se compreendesse e justificasse essa nova ordem? Para Smith, nada havia de mais distante em seu pensamento do que o “homem-econômico” dos neoclássicos. Ele tinha em mente uma teoria histórica evolucionista, na qual estabeleceu os quatro estágios de desenvolvimento: nômade (caçadores), pastoril, agrícola e comercial.⁸² Caberia, então, ao filósofo, no caso de Smith, contribuir particularmente com argumentos que ajudassem a eliminar as situações herdadas do período anterior (feudal), que ele considerava entraves para o desenvolvimento. Em sua época, alguns destes entraves caminhavam para sua extinção, enquanto outros vinham perdendo terreno em razão do progresso comercial, como: a diminuição do poder das guildas, da aristocracia e os entraves do governo, que restringiam a liberdade individual do cidadão, que se via impedido de perseguir os próprios interesses, por causa de uma regulamentação excessiva, derivada da política econômica do mercantilismo. E é conveniente lembrar que no decorrer do século XVIII a Inglaterra atravessou três revoluções sucessivas: a agrícola, com o desenvolvimento de novas técnicas e

⁸² SMITH, Adam “An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations” - 2 v. - Indianapolis: Liberty Fund, 1981, Livro V, capítulo 1: Cada estágio tem sua própria característica: no estágio nômade ou de caçadores, a liberdade individual era grande, em parte por causa de seu pequeno tamanho, e os conflitos eram pequenos pela ausência da propriedade privada; assim, era desnecessário estabelecer qualquer organização administrativa de justiça ou regulamentação. Na fase pastoril, que pode ser nômade ou não, as comunidades se tornam maiores e aparece a propriedade privada, que pode ser acumulada e transferida, decorrendo daí uma necessidade de organização mais complexa com função de defender a propriedade. O terceiro estágio, caracterizado como agrícola, tem na propriedade da terra a fonte de distinção e poder entre os homens, organização que prevalece até o período feudal, no qual o poder central é considerado fraco em relação ao poder local. Para Smith, essa relação é responsável pela grande desordem desse período. Mas com a perda gradativa do poder, o senhor feudal não se diferencia mais do comerciante ou do burguês, decorrendo daí “commerce and manufactures gradually introduced order and the good government, and with them, liberty, security of individuals, among inhabitants of the country, who had before lived in continual state the war with their neighbours, and of servile dependence upon their superiors.” P. 412 - É interessante observar que a prática do comércio como um elemento de ordem e até mesmo agente civilizatório se encontra presente em Montesquieu – “Do Espírito das Leis” - S. Paulo: Abril Cultural, 1973, particularmente na quarta parte e nos capítulos I a V. O mesmo tema é desenvolvido por HIRSCHMAN A - op. cit., p. 56-64.

instrumentos; financeira, que se manifestou pela disputa do capital internacional excedente com a Holanda e, conforme foi visto no primeiro capítulo, contribuiu para a hegemonia inglesa do século XIX; e, por último, a revolução dos métodos de produção, que criou um mercado interno e permitiu o desenvolvimento da revolução industrial.

Há, portanto, na visão de Smith duas esferas sociais distintas: a pública e a privada. O homem era um ser social e político e em princípio nem bom nem mau, mas por natureza dotado de inúmeras paixões, algumas de caráter destrutivo, enquanto outras poderiam ser consideradas inofensivas. As paixões, porém, poderiam ser canalizadas pelas diversas instituições sociais no sentido de atenuar seus resultados e sempre que possível fazê-las trabalhar para o bem público.⁸³

O progresso material e econômico era considerado essencial para a melhoria da sociedade e a liberdade era a condição necessária para obtê-lo. Mas seria uma ingenuidade acreditar que para ele o progresso econômico seria responsável apenas por efeitos benéficos.⁸⁴ Smith, ao contrário de muitos intelectuais de sua época,

⁸³ “As a moral philosopher, Smith was concerned about the nature of moral excellence. But like many other Enlightenment intellectuals, he tried to begin by describing man as really is. His conception of man was not as an intrinsically good creature corrupted by society, nor as an irredeemably evil creature except for the grace of God. His project was to take a man as he is and to make him more like what he is capable of becoming, not by exerting government power and not primarily by preaching, but by discovering the institutions that make men tolerably decent and may make them more so.” MULLER, Jerry Z., p. 48.

⁸⁴ Um exemplo pode ser dado considerando um dos conceitos-chave de Smith que é a divisão do trabalho tão bem descrita por meio de “sua” fábrica de alfinetes que é responsável pelo progresso econômico, aumento de produtividade e da riqueza em geral. Porém ele também percebia que a divisão do trabalho tinha efeitos maléficos para a sociedade: “In the progress of division of labour, the employment of the far greater part of those who live by labour, that is, of the greatest body of the people, comes to be confined to a few very simple operations; frequently to one or two. But the understandings of the greater part of men are necessarily formed by their ordinary employments. The man whose whole life is spent in performing a few simple operations, of which the effects too are, perhaps, always the same, or very nearly the same, has no occasion to exert his understanding, or to exercise his invention in finding out expedients for removing difficulties which never occur. He naturally loses, therefore, the habit of such exertion, and generally becomes as stupid and ignorant as it is possible for a human creature to become. The torpor of his mind renders him, not only incapable of relishing or bearing a part in rational conversation, but of conceiving any generous, noble, or tender sentiment, and consequently of forming any just judgment concerning many even of the ordinary duties of private life. Of the great and extensive interest of his country, he is altogether incapable of judging; and unless very particular pains have been taken to render him otherwise, he is equally incapable of defending his country in war.” “WN”, p. 781-82 - e um pouco mais adiante ele afirma que até mesmo sua atividade corporal é corrompida e toda a habilidade que ele adquiriu foi pelo sacrifício das virtudes intelectuais, morais e físicas.

tinha uma preocupação com as pessoas comuns ou com o público em geral e acreditava que o progresso econômico trazia dentro de si uma distribuição de seus resultados, os quais conduziram a uma melhoria de vida para todos. Nesse ponto, Smith, tinha que de alguma forma, que romper com as tradições gregas e cristãs - para as quais o comércio significava um jogo de soma zero, isso é, que o ganho de alguém obrigatoriamente significava a perda de uma outra parte. Conforme já foi visto anteriormente, a própria Igreja foi se tornando mais flexível nessas questões e de S. Tomás de Aquino em diante os próprios escolásticos se tornaram mais flexíveis e passaram a admitir várias exceções (Cap. 1). De qualquer forma, a salvação ou a revelação e a razão não se mostravam eficazes para controlar o comportamento dos homens. Talvez seja esse impasse que tenha conduzido Mandeville a eleger os vícios privados como o agente do progresso: “He held that attempts to promote virtuous behavior were futile and even counterproductive and suggested that public good was the product of egoistic motives. (...) The task of the legislator, Mandeville argues, was not to repress man’s egoistic impulses, but to provide institutional channels through which they could be asserted for the ultimate benefit of public. A properly contrived social framework would perform that function more or less automatically, without the direct intervention of the legislator.”⁸⁵

Talvez Mandeville seja um dos autores mais subestimados na literatura social e econômica, mas foi ele que contribuiu de maneira decisiva para justificar moralmente os ganhos advindos da sociedade comercial. Com apenas um golpe, ele incluiu na sua análise social o individualismo, o egoísmo e uma redução do poder político do Estado nas relações entre os homens comuns, ou seja, na esfera privada. A teoria de Mandeville é de que são do egoísmo, da luxúria e demais vícios, que a sociedade se desenvolve e progride economicamente. Apesar das críticas de Smith de que seu sistema era imoral, ele tem uma função de grande importância no sistema desenvolvido na “WN”, no qual os vícios de Mandeville se transformam em

⁸⁵ MULLER, Jerry Z. - op. cit., p. 52-3.

categorias como amor- próprio e auto-interesse, como pode ser observado numa das passagens mais citadas de Smith:

“It is not from the benevolence of the butcher, the brewer, or the baker, that we expect our dinner, but from their regard to their own interest. We address ourselves, not to their humanity but to their self-love, and never talk to them of our own necessities but of their advantages. Nobody but a beggar chuses to depend chiefly upon the benevolence of his fellow-citizens. Even a beggar does not depend upon it entirely.”⁸⁶

Esse trecho, convém não esquecer, pertence à “Riqueza das Nações” obra em que Smith procura descrever a sociedade como “ela é” e não “como deveria ser”. Nessa situação, seguindo método de Newton, a explicação é resultante de poucas variáveis: a propensão natural à troca e à barganha, o interesse próprio, a divisão do trabalho e a concorrência. O relacionamento entre essas variáveis conduz à opulência e ao desenvolvimento se a liberdade individual de procurar seus próprios interesses não for restringida por forças exteriores, ou seja o Estado. Existe, portanto, uma ordem natural que, sem influências externas, segue seu curso, que apresenta uma invariável tendência de promover o bem-estar público, uma vez que esses mecanismos em ação tendem à redução dos preços e à melhoria da qualidade de vida de todos. Conforme suas próprias palavras: “No society can surely be flourishing and happy, of which the far greater part of the members are poor and miserable”⁸⁷ Os inimigos são conhecidos: o excesso de regulamentação do governo na esfera privada e os monopólios públicos e privados.

Ao contrário do que possa parecer, não se trata de um darwinismo social uma vez que esse comportamento é admissível apenas na esfera econômica e tem por objetivo o progresso geral da sociedade. E tudo indica que quanto maior for a concorrência, o tamanho do mercado e a divisão do trabalho, menores serão os

⁸⁶ SMITH, Adam – “WN”, p. 26-7.

⁸⁷ SMITH, Adam – “WN”, p. 96.

preços praticados, possibilitando que bens anteriormente disponíveis a uma pequena parte da sociedade se tornem acessíveis a camadas mais amplas da população. Entretanto, o tamanho do mercado, ao conduzir a uma maior divisão do trabalho, traz dentro de si uma interdependência também maior entre os indivíduos e um distanciamento grande entre os diversos elos da corrente da cadeia produtiva. Nessas condições, a probabilidade de valores tidos como tradicionais, como a benevolência, a solidariedade ou qualquer outro, se mostra incapaz de ser o fundamento básico do sistema econômico. Smith não despreza esses valores, mas apenas reconhece que, apesar de serem desejáveis ou até mesmo consistirem em objeto de admiração, são praticamente inviáveis. Portanto, o mercado pode se constituir em uma instituição que canaliza e disciplina os vícios e, de certa forma, impedir que essa ética fundamentada no auto-interesse permeie outras esferas da vida social. Nesse sentido, o mundo econômico da “WN” é regido pelo interesse próprio e as demais esferas pelo “autocontrole” das paixões, que constitui o valor fundamental da “TSM”.

Essa preocupação se reflete no primeiro parágrafo da “TSM”:

“How selfish soever man may be supposed., there are evidently some principles in his nature, which interest him in the fortune of others, and render their happiness necessary to him, though he derives nothing from it except the pleasure of seeing it. Of this kind is pity or compassion, the emotion which we feel for the misery of others, when we either see it, or are made to conceive it in a very lively manner. That we often derive sorrow from the sorrow of others, is a matter of fact too obvious to require any instances to prove it; for this sentiment, like all the other original passions of human nature, is by no means confined to the virtuous and humane, though they perhaps may feel it the most exquisite sensibility. The greatest ruffian, the most hardened violator of the laws of society, is not altogether without it.”⁸⁸

⁸⁸ SMITH, Adam - “TSM”, p. 9.

Deriva daí o aparente paradoxo de Smith em termos morais e éticos. A tensão entre auto-interesse e ações desinteressadas. No caso do açougueiro, ele nos leva a crer que o egoísmo é o valor que rege a conduta humana e na citação acima, que a ação desinteressada refletida no interesse da “fortuna e felicidade dos outros” é inerente a qualquer ser humano, por pior que seja o seu caráter.

Na verdade esse paradoxo não existe se considerarmos a propensão de Smith a ver o mundo como um sistema organizado composto de diversos subsistemas que funcionavam por meio de regras próprias, mas não contrárias a uma ordem geral e universal. Isso não significa que a ordem natural de Smith excluía o conflito, mas sim que este acabaria solucionado de alguma forma e se restabeleceria o equilíbrio anteriormente rompido. O sistema de Smith era um sistema que tendia ao equilíbrio e à ordem.

Mesmo a “WN” que se pretendia uma obra científica, não é desprovida de aspectos normativos. Na verdade, por mais que tenha se esforçado, Smith nunca deixou de ser um filósofo moral. Vários exemplos podem ser encontrados nessa obra que mostra conflito de interesses, algumas vezes entre os trabalhadores e empresários, outras entre os comerciantes e a sociedade e por último entre os legisladores e políticos que entram em conflito com o interesse público ou com os interesses dos comerciantes. Mas esses conflitos seriam resolvidos de forma mais eficiente e rápida se fosse permitido o exercício da liberdade individual nas suas resoluções. Isso, no entanto, não significava o esvaziamento político do Estado como árbitro em alguns casos e regulamentador em outros quando os mecanismos de mercado se mostrassem incapazes de alcançar alguma solução ou ameaçassem atingir as demais esferas da sociedade ou a ordem natural das coisas. Nesse sentido, ele se aproxima muito do liberalismo de Locke tanto em termos de papel do Estado enquanto árbitro de conflitos ou de administrador da justiça quanto em relação à profunda crença na liberdade individual, que deveria ser preservada tanto da voracidade de poder do

Estado como da ameaça vinda de outros indivíduos.⁸⁹ No caso de Smith, não era estranha a idéia de o Estado ser um agente regulador das relações econômicas, mas sim a de ser um agente interventor ou participante (em condições desiguais) nessas relações. Isso significava as restrições exercidas pelos monopólios estatais ou privados pela regulamentação que impedia o acesso a algumas profissões ou ao ramo de negócios que seria de seu interesse e pelas leis que proibissem a mobilidade do capital e da mão-de-obra.

Na esfera da “TSM”, o caráter é normativo e Smith refutava a utilidade de Hume⁹⁰, a benevolência e senso moral inato de Hutcheson e o sistema amoral de Mandeville⁹¹. Na sua opinião, a razão poderia ser considerada uma boa guia para a ação, mas a origem dos valores e suas justificativas tinham características subjetivas e psicológicas. A resposta que Smith encontrou foi a simpatia como um valor de coesão social. Em termos atuais, poderíamos definir a simpatia de Smith com o conceito de empatia. O método admite que sentimos algo em relação ao outro, mas apenas conseguimos imaginar o seu sentimento e não a sua intensidade. Apenas podemos julgar as ações dos demais, porém, se conseguirmos nos pôr em sua posição e tentar sentir aquilo que ele está sentindo, mas sob sua ótica. É a figura de um espectador que se pretende imparcial e, ao julgar as ações sob o ponto de vista do outro, deixa de lado as próprias opiniões, interesses e valores, analisa a situação sob um ponto de vista externo a ambos e, ao fazer isso retorna a si próprio e se põe na situação dos outros. Essa atitude o capacita não somente à ação de seu semelhante, mas às próprias ações⁹². Dessa capacidade de “troca de papéis”, ao se colocar no papel do outro e da compreensão que surge desse duplo movimento,

⁸⁹ Cf. LASLETT, P. (ed.) - LOCKE, John – “Two Treatises of Government”. New York: Cambridge University Press, 1988 e BOBBIO, Norbert – “Locke e o Direito Natural” - Brasília: UnB, 1997.

⁹⁰ HUME, David – “Uma Investigação sobre os Princípios da Moral” - Campinas: UNICAMP, 1995.

⁹¹ MANDEVILLE, Bernard – “Fable of the Bees” - 2 v. - Indianapolis: Liberty Fund, 1988.

⁹² “The key to Theory of Moral Sentiments is Smith’s account of the unanticipated origins of conscience, of our willingness to act justly, prudently, and benevolently. Smith traces the development of conscience to the interaction of two factors: our egoistic desire for approval, and our ability to imagine ourselves in the place of others. It is the combination of these two factors which allows social institutions to guide us toward self-control and even altruistic action.” MULLER, Jerry Z. op. cit., p. 101.

acaba por compartilhar dos sentimentos dos seus semelhantes e dessa forma aprende a se tornar espectador e árbitro de suas próprias ações. O resultado direto é que acabamos por avaliar e julgar nossas ações em função de como os outros as vêem e procuramos com isso, a aprovação para nossos atos. Tal capacidade de reflexão nos faz desenvolver um autocontrole.

O que há em comum entre as duas obras é a crença de que as paixões podem ser direcionadas para o benefício público, ao invés de se transformar num elemento destrutivo da sociedade. Na “WN”, o auto interesse é a resposta e somos induzidos a pensá-lo como meramente econômico. Mas se observarmos a passagem sobre o auto-interesse do açougueiro etc., constataremos que também dependemos de sua auto-estima, o que nos leva a crer que as fronteiras definidoras do conceito estão além do econômico, e este pode ser ampliado para todo o universo das necessidades humanas, desde a moral até a material.

Esse conceito, de fato, nunca foi plenamente desenvolvido e explicado convenientemente por Smith e depende, sobretudo, das várias interpretações possíveis. Enquanto na “TSM” é a necessidade de aprovação por parte dos outros que nos faz agir de acordo com as regras morais vigentes, mas no limite, essa necessidade de aprovação pode ser caracterizada também como auto-interesse. Dessa forma, o ciclo se fecha e Smith consegue fugir do egoísmo hobbesiniano, que, fora do controle de uma autoridade central, levaria a uma guerra de todos contra todos, e consegue canalizar o egoísmo ou amor-próprio pela mediação das diversas instituições para construir uma ordem social harmônica que de início não fazia parte do projeto inicial dos indivíduos.

Isso nos remete à metáfora da mão invisível utilizada por Smith, que se tornou dogmática para os neoclássicos. Nesse sentido, estranhamos a importância dada a essa metáfora, que aparece apenas uma vez em cada uma de suas duas obras. Acreditamos que, apesar de serem um pouco extensas, as duas citações se tornam importantes para entendermos o que Smith entendia por mão invisível.

A primeira citação aparece na “TSM” e discute o papel social dos ricos bem como o seu papel de distribuidor de riquezas. Afinal, eles:

“(…) only selected from the heap what is most precious and agreeable. They consume little than the poor, and in spite of their natural selfishness and rapacity, though they mean only their own conveniency, though the sole end which they propose from the labours of all thousands whom they employ, be the gratification of their own vain and insatiable desires, they divide with the poor the produce of all their improvements. **They are led by an invisible hand** to make nearly the same distribution of the necessaries of life, which would have been made, had the earth been divided into equal portions among all its inhabitants, and thus without knowing it, advance the interest of the society, and afford means to multiplication of the species. When the **Providence** divided the earth among a few lordly masters, it neither forgot nor abandoned those who seemed to have been left out in the particulation. These last too enjoy their share of all that it produces”⁹³ (grifo nosso)

Na citação que aparece na “WN”, a explicação ocorre em virtude da alocação de recursos ou investimentos, retorno e risco envolvido:

“As every individual, therefore, endeavours as much as he can both to employ his capital in the support. of domestick industry, and so to direct that the industry that its produce may be of the greatest value: every individual necessarily labours to render the annual revenue of the society as great as he can. He generally, indeed, neither intends to promote the publik interest, nor knows how much he is promoting it. By preferring the support. of domestick to that of foreign industry, he intends only his own security: and by directing that industry in such a manner as its produce may be of the greatest value, he

⁹³ SMITH, Adam – “TMS”, p. 184-185 - e “WN”, p. 456.

intends only his own gain, and he is in this, as many other cases, **led by invisible hand to promote an end which was no part of his intention** Nor is it always the worse for the society that it was no part of it. By pursuing his own interest frequently promotes that of the society more effectually than when he really intends to promote it. I have never known much good done by those who affected to trade for the publick good. It is an affectation, indeed, not very common among merchants and very few words need be employed in dissuading them from it.”

A mão invisível tem o mesmo significado nas duas passagens e reflete um axioma muito caro a Smith, ou seja, o resultado imprevisível das ações humanas. O que demonstra sua crença de leis gerais da sociedade que podem ser derivadas de alguns poucos princípios e, dadas as características do homem concebidas por Smith, nada mais útil à ordem e à harmonia do que deixá-lo gozar da máxima liberdade individual circunscrita e restrita a essa ordem natural, em que as instituições refletiriam e seriam responsáveis pelos limites ou pelas regras do jogo. Portanto, nada haveria a temer das ações humanas desde que elas não procurassem intervir, inverter ou modificar essa ordem natural. Dentro de uma visão newtoniana isso significa o universo como um grande mecanismo em que as diferentes partes que o compõem, trabalhando independentemente, mas não de maneira contrária às demais partes, resultariam num todo superior a partir da soma de suas partes isoladas.

A visão de Smith pode ser considerada semelhante à de Newton sob esse aspecto, mas de acordo com nosso ponto de vista existe uma diferença que consideramos fundamental: é que, ao contrário do mundo físico, o mundo de Smith não tinha em seu interior a ordem e a harmonia como elementos intrínsecos, mas que poderia ser perturbado pelas ações humanas independentemente das intenções iniciais serem boas ou não. Queremos com isso dizer que o mundo social, para Smith, tendia à ordem, à harmonia e ao equilíbrio, mas não era de forma alguma um sistema auto-regulável e poderia ser desorganizado pelo seu medo maior: a loucura dos homens.

3. CONCLUSÕES

Os valores morais têm características próprias e alguns nos parecem imutáveis e universais enquanto outros sofrem mudanças em razão de alterações no comportamento das sociedades. Algumas novas situações permanecem num campo obscuro até que os valores que a devem reger ou a regem de fato sejam conhecidos e compartilhados. Isso não implica num relativismo ético nem em qualquer tipo de teoria evolucionista, mas simplesmente na idéia de as regras morais e os valores se alteram no decorrer da história.

Os preceitos éticos do período medieval, principalmente nos aspectos econômicos, demonstram uma lenta mudança que serve de justificativa a uma nova realidade que se apresenta. O período de transição do feudalismo para o capitalismo, que foi objeto de estudo de Hirschman⁹⁴, procura mostrar como determinadas atividades foram se transformando de vícios em virtudes, de como o comércio visto como algo pecaminoso e perigoso para a sociedade foi sendo reavaliado e transformado numa virtude. Em sua obra, ele procura demonstrar que a sociedade daquela época era descrente do poder da religião e da razão como elementos capazes de controlar as diversas paixões e estava procurando novos meios capazes de realizar essa tarefa, uma vez que as paixões deixadas à própria sorte conduziriam à destruição da sociedade. As tentativas foram de hierarquizar as paixões, jogar uma paixão contra a outra ou canalizar as paixões de forma a torná-las controláveis e para que seus efeitos nefastos pudessem ser atenuados.

Sob nosso ponto de vista, foi essa última alternativa a escolhida por Smith. Em suas duas obras, ele identifica o amor-próprio e o auto-interesse como as principais paixões. Em vez de tentar eliminá-las, ele tenta diminuir seu impacto social, conduzindo-as por “uma mão invisível” para a manutenção de uma ordem natural e harmônica em que os homens não sejam obrigados a ir contra a sua natureza. No primeiro caso, o amor-próprio é dirigido para a necessidade que temos de que

⁹⁴ HIRSCHMAN, Albert - op. cit.

nossas ações sejam aprovadas, admiradas e reconhecidas por nossos semelhantes. Isso é conseguido por intermédio da figura do espectador imparcial, cuja proposta é sairmos de nós mesmos e nos colocarmos na situação do outro, retomando a seguir a nós mesmos, a fim de julgar e justificar tanto as nossas quanto as ações dos outros. Decorre disso que a simpatia, que é seu conceito fundamental, nos obriga a nos identificarmos com a felicidade ou a tristeza de nossos semelhantes, uma vez que deixamos de lado nosso amor-próprio ao fazê-lo. Isso não quer dizer que ele deverá ser reprimido, mas direcionado para obter um fim específico: a estima e o reconhecimento dos outros. O valor moral último, para Smith, não é como aparenta ser inicialmente a simpatia, que tem apenas um papel inicial no seu sistema moral, mas o autocontrole.

A argumentação de Smith segue uma linha nem sempre reta e desprovida de ambigüidades, que pode, no entanto, ser resumida de maneira simples, da seguinte forma: o reconhecimento do amor-próprio (que é uma forma de egoísmo) como natural ao ser humano deixado livre de qualquer controle poderia gerar efeitos indesejáveis (como a busca da honra no período medieval conduzia os senhores feudais à guerra). Então, Smith direciona o amor-próprio para a aprovação de nossas ações pelos nossos semelhantes e, para que isso seja possível, é necessária a existência de uma preocupação real com os outros. Isso ocorre inicialmente por meio da simpatia, que desperta inicialmente nossa atenção. Assim, é por um processo de identificação que se delineia a figura do Espectador Imparcial. O resultado final desse processo é que, para obtermos a aprovação dos outros, temos que agir como os outros agiriam em dada situação, o que em última instância serve como freio do nosso amor-próprio, tornando o autocontrole possível de ser exercido e elevado à categoria de valor último na “TSM”.

Na “Riqueza das Nações” o auto-interesse, que também pode ser considerado uma espécie de egoísmo, é a paixão que deve ser refreada. Nesse caso, temos que considerar que a liberdade constitui um elemento fundamental de sua argumentação. Isso porque as inúmeras restrições legais e políticas de sua época criavam uma

situação de desigualdade que impedia a cada um que buscasse seu interesse e melhorasse sua condição inicial, atitudes naturais a todos os seres humanos, segundo o próprio Smith. A única forma que ele percebeu como possível para restringir essa desigualdade de oportunidades foi a do mecanismo da concorrência e da definição do papel do mercado. A primeira serviria de freio à ambição desmedida dos homens e o mercado faria o papel de instituição regulamentadora que determinava os limites da ação de cada jogador.

Por esse motivo, a concorrência, que Smith tanto prezava e defendia, tinha que ser perfeita e se tornava indispensável na sua teoria, pois ela tinha uma função semelhante à necessidade de aprovação que encontramos na “Teoria dos Sentimentos Morais”, isso é, ela obrigava os “merchants” a observar e acompanhar a movimentação de seus concorrentes e a obedecer às leis do mercado, que era o agente controlador das ações dos participantes. Nesse sentido, o autocontrole passa a desempenhar um importante papel no mercado, pois o egoísmo desenfreado levaria à perda de competitividade e à exclusão do jogo. Portanto, não havia “nenhuma mão invisível” que coordenasse as ações na esfera econômica, mas eram as regras da concorrência perfeita e da instituição de um mercado livre que direcionavam as ações dos “merchants” para o benefício público.

Uma das razões pela qual Smith era contra todas as formas de monopólios e regulamentação excessiva do Estado sobre a vida dos indivíduos se justificava pela desigualdade inicial, tanto de oportunidades quanto de poder, de buscar o seu auto-interesse. Ou seja, ela permitia a uma pequena parcela da população um egoísmo desenfreado à custa da maior parte da sociedade. Em nenhum momento de sua obra é estabelecida, ou mesmo sugerida, a maximização de lucros, embora o lucro seja tanto requisito obrigatório como também prêmio àqueles que melhor servissem aos consumidores.

O sucesso das prescrições de Smith se deveu ao fato de o capitalismo inglês do livre comércio do século XIX ser fundamentalmente baseado em pequenas e médias

empresas organizadas em distritos industriais especializados. O fato de existirem algumas grandes empresas não invalida o argumento. Ao contrário; ele é reforçado justamente pelo mesmo fato, isto é, o de elas serem exceções ao sistema geral.

Fato a ser considerado era que para Smith a economia era um subsistema do universo social, ao lado da Política e da Moral. Apesar de o egoísmo ser considerado a paixão que deveria ser combatida em ambas as obras, ele o faz se utilizando de meios diferentes: na esfera social, por meio da busca do reconhecimento e na econômica, por meio do auto-interesse. A finalidade, porém, é a mesma: o bem-estar da sociedade. Mas isso também implica duas realidades diferentes, a social e a econômica, e, dessa forma cada uma dessas esferas exige um comportamento moral diferente. O elemento que comanda os valores também é comum, ou seja, o autocontrole, porém, em termos normativos, na esfera social a ação deve ser a mais desinteressada possível, enquanto o contrário ocorre na econômica. Mas e quando elas se tornassem suficientemente antagônicas para alterar a ordem natural? Defendemos a posição de que na visão de Smith era por meio da Política que a mediação se tornaria possível e não do mercado. Conforme já vimos, era o Estado o definidor e árbitro das regras do jogo.

A posição dos neoclássicos é oposta à de Smith em diferentes caminhos:

1. O mercado, que para Smith era um instrumento a serviço do bem-estar público, para os neoclássicos se torna um fim em si mesmo.
2. O Estado, para Smith, era considerado responsável pelas regras do jogo e pela mediação das disputas, enquanto para os neoclássicos ele é posto também sob as leis de mercado e esvaziado de seu poder. Ou seja, há uma clara tentativa de subordinação do político ao econômico.

3. Smith nunca pretendeu desenhar um modelo de sociedade ideal, tentação a que os neoclássicos nunca resistiram. Tanto que se utilizaram de argumentos puramente econômicos para um projeto que, em última instância, é político.
4. As duas obras de Smith procuram uma justificativa ética para toda a sociedade e adota meios diferentes de acordo com a natureza de cada subsistema, enquanto os neoclássicos não dispõem de uma teoria ética, mas se utilizam de várias de acordo com o argumento apresentado.
5. Ao combater o mercantilismo, Smith o fazia baseado na sua realidade histórica e nas rápidas mudanças que estavam se processando na Inglaterra e a estavam conduzindo para a Revolução Industrial. Ele foi, dentro das limitações, extremamente cuidadoso na busca de evidências empíricas que permitissem um diagnóstico da realidade e justificassem suas prescrições. A posição neoclássica, ao se basear no axioma do “homem econômico”, se viu impedida de avaliar a realidade de sua época, marcada pela transição da hegemonia do capitalismo inglês para o norte-americano. Conforme visto no primeiro capítulo, a nova hegemonia tem como uma de suas características essenciais o surgimento das grandes organizações, que, se era exceção no capitalismo inglês do século XIX e tinha uma participação ainda menor na época de Smith, se tornou dominante no decorrer do século XX. Portanto, as grandes corporações e seu poder político e de mercado não se encaixa no modelo neoclássico de concorrência perfeita. A ironia é que a realidade passou a ser tratada como exceção e a teoria como fato, embora isso deva ser objeto de outros estudos.

O que nos importa diretamente, porém, é que, independentemente da validade teórica e/ou prática do axioma microeconômico utilizado pelos neoclássicos e de sua economia normativa ser baseada na realidade do século XIX e parte na do século XVIII, a retórica permanece viva e atual. Daí convivermos com elementos que constituem um estranho mosaico de idéias muitas vezes conflitantes, conforme

vimos nas diferenças entre Smith e os neoclássicos. O projeto neoclássico de sociedade define a supremacia da economia sobre as outras esferas sociais é compatível com o projeto da ciência econômica positiva de se firmar como uma área de conhecimento totalizante.

É a tentativa de transportar o “homem econômico” para a realidade. Pretender que essa lógica prevaleça é negar qualquer outra possibilidade de ação humana com características não econômicas. É negar ao ser humano quaisquer outras finalidades senão a maximização de utilidades ou relegá-las a um plano inferior. Mas independentemente do sucesso desse projeto, devemos reconhecer que Smith considerava os valores que regiam o ambiente social e o econômico. Todos economistas reconhecem, em última instância, que a economia é dirigida para o bem público. O problema é a definição de qual seria esse bem. Para Smith, era o progresso civilizatório em seu sentido mais amplo possível. Para os neoclássicos, é o progresso material refletido por índices econômicos e financeiros que se justificam por si só.

Acreditamos que a administração, ao se utilizar dos métodos e instrumentos da economia, especialmente da neoclássica, acabou por incorporar de maneira subjacente sua ética e sua visão de homem. Isso significa que as empresas compartilham da visão de que diferentes valores morais regem os universos econômico e não econômico. Mas o elemento mais complicado foi ter herdado dos neoclássicos a ausência de uma justificativa moral e ética consistente. Talvez esse seja um dos principais obstáculos para a obtenção de qualquer consenso quando se discute ética em negócios. O propósito do próximo capítulo é aprofundar essa discussão, considerando as diferentes abordagens existentes quando se trata de Ética em Negócios e as origens da controvérsia.

IV. ÉTICA EM NEGÓCIOS – ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO, A GÊNESE DAS CONTROVÉRSIAS E SUAS IMPLICAÇÕES

Esse capítulo é subdividido em duas partes: a primeira será dedicada especialmente a alguns aspectos relacionados diretamente à Ética nos Negócios, que procurará mostrar que essa área de conhecimento, apesar do crescente interesse que tem despertado nos últimos anos, ainda constitui um campo de estudos que ainda deverá percorrer um longo caminho, a fim de que se possa transformar de uma área de interesse para um ramo do conhecimento.

A segunda parte da discussão será centrada em dois aspectos que consideramos relevantes para esclarecer a origem das inúmeras controvérsias, da falta de unidade e muitas vezes de coerência quando se trata de relacionar ética e negócios. A discussão terá como argumento central a crítica ao “homem econômico” desenvolvida e aceita pela economia neoclássica e à falta de definição de um “homem” tanto na Administração quanto em Ética em Negócios.

Consideramos que a economia neoclássica tinha uma visão de mundo em que prevalecia a ação individual e não mais existe e que a Ética em Negócios assume uma realidade já moldada por um elemento que não era considerado pela economia: a grande empresa ou a grande corporação. De certa forma, porém, ela avalia o homem sob o ponto de vista filosófico ou ainda como um agente individual, enquanto o homem da organização tem características que ainda desconhecemos e, sem isso, só podemos pressupor seu comportamento e seus valores.

1. ÉTICA EM NEGÓCIOS

O interesse pelo tema se intensificou, a partir da década de 70, nos Estados Unidos e rapidamente se tornou objeto de estudos na maior parte do mundo. O resultado tem

se refletido em inúmeras publicações, seminários, cursos em todos os níveis, porém parece que o problema está longe de alcançar um mínimo de consenso e nos encontramos expostos a uma infinidade de abordagens, métodos e conclusões.

Encontramos situações que variam da inutilidade da discussão sobre o tema até propostas de aplicação dos mais diversos preceitos religiosos ao mundo dos negócios.⁹⁵ Para os economistas neoclássicos, conforme foi visto no capítulo anterior, a função social da empresa é a maximização de lucros. Dessa afirmação se pode inferir que qualquer outro objetivo atribuído à empresa tem como único efeito a ineficiência e o resultado final se torna prejudicial à sociedade, uma vez que as novas atribuições são incompatíveis com sua função social original.

No entanto, para muitos, a ética em negócios não é apenas desejável como também necessária. A própria discussão do tema admite que o mundo dos negócios não se comporta de acordo com os valores sociais ou que, seguindo o raciocínio econômico, ele constitui uma esfera diferenciada da vida social e, portanto, possui regras próprias. Mesmo assim, o grande debate que se trava atualmente envolve acadêmicos e homens de negócios parece indicar que, mesmo que essa última hipótese seja verdadeira, há um descontentamento tanto da sociedade como daqueles ligados diretamente com à vida empresarial quanto às regras do jogo ou quanto à adesão dos jogadores às regras definidas.

Convém ressaltar que a maior parte da bibliografia a que tivemos acesso é circunscrito ao sistema capitalista e há uma crença generalizada da necessidade da ética para manutenção ou aperfeiçoamento desse sistema. Uma das poucas exceções

⁹⁵ Diferentes perspectivas de abordagem religiosa foram objeto do dossiê “Western Religious approaches to Business Ethics”, contendo três artigos para cada uma das seguintes religiões: Judaísmo, Catolicismo e Protestantismo, número especial da “BUSINESS ETHICS QUARTERLY” vol 7, nº 2, march, 1997. Também encontramos o artigo de ABENG, Tanri – “Business Ethics in Islamic Context: Perspectives of a Muslim Business Leader” in BUSINESS ETHICS QUARTERLY, vol. 7, nº 3, July 1997. A partir dessa citação usaremos a sigla “BEQ” para esse periódico.

foi constatada na obra de Lippke⁹⁶, que se considera “um radical”, aborda o problema de forma estrutural e tem como objetivo uma sociedade igualitária. Naturalmente, o autor contraria, conforme vimos, um dos pilares do pensamento liberal, tanto clássico como neoclássico, o da impossibilidade de uma sociedade igualitária. A sua conclusão é de que as relações desiguais constituem um elemento estrutural do sistema capitalista e isso conduz a uma redução da autonomia do indivíduo. Portanto, não há condições de discutir ética quando não existe liberdade de escolha. A única solução possível seria com a ocorrência de uma mudança institucional que privilegiasse uma completa autonomia individual.⁹⁷

Mas, conforme foi ressaltado, Lippke é uma voz destoante dentro da bibliografia estudada. Ele está correto, no entanto, na sua afirmação de que a maioria dos autores aceita como legítimas as práticas e instituições do capitalismo. Está equivocado, porém, ao afirmar que os demais autores não reconhecem os pressupostos em sua análise.

Ao contrário, a maioria dos autores não somente reconhece, mas deixa clara a sua posição na crença de que o sistema liberal de livre empresa é o único possível ou, no mínimo, aquele que apresenta os melhores resultados para a sociedade. A manutenção do sistema e seu constante aperfeiçoamento é um ponto indiscutível e constitui um dos poucos itens de consenso na área. Um exemplo dessa crença pode ser encontrado no livro de Laura Nash:

⁹⁶ LIPPKE, Richard L. – “Radical Business Ethics” - Maryland: Rowman & Littlefield Publishers, 1995. A sua posição crítica em relação ao que ele considera abordagem convencional é explícita: “One of my central complaints about conventional business ethicists is that they routinely neglect or even acknowledge the ways in which assumptions about the contested issues of social justice enter into their analysis. This is different from saying that they employ theories of social justice with which I disagree. Rather, they too often write as if such theories and their implications for the evaluation of corporate conduct can simply be set aside. Indeed, many conventional business ethicists simply *assume* the legitimacy of the institutions and practices of advanced capitalism and go from there” - p. 11.

⁹⁷ O autor relaciona dezoito condições para que isso ocorra. Essa relação compreende tópicos que abordam desde os requisitos materiais de subsistência, lazer e cultura até questões como limitações ou controles a fim de evitar ações monopolistas em indústrias, mídia, fundações e instituições educacionais e, até a construção de uma estrutura social que “recompense a criatividade, iniciativa e esforço”. *Ib.*, p. 66-67.

“Se os líderes dos negócios sucumbirem a esse tipo de cinismo e interesse próprio, estaremos condenando o capitalismo democrático a uma falência moral fundamental, que encoraja a exploração e o engano que todo sistema econômico oferece.”⁹⁸

Ou de forma bastante semelhante em Robins e Reidenbach:

“All business and business people need to expect ethical behavior from fellow workers, their bosses, and competitors. Without this expectation, a relatively uncontrolled free market system cannot operate.”⁹⁹

Podemos concluir, portanto, a partir dessas duas afirmações suportadas por uma extensa bibliografia sobre Ética em Negócios, que se há um ponto indiscutível é aquele relacionado com a natureza e a legitimidade do sistema. Esse é um dado axiomático, que pode estar explicitado ou não em seus trabalhos, mas é comum à maioria dos autores.

Isso quer dizer que, se retirarmos essa discussão de pauta, os assuntos abordados cobrem tantas áreas e campos de aplicação que produzem uma infinidade de idéias das mais diferentes origens e acabam por se transformar num enorme “quebra-cabeça”. A juventude da área pode ser uma das causas que explicam a falta de conceitos comuns básicos e de uma tentativa de sistematização do conhecimento até hoje produzido. Seu caráter interdisciplinar reúne pessoas das mais diferentes

⁹⁸ NASH, Laura – “Ética nas Empresas - Boas Intenções à parte” - S.Paulo: Makron Books, 1993, p. 223. Diz também: “O capitalismo democrático, que repousa em um sistema de troca voluntária e comprometermos políticos com a liberdade e o livre arbítrio individual, é, no fundo, um sistema que depende de criação de confiança. Sem uma estrutura de valores morais básicos, tais como dizer a verdade, justiça e responsabilidade pessoal, a confiança poderá desviar-se até do grupo gerencial mais idealista. (...) Um efetivo padrão de integridade empresarial é crucial para o bem-estar da empresa hoje em dia, para seu pessoal e para aqueles que são afetados por suas operações.” P.XVI-XVII.

⁹⁹ ROBIN, Donald P. & REIDENBACH, R. Eric – “Business Ethics - where the profits meet value system.” - New Jersey, Prentice-Hall, 1989, p.11-12. Além desses motivos, existem outros dois: a crescente desconfiança nos homens de negócios por parte da sociedade e a reação governamental por meio de uma crescente regulamentação dos negócios.

formações, como filósofos, economistas, administradores, psicólogos, religiosos e professores, o que, se por um lado enriquece a discussão, contribuindo com uma visão multifacetada de homem, instituições e realidade, por outro traz dentro de si um “background” conceitual e metodológico extremamente diversificado que exigirá no futuro um trabalho de avaliação e sistematização do que foi e está sendo produzido.

Em razão da ausência de uma definição de seus limites, de seu objeto de estudo e de um esquema conceitual minimamente aceitos, procuramos, mesmo correndo o risco de incorrer em certa arbitrariedade, classificar os estudos de uma forma que pelo menos fiquem um pouco mais compreensível as diferentes contribuições. A bibliografia consultada permitiu que fosse possível percebermos a existência de três grandes categorias que se diferenciam em função de seus objetivos: ensinar a fazer, normativa e estudos empíricos (levantamento e aferição quantitativa).

A seguir, será feita uma breve exposição de cada uma dessas classificações com um ou dois textos que servirão como exemplo de cada uma delas. É importante esclarecer que, ao adotarmos a tipologia como um critério de classificação, estaremos trabalhando com os elementos centrais do argumento, isto é, alguns trabalhos poderiam ser enquadrados em mais de uma classificação. Quando esse problema ocorreu fizemos a opção pelo fator predominante, ou que era essencial, para atingir o objetivo visado pelo autor.

Um exemplo que pode ilustrar essa situação são os trabalhos que têm como proposta ajudar os executivos a elaborar um Código de Ética. Não podemos desconsiderar que todo código de ética tem um caráter normativo, mas quando tratamos de trabalhos que não tinham por objetivo a crítica da validade dos códigos, porém simplesmente mostrar a sua importância e ensinar como elaborar, aplicar e auditar, ou seja, “como fazer”, ele foi incluído nesta categoria.

Sob uma outra ótica, faltavam a esse grupo elementos que são essenciais para os outros, como uma fundamentação filosófica para os classificados como “normativos” ou pesquisas de campo que caracterizavam os denominados “estudos empíricos”. Os três grupos serão apresentados a seguir.

1.1. Estudos de “como fazer”

Esses estudos podem ser subdivididos em duas abordagens distintas. A primeira por meio de modelos nos quais os autores pressupõem os valores a ser implementados na empresas. A segunda contempla os famosos códigos de ética.

A primeira das abordagens não possui nenhum rigor científico e os valores surgem de uma maneira absolutamente inexplicável, mas “funcionam”, ou seja, somos levados a concluir que sua validade deriva da credibilidade e acessibilidade dos autores junto ao leitor. Consideramos como exemplo extremado desse tipo os livros de Blanchard e Peale¹⁰⁰ e de Hodgson¹⁰¹ e Henderson¹⁰², entre outros.

O ponto comum a todos é a utilização da mesma metodologia. Essas metodologia consiste na apresentação de alguns valores morais, que são pressupostos pelo autor, e na narração de pequenas histórias ou casos. Algumas perguntas são formuladas para o leitor e a seguir a resposta correta é indicada e justificada. Ao final do livro, o leitor e sua organização estarão aptos a seguir um rígido padrão ético. Nos referimos especialmente ao caso de Blanchard e Peale por estarem mais próximos da tipologia ideal. A Ética é definida simplesmente como “estar de bem com a

¹⁰⁰ BLANCHARD, Kenneth & PEALE, Norman Vincent. “O Poder da Administração Ética” - Rio de Janeiro: Record, 1988.

¹⁰¹ HODGSON, Kent. “A Rock and a Hard Place - how to make ethical business when the choices are tough”, New York: American Management Association, 1992. Outros exemplos podem ser encontrados em: WALTON, Clarence C. – “The Moral Manager”, New York:Harper & Row, 1988; e GELLERMANN, William et alii., “Values and Ethics in Organization and Human Systems Development - Responding to Dilemmas in Professional Life”. S. Francisco: Josey-Boss Pub., 1990.

¹⁰² HENDERSON, Verne E. – “What’s Ethical in Business” - New York: McGraw-Hill, 1992.

consciência” e “dormir em paz”. A partir dessa definição, por meio de exemplos hipotéticos, o leitor é conduzido a responder a determinadas perguntas. O resultado final consiste em um processo mnemônico caracterizado como os cinco pês: propósito, pundonor (“é a sensação que obtemos com nossas realizações e com as realizações das pessoas que nos são caras, como nossa família ou nossos auxiliares”)¹⁰³, paciência, persistência e perspectiva.

O caso de Blanchard e Peale é o que se mostra mais próximo do modelo ideal do “como fazer”, pois não tem nenhuma pretensão acadêmica ou intelectual. Os conceitos e a linguagem são extremamente simples e direta e, além disso, eles se utilizam do recurso de construir situações hipotéticas a fim de conduzir o leitor para a argumentação e as respostas esperadas. Hodgson faz uso do mesmo método, mas acrescenta ao final de cada capítulo uma seção de auto-conhecimento intitulada “Finding Out About Yourself”.

Os demais autores se utilizam de variantes dessa estratégia, mas diferem quanto a uma necessidade maior de fornecer uma justificativa teórica e conceitual para desenvolver seus modelos. Por exemplo, Henderson desenvolve um questionário composto de dez situações com as respectivas perguntas e a escala de pontos que consiste no que ele chama de “Ethical QI Test” e sugere como se deve proceder para aumentar o “QI” ético¹⁰⁴.

A segunda abordagem é aquela que propõe a solução dos problemas éticos empresariais por meio da elaboração e implementação de um Código de Ética. Esses podem ser para empresas, categorias profissionais¹⁰⁵ e associações de produtores de produtos e serviços entre outros. A crença existente entre os defensores dos códigos

¹⁰³ BLANCHARD, Kenneth & PEALE, Vincent. Op. cit., p.49.

¹⁰⁴ Um exemplo de uma situação com a respectiva pergunta: "A friend at work asks whether you'd like a take-home copy of an expensive computer software program. You know it is protected by copyright. **Q. Would you let your friend make a copy for you?**

NO DEPENDS YES". HENDERSON, Verne. Op. cit., p.38-9 e p.69-70.

¹⁰⁵ CHADWICK, Ruth F. (ed.) – “Ethics and Professions” - England: Avebury, 1994.

é a de que eles constituem regras escritas e de conhecimento de todos, podendo, portanto, ser um instrumento adequado para controle e aferição do clima ético da organização, além de contribuir para o fortalecimento e a disseminação da cultura e dos valores da empresa.

O exemplo mais próximo do ideal é o livro escrito por Manley II¹⁰⁶. A discussão se inicia mostrando as vantagens da adoção de um código e com a definição do responsável pela sua aprovação (naturalmente a alta administração, apesar de depender de revisões periódicas e da aprovação dos gerentes, empregados, departamento jurídico e consultores externos) e a origem dos valores que podem surgir das mais diversas fontes como: cópia ou estudo de cópias de outras empresas; legislação, opinião pública, entre outros. Todo esse trabalho ocupa um espaço de vinte e uma páginas de um total de duzentas e sessenta e seis que compõem o livro. No momento seguinte são descritas as etapas necessárias para a elaboração do código, o que abrange desde a carta do presidente até os mais diversos tópicos como: honestidade, justiça, concorrência, presentes, assédio sexual, práticas de marketing e de outras funções empresariais. A vida empresarial interna e externa estão presentes no seu livro. Nada é deixado ao acaso. A maioria dos capítulos apresenta unicamente alguns casos de sucesso de grandes empresas que têm relacionamento direto e circunscrito ao tópico abordado.

Hall¹⁰⁷ é também partidário de um código de ética, mas, por não se tratar de um manual, faz várias considerações sobre a importância da ética para os negócios até o momento em que se pergunta: a ética pode ou não ser ensinada? A resposta é afirmativa e a solução proposta é criar um ambiente propício para a discussão de

¹⁰⁶ MANLEY II, Walter W. – “Executives Handbook of Model Business Conduct Codes”. New Jersey: Prentice-Hall, 1991. Apesar de considerarmos esse livro aquele que se aproxima mais da tipologia, para um equivalente bastante próximo de Blanchard e Peale, conferir DUNCKEL, Jacqueline. “Good Ethics, Good Business - your Plan to Success”. Canadá: Self-Council Press, 1989. O livro de Dunckel tem como público os proprietários de pequena empresa e de certa forma segue uma estrutura semelhante ao de MANLEY II, mas com uma linguagem mais despojada e de conteúdo bastante limitado. Sua obra apresenta questionários que deverão ser preenchidos pelos proprietários e empregados e os valores são dados pela autora: orgulho, lealdade, integridade e honestidade.

¹⁰⁷ HALL, William D. – “Making the Right Decision - ethics for managers” - New York: John Wiley & Sons, 1993.

valores, tradição e cultura da empresa. A seguir, o código de ética é redigido e tem início um programa de treinamento entre todos os membros da organização. É sugerido um acompanhamento constante e a adoção de um sistema “hot-line” para o caso de desvios de conduta, dúvidas ou possíveis conflitos éticos. O livro é escrito na forma de um caso fictício e, segundo o autor, baseado no curso de ética em negócios ministrado pela Arthur Andersen Consulting.

1.2. Estudos normativos

Neste grupo se incluem todos os estudos que procuram se utilizar de um ou de vários sistemas filosóficos e aplicá-los nos negócios. Existem diversos artigos em que se pode encontrar as teorias de ética desenvolvidas por Aristóteles, Sócrates, Kant, Bentham e Mill, entre outros¹⁰⁸. Existem também trabalhos que se utilizam de dois ou mais sistemas filosóficos que são geralmente fundidos em um só e estarão prontos para ser um guia ético seguro para os executivos.

Solomon¹⁰⁹, por exemplo, busca integrar a ética de Aristóteles ao mundo contemporâneo dos negócios. Após ter escolhido um sistema ético, o autor geralmente é obrigado a fazer algumas adaptações históricas, formais, a fim de torná-lo prático. Ao escolher Aristóteles, o autor se viu obrigado a transformar uma ética basicamente voltada para aspectos comunitários e para a virtude civil em uma ética aplicada à realidade de uma sociedade de indivíduos e de organizações. A solução encontrada foi a de transformar uma instituição como a empresa em uma

¹⁰⁸ Conferir, por exemplo, Aristóteles, cujo as idéias são utilizadas que é utilizado por MOBERG, Dennis J. “On Employee Vice”, “BEQ”, vol 7, nº 4, october 1997, p. 41-60; DUSKA, Ronald. Aristotle: A Pre-Modern? Implications for Business Ethics”, “BEQ”, vol. 3, nº 3, july,1993, p. 227-249; e McCracken, Janet & Shaw, Bill. “Virtue Ethics and Contractarianism: towards a Reconciliation.”, “BEQ”, vol. 5, nº 2 p. 297-312. Sócrates pode ser conferido em KOESTENBAUM, Peter. “Socrates et le Business”. Paris: InterEditions, 1989. L’Etang se utiliza de Kant em “A Kantian Approach to Codes of Ethics”, “Journal of Business Ethics”, 11, 1992, p. 737-744. Não é incomum encontrar livros-textos de Ética nos Negócios que se utilizam de capítulos das principais obras de alguns desses filósofos.

¹⁰⁹ SOLOMON, Robert C. “Ethics and Excellence”. Oxford: Oxford University Press, 1992.

cidadã que participa da comunidade e tem consciência de que só existe em função dessa comunidade. Portanto, as empresas passam a ter as mesmas obrigações de virtude civil que os antigos gregos. As virtudes aristotélicas como coragem, temperança, orgulho, justiça e as demais podem ser transformadas em virtudes empresariais, desde que mediadas pelo conceito, desenvolvido por Aristóteles, da justa medida.

No outro extremo temos o caso de Brown¹¹⁰, que consegue integrar as éticas aristotélica, kantiana e utilitarista, por meio de uma solução bastante simples: a inclusão da ressalva “a não ser que”. Vejamos como isso pode ser feito na prática:

“Nós devemos perseguir nosso propósito, a não ser que isso trate as pessoas somente como meio, ou a não ser que as conseqüências causem mais mal do que bem.

Nós devemos agir com base em princípios, a não ser que isso cause mais mal do que bem, ou a menos que isso contradiga nossa finalidade.

Nós devemos fazer o que causa mais bem do que mal para todos os envolvidos, a não ser que isso signifique tratar algumas pessoas somente como um meio e praticar atos que não possam ser universalizados, ou a menos que isso destrua nosso potencial para nos tornarmos o que devemos nos tornar.”¹¹¹

Por mais que tenha se esforçado para buscar uma coerência na integração de três princípios diferentes, percebemos claramente que Brown não conseguiu deixar o princípio utilitarista que permeia todas as situações citadas. O conceito de “a maior felicidade para o maior número de pessoas” pode ser claramente identificado nas três situações e isso faz com que sejamos obrigados a uma tarefa extremamente penosa para saber qual frase tem o conteúdo filosófico pertence a cada um dos

¹¹⁰ BROWN, Marvin T. – “Ética em Negócios” - S. Paulo: Makron, 1993.

¹¹¹ BROWN, op. cit., p. 80.

filósofos. A tentação de se utilizar de escolas de pensamento com uma visão de homem, de finalidade e de valores diferentes, tem conduzido não somente a uma distorção do pensamento filosófico como se mostrado impraticável e insustentável. Mesmo a escola que prevalece no final é descaracterizada na sua essência. Exemplo disso é a ética utilitária é considerada consequencialista (se preocupa com o resultado final) a ética de Kant ser considerada normativa (independe do resultado).

Conforme vimos com esses dois exemplos a tendência de se utilizar das idéias de um ou vários filósofos e transportá-las para o ambiente empresarial tende a ampliar a confusão já existente na discussão sobre ética aplicada aos negócios. A filosofia, em seus dois mil anos de existência, tem discutido o problema e a solução parece ainda se encontrar distante de qualquer consenso.

1.3. Estudos empíricos e de mensuração

Este grupo inclui todos os estudos resultantes de uma pesquisa de campo. As diferenças consistem, basicamente, no método adotado e na finalidade do projeto de pesquisa. Pode-se distinguir algumas vertentes como: estudos exploratórios que tem por finalidade compreender o que os executivos entendem por ética e quais são os respectivos valores; e estudos exploratórios seguidos por pesquisas quantitativas para validação de hipóteses testadas ou de natureza quantitativa, em que os pesquisadores pressupõem os valores a serem testados.

Apesar da discussão da ética ter se desenvolvido mais rapidamente a partir da década de setenta, um dos estudos pioneiros, que serviu posteriormente para novas pesquisas, foi realizado por Baumhart¹¹², em 1968. Foram entrevistados 1800 executivos de empresas de diversas indústrias de diferentes porte. A pesquisa foi

¹¹² BAUMHART, Raymond. “Ética em Negócios”. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1968.

feita em três diferentes etapas¹¹³ nas quais se procurou determinar valores, formação escolar e religiosa, posições ocupadas na empresa, entre outros tópicos. Os resultados mostraram que os executivos tinham como preocupação ética situações de: conluio de preços, concorrência desleal, suborno e corrupção, não cumprimento de relações contratuais, utilização de mecanismos não ortodoxos para realização de negócios como a utilização de “call-girls”, etc. A maioria dos itens se referia a seus problemas profissionais, e que afetavam o seu desempenho ou o da empresa. Outros indícios apontaram que a formação religiosa não constituía fator discriminante na formação de uma conduta ética por parte dos executivos; que esses se tornavam mais éticos ao envelhecer, possivelmente em virtude de uma estabilidade econômica-financeira-familiar; e que apesar da educação formal mais elevada propiciar uma sensibilidade e coerência maiores em relação aos aspectos relacionados à ética, ela influenciava muito menos nas ações ou decisões de negócios, que dependiam muito mais da “convicção pessoal de que deve atuar eticamente, a qual é desenvolvida antes da adolescência, sobretudo através dos pais.”¹¹⁴

É provável que a pesquisa realizada por Baumhart tenha sido a mais ambiciosa em termos de abrangência e relacionamento entre variáveis. De qualquer forma ele foi um dos pioneiros nesse tipo de pesquisa e praticamente desenvolveu uma nova forma de abordar o problema.

A literatura de Ética em Negócios contém inúmeros artigos que, direta ou indiretamente, se utilizam das diversas metodologias de pesquisa de campo para determinar ou testar os valores morais dos executivos, como os trabalhos realizados

¹¹³ O primeiro projeto consistiu de uma pesquisa qualitativa não-estruturada que resultou em um questionário com trinta e sete perguntas aplicado a cem executivos. Para o segundo projeto a amostra consistiu de cinco mil assinantes da “Harvard Business Review”, com de 29 perguntas e a obtenção de 1710 respostas e utilização de 1512. O terceiro projeto foi conduzido com uma amostra de cem executivos e foram entrevistas em profundidade e pessoais.

¹¹⁴ *Ib.* p. 28.

por Toffler¹¹⁵, Michon¹¹⁶, Becker e Fritzsche¹¹⁷, Ford & Richardson¹¹⁸, Watson¹¹⁹, entre outros. A abrangência desses estudos varia desde problemas como assédio sexual, impacto e influência de código de ética, propaganda enganosa, ação dos vendedores (relacionados aos aspectos internos da empresa) até problemas mais amplos, como impacto ambiental, venda de armas, impactos econômicos indesejáveis para a comunidade, ações afirmativas, estudos de gênero, comparativo de comportamento ético entre executivos de diferentes países, etc.

1.4. Algumas observações

Todas as abordagens são passíveis de críticas. A categoria “Como Fazer” não deixa claro de onde surgem os valores que seus autores se utilizam para a construção de seus modelos. Entretanto, uma vez que esses estão definidos, eles adquirem um caráter universal e sua aplicação se torna automaticamente possível em qualquer circunstâncias, independentemente das diferenças culturais ou sociais de cada organização.

Os estudos normativos são merecedores de críticas mais contundentes. Geralmente, ao transpor apenas os aspectos que possam ser valorizados nas organizações empresariais e ignorar o universo histórico no qual o esquema filosófico se formou e muitos ainda se formam, esses são simplesmente mutilados e instrumentalizados. O

¹¹⁵ TOFFLER, Barbara Ley. “Ética nos Negócios - Tomando Decisões Difíceis no Mundo Competitivo dos Negócios”. S. Paulo: Makron, 1993. Este livro apresenta o resultado de trinta e três pesquisas em profundidade com executivos com o objetivo de “saber como os gerentes conceituam ética em negócios”, p. XXIV.

¹¹⁶ MICHON, Christian. “Enquete Ethique de l’Entreprise” - Document de Travail 90/100 - École Supérieure de Commerce de Paris, 1990, 24 p. Essa foi uma pesquisa realizada apenas com gerentes de nível médio de empresas francesas de médio e grande porte.

¹¹⁷ BECKER, Helmut & FRITZSCHE, David J. “A Comparasion of the Ethical Behavior of American, French and German Managers”. Columbia Journal of Business, Winter 1987, p. 87-95.

¹¹⁸ FORD, Robert C. & RICHARDSON, Woodrow D. “Ethical Design Making: A Review of the Empirical Literature”. Journal of Business Ethics, 13, Netherlands, p. 205-221, 1994. Essa é uma excelente fonte de referência sobre os estudos realizados de 1970 a 1992, na qual os autores classificam as pesquisas realizadas em função da variável estudada, constituição da amostra, responsável pela pesquisa e principal resultado.

¹¹⁹ WATSON, Charles E. “Managing with Integrity - Insights from America’s CEOs”. New York: Praeger, 1991.

arcabouço conceitual e desenvolvido por Aristóteles ou Kant é transformado em matéria-prima para a legitimação do modelo que a seguir será desenvolvido por quem dele se utilizou.

A maioria dos sistemas filosóficos tinham por objetivo a compreensão da sociedade humana e não estavam preocupados com suas particularidades. Ao contrário, na maior parte deles, a atividade comercial era desprezada e algumas vezes ignorada. Mesmo o utilitarismo, que foi e continua sendo implacavelmente utilizado pelos economistas, foi antes de mais nada um projeto social mais amplo que se recusava a ser uma espécie de ética econômica.

Quanto à terceira categoria, “as pesquisas empíricas” talvez sejam as que tenham contribuído, ainda que lentamente, para conhecermos os valores morais que prevalecem no mundo das empresas. No entanto, a maioria dos estudos se dedica especialmente aos altos e médios executivos e pouco sabemos sobre os demais membros da organização. A bibliografia aponta uma lacuna em estudos que tentam aferir a existência ou não de conflitos de valores entre a vida individual e profissional dos executivos, o que poderia indicar ou rejeitar a existência de uma tensão entre o ambiente social e o econômico, pelo menos sob a ótica destes.

Acreditamos que a discussão de Ética em Negócios terá que se aprofundar mais a fim de conseguir definir melhor os valores que regem as organizações e os homens que são responsáveis não somente pela sua estratégia e organização, mas também pela operacionalização de suas atividades.

A Ética em Negócios apesar de ter se constituído num campo de estudos interdisciplinar, tem suas raízes mais próximas da economia e administração do que de outras áreas. Isso não significa reduzir o seu acesso às demais áreas de conhecimento que podem contribuir em muito para o seu desenvolvimento, mas não se deve no entanto, perder o foco de que quando falamos de Ética em Negócios estamos nos referindo exclusivamente aos homens que participam de organizações

com características econômicas específicas e foram, conforme vimos no capítulo anterior, submetidos a uma lógica diferente daquela que rege o restante do universo social.

2. ECONOMIA E “BUSINESS ETHICS”: CONTROVÉRSIAS E IMPLICAÇÕES

Na seção anterior o objetivo foi demonstrar que o tema de Ética em Negócios, apesar do interesse que desperta, tanto no ambiente acadêmico quanto empresarial ainda não oferece respostas ao problema a que ela se propôs. Apesar da redundância, porém, a discussão somente tem sentido na medida em que serve para apontar para um descontentamento geral quanto à condução dos negócios.

A imprensa tem constantemente noticiado escândalos diretamente relacionados ao ambiente empresarial, que variam desde práticas ilegais até a falta de um comportamento ético básico para a sociedade comercial, como o não-cumprimento de contratos ou a utilização de informações privilegiadas. A literatura sobre esses assuntos é extensa e exaustiva. Entretanto, uma questão que parece ser importante é relacionada com a insatisfação dos atuais padrões éticos que atinge a sociedade em geral. Permanece a dúvida, porém, se a demanda por ética nos negócios tem o mesmo significado para todos os atores sociais. A falta de certeza surge da dicotomia estabelecida pela ciência econômica do século XIX entre economia e sociedade.

A origem dessa divergência somente se tornou possível quando a economia construiu o modelo de “homem econômico”, que inicialmente deveria servir para apenas para a explicação de determinados fenômenos econômicos e foi se transformando em realidade. É importante lembrar que a ciência econômica positiva, desenvolvida no decorrer do século XIX, estabeleceu uma distinção entre a esfera econômica e a social e tentava subordinar e explicar a vida humana apenas

por meio da vida material. Contudo, independentemente dos caminhos trilhados pela ciência econômica, o modelo neoclássico permaneceu vivo, senão na prática, pelo menos como elemento da retórica política.

Portanto, herdamos do século XIX a concepção da existência de duas éticas diferenciadas: uma econômica e outra social. Há pontos de intersecção em que os valores coincidem, mas esses casos não constituem motivo de preocupação para ninguém. O problema surge quando os valores se mostram conflitantes e causam descontentamento em uma ou nas duas esferas em que foi dividida a realidade social.

O tema “Ética em Negócios” adquire importância quando as duas situações ocorrem simultaneamente, ocasionando um descontentamento geral da sociedade. A reação social decorre da invasão da lógica econômica naquilo que ela considera seu domínio; e as empresas reagem quando surgem situações práticas que as impedem de implantar, implementar e alcançar seus projetos e objetivos. Somente essa tensão entre o social e o econômico pode explicar o interesse pelo tema de ética aplicada aos negócios.

Se considerarmos a relação existente, no século XIX, entre ética e economia, podemos perceber que existiam vários conflitos de interesse entre duas classes sociais,: empregadores e empregados, em torno de condições de trabalho, duração da jornada, distribuição dos resultados, etc. De alguma forma, porém, a presença do Estado atenuava e mediava esses conflitos por meio de atos legislativos e do exercício do seu poder de regular as atividades econômicas.

Segundo Polanyi¹²⁰, foram poucos os anos em que o ideal de livre mercado se aproximou da realidade e, quando isso aconteceu a própria sociedade, ao perceber

¹²⁰ POLANYI, Karl – “A Grande Transformação - As Origens da Nossa Época”. S. Paulo: Campus, 1980 - Polanyi defende o argumento do “duplo movimento”, em que a história do capitalismo é marcada por uma espécie de movimento pendular a sociedade oscila entre um comércio livre e simultaneamente desenvolve mecanismos de proteção contra seus efeitos negativos.

seus efeitos nocivos, criou mecanismos de defesa contra um mercado pretensamente auto-regulado. Apesar de as evidências demonstrarem historicamente que o bem-estar material era um dos requisitos da sociedade, ele não excluía ou substituía outras necessidades ou desejos sociais. Os economistas neoclássicos, porém, se tornaram defensores intransigentes do livre-mercado de tal forma que, mesmo que as condições históricas sejam outras, a crença permaneceu a mesma: todos os problemas serão resolvidos se o mercado puder agir livremente.

Os argumentos, em parte, decorrem de Smith, mas são distorcidos e moldados de acordo com as teses da economia neoclássica. Mas é conveniente não se esquecer dos momentos históricos completamente diferentes. Isso significa que devemos contextualizar as idéias de Smith à sua época e lembrar que sua economia era política. Seu objetivo era o de atenuar a intervenção de um Estado que se pretendia absoluto na vida dos cidadãos e que se utilizava das práticas e teorias mercantilistas para justificar sua existência. Era o que poderíamos nos dias de hoje definir como um Estado com tendências predominantemente totalitárias.

Nessa situação histórica determinada, em que não havia espaço para a liberdade individual, foi que Smith visualizou o mercado como um elemento que contribuiria para a liberdade individual e o bem-estar de todos. Com base nesses fins, Smith encontrou a justificativa moral para a defesa de um mercado mais livre que no seu entender, conduziria a uma maior liberdade individual e reduziria a opressão. Em várias passagens da “Riqueza das Nações”, porém, ele demonstra toda sua desconfiança com relação ao papel desempenhado pelo comerciante. Por exemplo:

“People of the same trade seldom meet together, even for merriment and diversion, but the conversation ends in the conspiracy against the publick, or in some contrivance to raise.”¹²¹

¹²¹ SMITH, Adam – WN – op. Cit p. 145 Também podemos encontrar outra referência de desconfiança quando ele se refere às desigualdades de força entre os trabalhadores e seus patrões: “We rarely hear, it has been said, of the

Assim como ele desconfiava não somente das interferências externas sobre um mercado concorrencial, ele também encarava com reservas o comportamento dos participantes do mercado. Mas Smith também via na economia um meio de distribuição da riqueza:

“But what improves the circumstances of the greater part can never be regarded as an inconveniency to the whole. No society can surely flourish and happy, of wich the far greater part of the members are poor and miserable. It is but equity, besides, that they who feed, cloath and lodge the whole body of the people, should have such a share of the produce of their own labour as to be themselves tolerably well fed, cloathed and lodged.”¹²²

A realidade do século XIX, no entanto, mostrou uma face diferente que Smith, infelizmente não pode contemplar. A revolução industrial, com todos os seus traumas e mazelas, descritos por autores como Dickens e Zola, mostrou que se o mercado fosse deixado à própria sorte e com relações de poder tão desiguais o caminho seria uma espécie de “darwinismo social” que conduziria a sociedade à autodestruição. Foi nesse momento que surgiram medidas de caráter social que procuravam restringir e restabelecer um equilíbrio de poder entre os diversos atores sociais. A legislação foi sendo ampliada tanto para proteger as relações de trabalho quanto as de consumo. O Estado procurava, dessa forma, corrigir aquilo que Smith definia como os efeitos não planejados da ação humana.

Entretanto, os economistas neoclássicos da geração do final do século XIX e início do século XX reduziram conceitos fundamentais de Smith, como o auto-interesse, a fenômenos puramente materiais.

combination of masters: though frequently of those of workmen. But whoever imagines, upon this account, that masters rarely combine, is a ignorant of the world as of the subject. Masters are always and every where in the sort of tacit, but constant and uniform combination, not to raise the wages of labour above their actual rate. To violate this combination is every where the most unpopular action, and a sor of reproach to a master among his neighbours and equals.” P. 84.

¹²² ib., p. 96.

E, apoiados em alguns axiomas da recente ciência econômica, se voltaram para seus inimigos socialistas, comunistas e com certa complacência, ao fascismo, e mais tarde para os partidários do Estado do “Welfare State”. O alvo era o mesmo: governos considerados totalitários que ameaçavam o livre funcionamento do mercado pela força ou pela legislação resultante de um regime democrático.

O mercado como agente solucionador do problema não tinha o mesmo sentido que teve na época de Smith. O que para Smith era um meio, para os neoclássicos se constituiu em um fim em si mesmo. Dessa forma Smith foi descaracterizado e o que restou foi transformado em um dogma para Von Mises, Friedman e Hayek. Pouca coisa permaneceu do pensamento de Smith como a noção de liberdade, a famosa dupla “mão invisível” e “não é da benevolência do açougueiro...”, enquanto as suas críticas aos negociantes, aristocratas, indolentes e, principalmente, aos efeitos nocivos da divisão do trabalho foram esquecidas.

Contudo, a realidade histórica, segundo Braudel, nos mostra que os oligopólios e monopólios estiveram sempre presentes no capitalismo e fazem parte de sua história. Podem ser outorgados, como no casos holandeses e inglês, ou se formarem espontaneamente, como no caso das casas de câmbio da época dos genoveses. Parece, no entanto, que a tendência de concentração é inerente ao sistema capitalista.

No primeiro capítulo, procuramos mostrar que dentro do processo de acumulação capitalista existe pelo menos um elemento que permite a distinção entre as suas diferentes fases. No caso norte-americano, o elemento essencial, mas não único, foi a internalização dos custos de transação. Isso significou uma necessidade de integração das atividades empresariais a fim de obter reduções de custo nas diversas etapas do processo produtivo. Portanto, essa é uma diferença fundamental em relação à hegemonia inglesa. Enquanto a estrutura da economia inglesa continuou sendo formada por associações de pequenas e médias empresas, o que nada mais era do que um processo de integração horizontal, a estrutura norte-americana foi se

organizando por meio de uma integração vertical. Uma característica que diferencia os dois modelos é a relação de propriedade e gestão. No modelo inglês, ambas ficaram concentradas nas mãos do proprietário, enquanto no modelo norte-americano, com o decorrer do tempo ocorreu uma separação entre propriedade e gestão.

A hegemonia norte-americana, ao se diferenciar pela internalização dos custos de transação, optou indiretamente por um modelo organizacional que se fundamentou, de forma burocrática e hierárquica, em grandes unidades de produção e vendas.

Segundo Chandler¹²³, o modelo organizacional adotado pelas ferrovias americanas foi o prenúncio de uma nova era que seria marcada pelo aparecimento da grande empresa. O setor ferroviário foi o primeiro a adotar esse novo tipo de estrutura organizacional. Mas, além disso, ele também poder ser considerado o responsável pela formação de um mercado interno unificado, para o processo de rápida urbanização e por uma formação de indústrias de bens de capital capacitada para atender à sua demanda. Esses foram elementos que contribuíram de maneira decisiva para o aparecimento das grandes empresas: um amplo mercado interno e um sistema de distribuição integrado.

Quando o mercado ferroviário demonstrou sinais de saturação as indústrias de bens de capital se voltaram para atender à demanda crescente de máquinas e equipamentos para as indústrias de bens de consumo. O processo foi extremamente rápido, tanto que por volta de 1900 todos os principais setores da economia estavam organizados burocraticamente e prontos para uma economia que se caracterizaria por ser oligopolista. Durante o período compreendido entre 1870 a 1900, portanto, a economia norte-americana foi se construindo sob um novo modelo: o das grandes

¹²³ CHANDLER, Alfred. "Ensaio para uma Teoria Histórica da Grande Empresa" (McCRAW, Thomas K. org.). Rio de Janeiro, 1998; e "The Visible Hand - the Managerial Revolution in American Business". Massachusetts: Harvard Business Press, 1977.

empresas, que foi completado, na década de 20, com a internalização dos departamentos de pesquisa e desenvolvimento.

A grande organização tornou necessária a centralização de algumas atividades como planejamento e controle, e permitiu a descentralização das atividades de implementação e operacionalização dos negócios. Essa diferenciação das funções e a forma de organização adotada exigiram uma mão-de-obra especializada nas mais diversas áreas: contabilidade, finanças, marketing, etc. Nesse caso, a demanda foi rapidamente suprida por meio da criação de cursos técnicos e superiores voltados para a administração e áreas afins. Portanto, a nova estrutura criou uma nova categoria profissional: o administrador.

A nova forma de organização, à medida que ampliava seu tamanho, se tornava mais burocrática e especializada na condução dos negócios e deixava ao seu proprietário, cada vez mais, o papel de controle e análise das informações fornecidas pelos diversos níveis hierárquicos. Aos poucos, ele se afastou da condução dos negócios e essa tarefa se tornou atividade de administradores profissionais. O proprietário, no entanto, manteve seu controle, mantendo o poder de vetar operações e destituir os principais executivos.

Essas companhias, inicialmente, procuraram recursos para o seu crescimento na captação junto às bolsas de valores por meio de emissões de ações. Essa foi a transformação final pela qual passaram as grandes empresas: de propriedade individual ou de um pequeno grupo para as conhecidas sociedades anônimas.¹²⁴

¹²⁴ Cf. BERLE, Adolf & MEANS, Gardiner C. “A Moderna Sociedade Anônima e a Propriedade Privada”, 2ª ed., S. Paulo: Abril Cultural, 1987. Esse pode ser considerado um dos primeiros estudos sobre as sociedades anônimas em que os autores, procuravam demonstrar a separação entre propriedade e gestão, baseados no argumento de diluição do capital empresarial em inúmeros pequenos proprietários. Eles até cunharam uma expressão para esse fenômeno: “capitalismo coletivista”. Apesar de não concordarmos inteiramente com as conclusões de Berle & Means, os dados estatísticos levantados continuam extremamente úteis para a análise histórica da grande empresa.

Essas grandes corporações do século XX, ao se transformar em sociedades anônimas, se apresentam como uma instituição diferenciada das anteriores por não terem sido formadas em função de uma finalidade específica e depois serem dissolvidas. Logo, as novas organizações não tinham uma duração temporal predeterminada, de forma que a continuidade passou a ser uma de seus objetivos. A sua sobrevivência dentro de uma economia oligopolizada as obrigava a adotar um contínuo crescimento e esse se transformou num requisito estratégico. Enquanto isso, as pequenas empresas tiveram sua existência definida em função de fatores aleatórios, isto é a sua dissolução poderia ocorrer em razão da morte de seus proprietários ou da dissolução pura e simples do negócio.

Portanto, mais do que um negócio, a grande empresa se transformando em uma instituição social no decorrer do tempo. A responsabilidade que anteriormente era atribuída ao proprietário se tornou diluída e impessoal e começou a ser atribuída à empresa e não individualmente aos seus executivos ou acionistas. No modelo em que prevalecia a figura do proprietário-gestor, a tendência era de que a ética individual de seu dono se refletisse na forma em que ele conduzia seus negócios, enquanto na grande organização a ética empresarial é resultado de sua cultura empresarial e do grau de adesão de seus membros à essa cultura. Todo novo membro da organização é exposto a essa cultura, a qual, naturalmente, inclui os aspectos éticos. O resultado pode ser a identificação total, parcial ou a rejeição desses valores.

Os dois primeiros casos não oferecem problemas, pois significam uma adesão e identificação total entre seus valores individuais e aqueles da organização. No outro caso, a rejeição simplesmente implica a negação de todos os valores da organização e o indivíduo não permanecerá integrando seus quadros, a não ser em situações muito específicas. A aceitação parcial, porém, pode levar a uma situação de conflito entre os valores individuais e os valores da corporação. A resolução deste conflito, bem como as situações em que ele ocorre são assuntos que ainda não foram abordados pela bibliografia disponível em ética nos negócios.

O importante é que, à medida que a grande corporação adquire o *status* instituição social e desenvolve uma cultura própria constantemente reformulada em decorrência de suas necessidades e da interação social de seus membros, a ética deixa de ser uma responsabilidade individual e se torna coletiva. O padrão ético da empresa não é a simples soma dos valores dos indivíduos que a compõem nem o resultado de um consenso. A ética da empresa, assim como sua cultura, adquire no decorrer do tempo uma certa autonomia que exige de seus integrantes muito mais adesão aos valores determinados do que participação na reavaliação ou definição de novos valores. Somente dentro dessa concepção faz sentido atribuir responsabilidade ética à empresa.

Por outro lado, a sobrevivência conduz a uma lógica de crescimento em substituição ao conceito de maximização de lucros. Esses continuam a ser necessários, porém deixam de se constituir no objetivo final para se tornar os meios para sustentar o crescimento da empresa.

Dentro desse contexto, o planejamento se torna fundamental para a diminuição dos riscos do negócio e para a tentativa de eliminação das ameaças causadas por um mercado tipicamente concorrencial. A integração vertical e o planejamento permitiram que a grande empresa retirasse do mercado as funções de:

1. determinação de preços que resulta dos custos de produção e não mais do mercado ou concorrência;
2. alocação de recursos definida em razão do planejamento empresarial;
3. distribuição e produção.

Com o mercado ficou a demanda, que pode ou não ser atendida de acordo com os objetivos empresariais e do resultado esperado. O controle de mercado, por parte da empresa, estabeleceu um desequilíbrio de poder entre a oferta e demanda. Dessa

forma, a organização adquire um poder que era desconhecido mesmo para grandes oligopólios como a Companhia das Índias, que estavam submetidos diretamente a políticas estabelecidas pela Coroa britânica.

Podemos concluir que existe uma correlação positiva e direta entre tamanho da empresa e poder. Na medida em que as grandes empresas representam a maior parcela de contribuição econômica sob qualquer critério de contas econômicas nacionais, o seu poder transcende a esfera do mercado e procura de todas as formas se impor ou influenciar o político. Essa situação reflete a tentativa de criar mecanismos de defesa do sistema econômico em geral, assim como de setores específicos da economia, ao mesmo tempo que mantém a retórica da economia neoclássica de livre mercado. Desse modo se mantêm benefícios fiscais, restrições às importações por meio de tarifas ou cotas, subsídios diretos e indiretos por um lado e o discurso de livre mercado e de suas vantagens e benefícios de outro.

Nesse contexto, as grandes corporações invalidaram todos os axiomas da economia neoclássica na prática e assumiram apenas o seu discurso, que foi refletido na filosofia econômica de Von Mises, Friedman e Hayek. De posse de um imenso poder de influência na vida cotidiana das pessoas, que em sua maior parte dependem dos empregos oferecidos por elas, do poder de mercado que adquiriram e das relações, nem sempre claras, que mantêm com o Estado, elas não somente reforçaram como ampliaram, no primeiro momento, a divisão entre econômico e social estabelecidos pela economia do século XIX, para no momento seguinte tentar subordinar de fato as esferas sociais e políticas ao seu domínio. O que no início era uma parcela da realidade, ou seja o ambiente econômico, adquire uma autonomia em relação à realidade total. O econômico, de fato, se tornou a explicação e a justificativa para tudo o que ocorre na realidade.

Ao desempenhar esse papel, a grande empresa não pôde ficar tendo como objetivo único a maximização de lucros, conforme o desejo expresso por Friedman, mas teve que repensar sua função social. Nesse sentido, ela procurou cada vez mais suprir as

áreas que o Estado se mostrou incapaz de atender, no todo ou em parte, e passou a defender a idéia do “Estado-mínimo”, no qual apenas funções básicas - como segurança, manutenção da ordem pública, administração da justiça, entre outras - continuam na esfera pública. O que não se enquadra nessas definições é privatizado e alvo de suas ações, desde projetos artísticos até a criação de escolas por parte das empresas. A racionalidade econômica que faz com que essa filantropia empresarial decida por um ou outro projeto não é objeto de reflexão e consideração, mesmo que essa interfira no projeto social e político de determinado país. Daí para a instrumentalização da Ética não é necessário muito esforço, afinal “boa ética, bons negócios”.

Esse é um tema não abordado quando discutimos ética em negócios. Não é questão de discutir ou criticar o sistema capitalista em si, mas de conhecer o caminho por meio do qual seremos conduzidos quando um subsistema social se impõe aos demais. Dentro da visão liberal, a pergunta formulada é se a liberdade individual é passível nessa situação. Os neoclássicos aconselharam a nos defendermos do Estado, mas nada têm a nos dizer sobre como fazê-lo diante da racionalidade econômica.

A Ética em Negócios é um tema que se desenvolve dentro de um contexto em que as grandes organizações se constituem na principal força do cenário econômico. A sua preocupação está relacionada com a grande empresa, tanto em seus aspectos internos como externos, e o que se encontra subjacente às mais diversas publicações é a tentativa de buscar um equilíbrio entre as demandas empresariais e públicas. Entretanto, quando a Ética em Negócios assume a validade do sistema da forma em que ele está organizado, ela perde o seu referencial, que seria definir: quais são os padrões éticos que as empresas devem seguir para melhor servir à sociedade em geral?

Ao crescer em um mundo no qual as grandes organizações detêm a maior parte do poder econômico e forte influência sobre as decisões políticas, e ao assumir essa

realidade, a Ética em Negócios aceitou também a retórica da economia neoclássica de livre mercado e do “homem-econômico”. Todos os pressupostos da economia neoclássica estavam fundamentados no comportamento e na ação individual, mas o mundo das organizações é fundamentado no coletivo ou nos grupos. O indivíduo não tinha nenhuma espécie de poder, exceto de como alocar sua renda de acordo com suas preferências. Contudo a grande organização desfruta de poder.

A economia clássica e a neoclássica conseguiram definir o que seria o homem na sua concepção e o tornaram axiomático. Essa foi a forma encontrada que permitiu a sua separação da política e da filosofia moral e a transformação de um campo de estudo diferenciado. Mas o que sabemos sobre o homem da organização? Se recorrermos à economia a resposta obtida será a de que ele não existe. Se buscarmos a resposta na Administração, a resposta será inconclusiva, pois o homem na administração é multifacetado e indefinido. Cada área de administração, seja ela marketing, finanças ou administração geral, busca até o momento a definição do que seria esse homem em sua especialidade. Sabemos que herdamos da economia fragmentos do “homem econômico” e de outras áreas de conhecimento fragmentos de outros “homens”. Cada ramo do conhecimento tem por trás de si um conceito de homem e em função dessa definição inicial decorrem outras que possibilitam determinar as suas paixões.

A Administração, no entanto, não conseguiu definir ainda o seu conceito de homem, e essa incapacidade se reflete no estudo da ética em negócios. Enquanto isto não ocorrer, a área ficará sujeita a inúmeras contribuições das mais diversas disciplinas, que trazem consigo os mais diferentes modelos de homem. É essa indefinição que permite a diversos autores, que denominamos como “normativos”, justificar suas posições e se utilizar de conceitos éticos-filosóficos distintos, como o auto-interesse (que convém lembrar, é uma forma de egoísmo) e as virtudes de Aristóteles, para quem o homem era um “animal político e social”.

A Ética em Negócios comete um outro equivoco ao aceitar as premissas dadas pelo sistema e ao considerá-las justas e éticas. Isso implica concordar com os seus valores e aceitar a priori a justificativa moral para a sua existência. Nesse caso, a ética em negócios não estaria muito longe de uma justificativa ideológica da crescente interferência do ambiente econômico na esfera social.

V. CONCLUSÕES

A disputa entre a Política e a Economia, principalmente no decorrer do século XX, não nos permite vislumbrar se houve ou haverá um vencedor. Porém seguramente as relações se tornaram tão intrincadas que o cidadão comum, muitas vezes, se sente incapaz ou impotente para compreender o que é político e o que é econômico. Ou de outra forma, o que são Políticas Públicas e o que são Políticas Econômicas. A perplexidade aumenta quando ele compara quais são os valores morais básicos que regem a sociedade na qual vive e aqueles que regem algo ainda indefinido como os valores político-econômicos, os quais parecem divergir dos seus.

Apesar das teorias, das justificativas, hipóteses e demais mecanismos científicos, o homem tem se recusado a agir e se comportar como aquele ser preconizado pela teoria neoclássica e pela ética subjacente a esta teoria. A prova mais simples e contundente desta recusa se reflete na sua indignação com os escândalos envolvendo o mundo econômico que ocorre tanto em casos de empresas individuais, entre empresas ou nas relações espúrias entre algumas empresas e o governo.

Daí decorrem duas éticas: a da sociedade e a econômica ou dos negócios. Uma das diferenças fundamentais é que a primeira não recusa os valores econômicos, enquanto que a segunda insiste em ignorar os valores não-econômicos.

A ética em negócios, quando se recusa a discutir as características da atual fase de acumulação capitalista e as considera justas e éticas, acaba por aceitar a cisão

econômico-social e a retórica da economia neoclássica. Desta maneira, ela discute os efeitos das decisões empresariais, mas nada nos diz sobre suas origens e motivações. É nesse sentido que apontamos para a necessidade de uma compreensão maior do que seria o homem da organização.

Sabemos que a concorrência perfeita não existe mais e em seu lugar temos a concorrência oligopolista que se caracteriza por grandes organizações. Assistimos, atualmente, uma nova fase de fusões e aquisições em escala mundial, e que parece conduzir a um processo maior de concentração de capital. A globalização da economia tem contribuído significativamente não apenas para ampliar a cisão existente mas para superá-la.

Em um artigo publicado no jornal “O Estado de S.Paulo” sobre este processo de concentração que está sendo denominado de “era das megafusões podemos observar a preocupação com este fenômeno: “Para o bem ou para o mal, as forças do mercado, continuam moldando o novo perfil de capitalismo, com uma velocidade e um ímpeto, que superam de muito, o poder de reação dos governos nacionais (...) Esta é a tendência definida até agora: as novas corporações tendem a operar segundo regras próprias, forçando as normas nacionais e também as internacionais a ajustar-se aos padrões no mercado - isto é moldados pelas companhias mais poderosas. Normas comerciais, leis trabalhistas, mecanismos de proteção social - nada está livre da pressão exercida por quem determina os padrões mundiais de competição (...) Os governos apenas começaram a reconhecer a natureza e a dimensão dos novos problemas. O debate sobre segurança do sistema financeiro é parte dessa reação. As respostas continuam bem abaixo dos desafios impostos pela reorganização dos mercados.”¹²⁵

O jornalista que escreveu este texto demonstra a mesma perplexidade que o cidadão comum. A sua primeira referência ao mercado mantém resquícios da economia neoclássica em que o mercado era governado por leis naturais. Porém, no segundo

¹²⁵ “O desafio das megafusões” (1998, 12 de maio) - O Estado de S. Paulo, p. A3.

momento ele reconhece a imperfeição do mercado que atualmente tem suas regras definidas não mais pelo próprio mercado, mas pelas grandes corporações. Ele reconhece o poder das empresas e a concentração do capital como ameaças a qualquer regra ou legislação. E em seguida lamenta que os governos estão reagindo de uma forma muito lenta a este novo poder. Portanto, ele aceita leis do mercado, conforme a definição da teoria neoclássica e termina por sugerir a interferência do governo como agente disciplinador do mercado, que contraria sua crença no mercado.

Este artigo reflete muito as preocupações que foram objeto desta tese. O que Adam Smith entendia por economia era o bem estar da sociedade, a lógica das grandes empresas é o seu próprio bem estar, que se reflete na contínua necessidade de crescimento e de eliminar, através do planejamento, qualquer variável de mercado que ela não consiga controlar ou calcular. As regras do mercado foram rompidas e invadiram o espaço social de maneira nunca antes vista. A situação se tornou tão insustentável que, o maior empresário argentino, Franco Macri, se mostra descrente do livre mercado, ao declarar que “não estamos de acordo com essa teoria de que os mercados decidem tudo. Isto está superado em todas as partes, salvo na Argentina” ou “Quando alguém pretende dizer que, no mundo, há plena liberdade de comércio, não há protecionismo, não encontra nenhum argumento sério para respaldá-lo”.¹²⁶

A irritação deste empresário demonstra que a retórica do livre mercado está se exaurindo em seu próprio meio. A globalização configurada por gigantescas fusões e incorporações está restringindo cada vez mais o número de vencedores.

A proposta do Estado-mínimo procura reduzir ao mínimo as funções do Estado e abrir espaço para a ação da grande corporação. Ela se pretende responsável pelo bem-estar público e mesmo quando suas atividades não estão diretamente ligada aos seus negócios, como no caso da filantropia, elas somente existem em função de seus objetivos econômicos.

¹²⁶ ROSSI, Clóvis (1998, 5 de agosto) – “É bom, não foi?”, Folha de S. Paulo, caderno 1, p. 2.

Em recente artigo, da revista EXAME sobre filantropia, podemos ver que “boa ética significa bons negócios”, conforme algumas frases que são encontradas ao longo do texto: “Diante deste cenário, fica evidente a seguinte constatação: não basta fazer o bem. É preciso mostrar que ele é feito. A velha máxima que determinava o silêncio na hora de fazer a filantropia deixou de fazer sentido. Segui-la não traz resultados completos.” ou “O bem tem que ter um propósito verdadeiro. Não fazemos filantropia para vender camisetas (...) Mas temos certeza de que a imagem da nossa empresa sai fortalecida perante o consumidor e a sociedade.” E para completar “Nos Estados Unidos, as corporações têm incentivado programas de voluntariado entre seus funcionários a fim de tentar desfazer o sentimento de descrença no mundo dos negócios, provocado pelas ondas de downsizing, fusões e aquisições e fechamento de fábricas ocorridas nos últimos anos”.¹²⁷

Enfim, não fazemos isto para vender camisetas, mas se tivermos uma boa imagem corporativa venderemos ainda mais. A ação desinteressada não existe neste universo, conforme se pode entender do comentário de que não basta fazer o bem, mas é preciso comunicar o que fizemos. Nesse sentido o bem se torna um meio para um fim nem sempre declarado ou assumido. Se formos extremamente inteligentes, vamos fazer o bem sem alterar nossa estrutura de custos, vamos incentivar nossos funcionários a participar de nossos projetos comunitários e assim aliviaremos sua tensão e aumentaremos nossa produtividade.

Os depoimentos são tão claros que se torna uma tarefa extremamente difícil qualquer comentário adicional. Entretanto, temos que lembrar que as pessoas que tomam essas decisões têm, pelo menos por enquanto, nacionalidade, família e possivelmente amigos. Enfim, elas têm uma vida comum a qualquer outro cidadão na esfera privada, mas são cosmopolitas na vida profissional. Enquanto indivíduo se

¹²⁷ VASSALLO, Cláudia – “Fazer o Bem Compensa” - Exame, ano 31, número 9, 22/04/98 p. 23-30 - poderíamos complementar com a frase de Sérgio Midlin, da Fundação Abrinq “Fazer o bem transformou-se numa vantagem competitiva.” E pela pesquisa realizada pela empresa Conner Communications e Roger Group que “mostrou que 76% dos consumidores preferem marcas e produtos envolvidos com algum tipo de ação social - desde que eles tenham preço e qualidade competitivos” ib. p. 26.

preocupa com a situação político-social e econômica de seu país, mas na função de executivo ele se esquece da sua vida privada e decide baseado em argumentos econômicos. De seus amigos ele exige honestidade, integridade, desinteresse, mas acredita que no “mundo da selva” em que vive profissionalmente estes valores são considerados vícios ou ingenuidade. Na verdade, quem é este homem?

Até o momento, ninguém tem a resposta. A cisão em sua vida e, em decorrência, dos valores que a regem se transformou numa relação aparentemente esquizofrênica no que se refere ao seu padrão de comportamento moral. Este se constitui em um grande problema para a Administração e particularmente para os que se dedicam à relação de ética e empresas, a saber a definição deste novo homem.

O objetivo desta pesquisa foi o de discutir o que consideramos as origens das controvérsias em Ética em Negócios. Nesse sentido procuramos fazer uma breve análise histórica do processo de acumulação capitalista e determinar os fatores que diferenciavam cada uma de suas fases. O nosso interesse específico estava relacionado ao período compreendido entre os séculos XVIII e XX, durante o qual surge a Economia como um ramo de conhecimento autônomo, que exercerá um impacto crescente na vida social. A partir da publicação da “Riqueza das Nações” por Adam Smith e da formação da escola neoclássica representada por Von Mises, Hayek e Friedman, mostramos que sempre existiu uma explicação ética para justificar as atividades econômicas e empresariais; do auto-interesse de Smith ao darwinismo social que permeia a teoria neoclássica, dos três autores referidos, e da gradativa tentativa de transformar a sociedade em seu conceito mais amplo em uma sociedade puramente econômica.

Dessa forma, quando a teoria neoclássica se mostrou incapaz de explicar a nova realidade do século XX, ela se manteve através da retórica. Isto significa que permaneceu apenas como um argumento político para justificar os interesses do mesmo protagonista que minou seus fundamentos: a grande organização.

A nossa realidade atual é fortemente influenciada por este novo agente econômico, que é voltado para si mesmo. Ao se transformar de maximizadora de lucros para maximizadora do crescimento, teve seu poder aumentado de tal forma que permitiu estender sua influência para além da esfera econômica. Através de ações isoladas ou associativas, ela participa ativamente em toda a realidade social e não existem temas ou problemas nos quais ela não se envolva e tentando fazer com que seus interesses prevaleçam.

Ao não se preocupar com as características da atual fase de acumulação capitalista, a área de “Ética em Negócios” apesar de suas boas intenções pouco tem contribuído para a discussão. Ao tratar de assuntos internos da empresa ela se preocupa com valores que são essenciais para qualquer prática comercial como: confiança, honestidade, constância, firmeza, prudência, discrição, entre outros, que já se encontravam presentes na obra de Smith que os considerava como requisitos para a atividade empresarial sem os quais esta não poderia existir. Portanto, quando se volta para os aspectos internos ou da relação entre empresas em busca destes valores, a ética em negócios está buscando valores que são requisitos mínimos para a existência de qualquer transação comercial.

E quando ela trata de assuntos como as relações empresarias e a comunidade ela ignora muitas vezes a atual fase do sistema capitalista e o poder das grandes empresas e as trata como agentes isolados como fazia a economia neoclássica. Dentro desta perspectiva a ética em negócios pode ser instrumentalizada pela racionalidade econômica, que muitas vezes não se preocupa em encobrir seus verdadeiros objetivos, conforme se pode observar por meio do título de um dos livros utilizados na bibliografia desta pesquisa:” Good Ethics, Good Business - your plan for success”.

Esta pesquisa foi apenas um estudo exploratório que pode contribuir para a discussão da Ética em Negócios, visto que procurou demonstrar e apontar a necessidade de novos e mais aprofundados estudos para a compreensão do que é o

homem organizacional, de seu comportamento e valores. Também foi sugerido que necessitamos de um melhor entendimento sobre o poder das grandes empresas e o impacto de suas ações sobre as esferas sociais e política.

Esperamos que esta pesquisa possa ser considerada como um dos primeiros passos nesta direção. A tarefa é árdua e complexa, porém necessária.

VI. BIBLIOGRAFIA

ABENGE, Tanri - “Business Ethics in Islamic Context: perspective of a Muslim Business Leader” - Business Ethics Quartely, vol. 7, nº 3, july 1997, p 47-54.

ANDREW, Kenneth R.(ed.) - “Ethics in Practice” - Massachussets: Harvard Business School, 1989.

ARRIGHI, Giovanni - “O Longo Século XX”- R.J.: Contraponto: S. Paulo: UNESP, 1996.

BARTLEY III, W.W. & KRESGE, Stephen - The collected works of FA Hayek: The Trend of Economic Thinking” vol. 3 - Chicago: University Chicago Press, 1991.

BECKER, Helmut & FRITZSCHE, David J. - “A Comparasion of the Ethical Behavior of American, French and German Managers” - Columbia Journal of Business, Winter/97, p.87-95.

BEAUCHAMP, TOM L. & BOWIE, - “Ethical Theory Business” - 4ª ed., New Jersey: 1993.

BISHOP, John D. - "Adam Smith's Invisible Hand Argument", *Journal of Business Ethics*, 14, 1995, p. 165-180.

BOAZ, David - "The Libertarian Reader", New York: Free Press, 1997.

BOATRIGHT, John R. - "Ethics and the Conduct of Business" - New Jersey: Prentice Hall, 1993.

BOBBIO, Norbert - "Locke e o Direito Natural" - Brasília: UNB, 1997.

BOYLEN, Michael - "Ethical Issues in Business" - Forth Worth: Harcourt Brace College, 1995.

BLANCHARD, Kenneth & PEALE, Vincent - "O Poder da Administração Ética" Rio de Janeiro: Record, 1988.

BRAUDEL, Fernand - *Civilização Material, Economia e Capitalismo Séculos XV-XVIII* - 3 vol., S. Paulo: Martins Fontes, 1995-6.

BROCKWAY, George P. - "A Morte do Homem Econômico - princípios para uma economia no futuro" - S. Paulo: Nobel, 1995.

BROWN, Marvin T. - "Ética nos Negócios" - S. Paulo: Makron, 1993.

CHADWICK, Ruth F. (ed.) - "Ethics and the Professions" - England: Avebury, 1994.

CHANDLER, Alfred - "Ensaio para uma Teoria da Grande Empresa" - Rio de Janeiro: FGV, 1998.

-
- _____ - “The Visible Hand - The Managerial Revolution in American Business” - Massachusetts: Belknap Press of Harvard University Press, 1977.
- COPLEY, Stephen & SUTHERLAND, Kathryn (ed) - “Adam Smith’s Wealth of Nations - New Interdisciplinary Essays” - Manchester: Manchester University Press, 1995.
- D’ANDRADE, Kendall - “Machiavelli’s Prince as CEO”, Business Ethics Quartely, vol. 3, nº 4, october 1993, p. 395-404.
- DEAN, Peter J. - “Making Codes of Ethics ‘Real’” - Journal of Business Ethics, 11, 1992, p. 285-290.
- DOBB, Maurice - “A Evolução do Capitalismo” - S. Paulo: Abril Cultural, 1983.
- DOBSON, John & WHITE, Judith - “Toward a Feminine Firm” - Business Ethics Quartely, vol. 5, nº 3, july 1995, p. 463-478.
- DONALDSON, Thomas & Werhane, Patricia - “Ethical Issues in Business”, 4ª ed., New York: Prentice Hall, 1993.
- DUMONT, Louis – “Essays on Individualism – Modern Ideology in Anthropological Perspective” – Chicago:University of Chicago Press, 1986.
- DUMONT, Louis – “From Mandeville to Marx – The genesis and Triumph of Economic Ideology” – Chicago:University Chicago Press, 1977.
- DUNCKEL, Jacqueline - “Good Ethics, Good Business- your plan for sucess” - Canadá: Self-Counsil Press, 1989.
- DURKHEIM, Émile - “Da Divisão Social do Trabalho” - in “Os Pensadores” 2ªed - S. Paulo: Abril Cultural, 1978.

DUSKAS, Ronald F. - "Aristotle: A Pre-Modern Post-Modern? Implications for Business Ethics, vol.3, nº 3, july 1993, p. 227.

EATWELL, John/MILGATE, Murray, NEWMAN, Peter - "The New Palgrave - The Invisible Hand" - New York, 1989.

EWIN, R. E. - "The Moral Status of the Corporation", Journal of Business Ethics, 10, 1991, p.749-756.

FITZGIBBONS, ATHOL - "Adam Smith's System of Liberty, Wealth and Virtue - the moral foundations of the Wealth of Nations" - Oxford; Clarendon Press, 1995.

FONSECA, Eduardo Giannetti da - "Vícios Privados, Benefícios Públicos? - A ética na Riqueza das Nações" - S. Paulo: Cia das Letras, 1993.

FORD, Robert C. & RICHARDSON, Woodrow D. - Journal of Business Ethics, Netherlands, 13, p. 205-221.

FREEMAN, R. Edward (ed.) - "Business Ethics - the state of art" - Oxford: Oxford University Press, 1991.

FRIEDMAN, Milton - "Capitalismo e Liberdade" - R. J.: Ardenova, 1977.

FRIEDMAN, Milton & FRIEDMAN, Rose - "Liberdade de Escolher" - R. J.: Record, 1980.

GALBRAITH, John Kenneth - "Economia e Bem Público" - Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1978.

_____ - "A Economia Política - uma história crítica" - Portugal: Europa-América, 1987.

-
- _____ “A Era da Incerteza - história das idéias econômicas e suas conseqüências” - S. Paulo: Pioneira/UnB, 1979.
- GELLERMANN, William et alii. - “Values and Ethics in Organization and Human Systems Development - responding to dilemmas in professional life” - S. Francisco: Josey-Bass, 1990.
- GEORGE, Richard T. de - “Business Ethics”, 3ª ed., New York: MacMillan, 1986.
- GILBERT, Jr., “The Twiling of Corporate Strategy” - Oxford: Oxford University Press, 1992.
- GRANT, Ruth W. - “John Locke’s Liberalism” - Chicago: University of Chicago Press, 1987.
- GROENEWEGEN, Peter (ed.) - “Economic and Ethics” - London: Routledge, 1996.
- HALL, William D. - “Making the Right Decision - ethics for managers” - New York: John Wiley & Sons, 1993.
- HALME, Minna - “Environmental Issues in Product Development Process”, Business Ethics Quartely, vol. 5, nº 4, october 1995, p.713-733.
- HARVEY, Brian - “Business Ethics - a European approach” - London: Prentice Hall, 1994.
- HASNAS, John - “The Normative Theories of Business Ethics: A Guide for Perplexed” - Business Ethics Quartely, vol.8, nº 1, january 1998, p.19-42.
- HAYEK, F.A. - “Os Fundamentos da Liberdade” - S.P.: Visão, 1983.

HAYEK, F.A. - "Individualism and Economic Order" - Chicago: University of Chicago Press, 1980.

_____ - "Law Legislation and Liberty" 3 vol. - Chicago: University of Chicago Press, 1973-79.

HENDERSON, Verne E. - "What's Ethical in Business" - New York: McGraw-Hill, 1992.

HIRSCHMAN, Albert O. - "A Economia como Ciência Moral e Política" - S.P.: Brasiliense, 1986.

HIRSCHMAN, Albert O. - "As Paixões e os Interesses" - R. J.: Paz e Terra, 1979.

HOSSEINI, Jamshid C. & BRENNER, Steven N. - "The Stakeholder Theory of the Firm: A methodology to Generate Value Matrix", Business Ethics Quarterly, vol. 2, nº 2, april 1992, 99-119.

HUME, David - "Uma Investigação sobre os Princípios da Moral" - S.Paulo: UNICAMP, 1995.

_____ - "Ensaio Morais, Políticos e Literários" in "Os Pensadores" - S. Paulo: Nova Cultural, 1996.

HAUSMAN, Daniel M. & McPHERSON, Michael S. - "Economic Analysis and Moral Philosophy" - Cambridge, 1996.

HODAPP, Ethics in the Business World" - Florida: Krieger, 1994.

HODGSON, Kent - "A Rock and a Hard Place - how to make ethical business decisions when the choices are tough" - New York: American Management Association, 1992.

HONDERICH, Ted (ed.) - "The Oxford Companion to Philosophy" - Oxford; Oxford University Press, 1995.

IANNONE, A. Pablo (ed.) - "Contemporary Moral Controversies in Business", New York: Oxford University Press, 1989.

KEKES, John - "Against Liberalism", Ithaca: Cornell University Press, 1997.

KLEIN, Peter G. - The Collected Works of F. A. HAYEK vol. 4 - The Fortune of Liberalism - Essays on Austrian Economics and Ideal Freedom" - Chicago: Chicago University Press, 1992.

KOESTENBAUM, Peter - "Socrate et le business" - Paris: Inter Edition, 1989.

KUHN, James - "Ethics in Business: What Managers Practice That Economists Ignore", Business Ethics Quartely, vol. 2, n° 3, july 1992, p. 305-315.

L'ETANG, Jacquie - "A Kantian Approach to Codes of Ethics", Journal of Business Ethics, 11, 1992, p.737-744.

LeGOFF, Jacques - "A Bolsa e a Vida - a usura na Idade Média" - S. Paulo: Brasiliense, 1989.

LIEDTKA, Jeanne M. - "Exploring Ethical Issues Using Personal Interviews", Business Ethics Quartely, n° 2, vol. 2, april 1992, p.161-181.

LIPPKE, Richard L. - "Radical Business Ethics" - Maryland: Rowman & Littlefield, 1995.

_____ - "a Critique for Business Ethics", Business Ethics Quartely, vol.1, n° 4, october 1991, 367-384.

- LOCKE, John (LASLETT, Peter- ed) - "Two Treatises of Government" - Cambridge: Cambridge University Press, 1988.
- LOZANO, Josep M. - "Ethics and Management: A Controversial Issues", Journal of Business Ethics, 15, 1996, p. 227-236.
- MACHAN, Tibor R. - "Capitalism and Individualism" - New York: St. Martin Press, 1990.
- MANLEY II, Walter W. - "Executive's Handbook of Model Business Conduct Codes" - New Jersey: Prentice Hall, 1991.
- MACINTYRE, Alasdair - "A Short History of Ethics" - New York: Touchstone, 1966.
- MAITLAND, Ian - "The Market as School of the Virtuos", Business Ethics Quartely, vol. 7, nº 1, january 1997, p. 17-31.
- MANSBRIDGE, Jane J. (ed.) - "Beyond Self-Interest" - Chicago: University of Chicago Press, 1990.
- MCCRACKEN, Janet & SHAW, Bill - "Virtue Ethics and Contractarian", Business Ethics Quartely, vol.5, nº 2, april, 1995, p.297-312.
- MCGEE, Robert W. (ed.) - "Business Ethics & Common Sense" - London: Quorum Books, 1992.
- MCPHERSON, C. B. - "Ascensão e Queda da Justiça Econômica e outros ensaios" - R. J.: Paz e Terra, 1991.
- _____. - " A Teoria Política do Individualismo Possessivo - de Hobbes a Locke" - R. J.: Paz e Terra, 1979.

MICHON, Christian - “Enquete Etique de l’Entreprise” - Document de Travail 90/100 - École Superieure de Commerce de Paris, 1990.

MILL, John Stuart, - “Sobre a Liberdade” - 2ª ed. - Petropólis, 1991.

_____, - “Utilitarismo” - Coimbra: Atlântida, 1976.

MOBERG, Dennis J. - “On Employee Vice” in Business Ethics Quartely, vol.7, nº 7, october 1997, p. 41-60.

MULLER, Jerry Z. - “Adam Smith in his time and ours” - New Jersey: Princenton University Press, 1993.

NASH, Laura - “Ética nas Empresas - boas intenções à parte” - S. Paulo: Makron, 1993.

NIELSEN, Richard - “Organization Ethics froa a Perspective of Praxis” - Business Ethics Quartely, vol. 3, nº 2, april 1993, p.131-151.

O Desafio das Megafusões - (1998, 12 de maio) O Estado de S. Paulo, p. A3.

OLIVEIRA LIMA, Luiz Antonio de - “Estudo sobre a Economia do Capitalismo - uma visão Keynesiana” - S. Paulo: Bional, 1997.

PIRENNE, Henri - “História Econômica e Social da Idade Média” - 4ª ed., S. Paulo: Mestre Jou, 1968.

POLANYI, Karl - “A Grande Transformação - As origens de nossa época” - R.J.: Campus, 1980.

PRIMEAUX, Patrick & Stieber, John, “Profit Maximization: The Ethical Mandate of Business” - Journal of Business Ethics, 13, 1994, p. 287-294.

REALE, Giovanni & ANTISERI, Dario - “História da Filosofia” – 3 vol. - S.Paulo: Paulinas, 1990/1.

ROBIN, Donald P. & REINDENBACH, R. Eric - “Business Ethics - where the profits meets value systems” - New Jersey: Prentice-Hall, 1989.

ROBINSON, Joan – “Filosofia Econômica” – R. J. : Zahar, 1979.

ROSENBLUM, Nancy L. (ed.) - “Liberalism and the Moral Life” - Massachussets, Harvard Business Review, 1989.

ROSSI, Clóvis (1998, 5 de agosto) - “É bom, não foi?” - Folha de S. Paulo, caderno 1, p. 2.

SANDEL, Michael - “Liberalism and its Critics” - New York: New York University Press, 1984.

SANDRONI, Paulo (org.) - “Novo Dicionário de Economia” - 8ª ed. S.Paulo: Best-Seller, 1994.

SCHUMPETER, Joseph A. - “História da Análise Econômica” - 2 vol. - Rio de Janeiro: Missão Norte-Americana de Cooperação Econômica e Técnica no Brasil-USAID, 1964.

SELLIGMAN, Edwin (ed.) - “Encyclopaedia of the Social Sciences” - 15 vol., New York: MacMillan, 1950.

SEN, Amartya – “On Ethics & Economics” – Cambridge, Massachussets: Basil Blackwell, 1990.

_____ “Does Business Ethics Make EconomicSense?” in Business Ethics Quartely, vol. 3 n° 1, january 1993, pp. 45-54.

SINCLAIR, Amanda - “Approaches to Organisational Culture and Ethics” - Journal of Business Ethics, 12, 1993, p. 63-73.

SMITH, Adam - “An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations”, 2 vol., Indianapolis: Liberty Fund, 1976.

_____ - “The Theory of Moral Sentiments” - Indianapolis: Liberty Funds, 1984.

SOLOMON, Robert C. - “Ethics in Excellence” - Oxford: Oxford University Press, 1992.

_____. - “The New World of Business”, New York; Littlefield Adams Quality, 1994.

SOMBART, Werner - “El Apogeo del Capitalismo”, 2 vol., México:Fondo de Cultura Econômica, 1984.

SORELL, Tom & Hendry, John - “Business Ethics” - London: Butterworth Heinemann, 1994.

SWEEZY, Paul et alii - “A Transição do Feudalismo para o Capitalismo” - 4ª ed., R. J.: Paz e Terra, 1989.

TEIXEIRA, Nelson Gomes (ed.) - “A Ética no Mundo da Empresa” - S.Paulo: Pioneira, 1991.

TOFFLER, Barbara Ley - “Ética no Trabalho - tomando decisões difíceis no mundo competitivo dos negócios” - S. Paulo, Makron, 1993.

VASSALO, Claudia - “Fazer o Bem Compensa? - Exame, ano 31, nº 9, 22/04/98.

- VERGARA, Francisco - “Introdução aos Fundamentos Filosóficos do Liberalismo” - S.Paulo: Nobel, 1995.
- VOGEL, David, - “The Ethical Roots of Business Ethics” - Business Ethics Quartely, vol 1, nº 1, january 1991, p.101-120.
- VON MISES, Ludwig - “Liberalismo - segundo a tradição clássica” - R.J.: José Olympio e Instituto Liberal, 1987.
- WALTON, Clarence C. - “The Moral Manager” - New York: Harper Business, 1988.
- WATSON, Charles E. - “Managing with Integrity - insights from America´s CEO´s” - New York, 1991.
- WEBER, Max - “A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo” - 6ª ed. S. Paulo: Pioneira, 1989.
- WERNER, Simcha B. - “The Movement for Reforming American Business Ethics: A Twenty-Year Perspective”, Journal of Business Ethics, 11, 1992, p. 61-70.
- WESTRA, Laura - “The Corporation and the Environment”, Business Ethics Quartely, vol. 5, nº 4, october 1995, p. 661-673.
- WICKS, Andrew C, et alii - “A feminist Reinterpretation of the Stakeholder Concept”, Business Ethics Quartely, vol. 4, nº 4, october 1994, p.475-497.
- WILBUR, James B. - “The Moral Foundations of Business Ethics” - New York: University Press of America, 1992.